



CONSELHO DE REITORES
DAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS

RELATÓRIO

1997 >> 1999



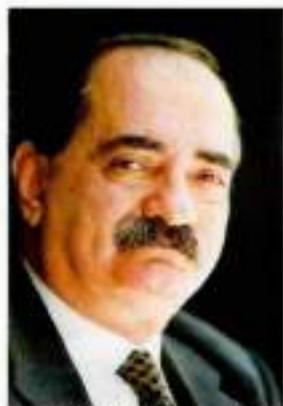
CRUB

Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras
SEP/NORTE Quadra 516 Conj. "D"
70.770-545 - Brasília - DF
e-mail: crub@zaz.com.br
Fone: 0xx (61) 349-9010
FAX: 0xx (61) 274-4621



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	3
REPENSANDO O PAPEL DO CRUB	5
Ações do CRUB Itinerante	
Plano Institucional	
Plano de Ação	
Nova sede do CRUB	
Cota-contribuição	
FORTALECENDO AS AÇÕES	13
Contribuições para o Plano Nacional de Educação	
Contribuições para o recredenciamento	
Contribuições do Fórum CRUB	
Papel do CRUB na avaliação	
Interação universidade e sociedade	
1ª Semana e 1ª Conferência Nacionais Universitárias	
Plenárias	
63ª Plenária	
64ª Plenária	
1º Encontro com os Representantes das Universidades junto ao CRUB	
Conselho Deliberativo	
A política de articulação	
Autonomia universitária	
Financiamento da educação superior	
Reforma agrária	
Avaliação e qualidade	
Comunidade Solidária	
Outras articulações	
A comunicação do CRUB	
DESAFIOS PARA O CRUB	31
ANEXOS	33
I – Cotas-contribuição das IES filiadas	
II – Carta CRUB I	
III – Agenda CRUB para o sistema universitário brasileiro no limiar do século XXI	
IV – Carta CRUB de Fortaleza	
V – Carta CRUB de Porto Alegre	
VI – Declaração à Nação	
VII – Conferencistas que participaram dos eventos do CRUB	
VIII – Comissões instituídas no período de 1997 a 1999	



*Reitor José Carlos Almeida da Silva
Presidente do CRUB*

Apresentação

O Conselho de Reitores foi fundado em 1966, como resposta às inquietações então vividas pelo País e pela academia, que estavam a exigir o surgimento de uma instituição independente, capaz de congregar as universidades e de promover o desenvolvimento do ensino superior no Brasil.

Mais recentemente, a Entidade vem sendo instada, em função das profundas mudanças ocorridas nos campos social, político, econômico e educacional, a fomentar o exercício de diálogo intenso com os poderes constituídos, com os atores sociais e com as suas filiadas, como forma de contribuir para a formulação e o aperfeiçoamento das políticas públicas voltadas para a educação superior, a ciência e a tecnologia. Em outras palavras, essa convocação impôs uma revisão da identidade e dos compromissos do CRUB.

Assim, em 1997, o Colegiado decidiu consensualmente pela necessidade de repensar o seu papel. Criou-se então o CRUB Itinerante, mecanismo de ação que, conforme o nome indica, foi concebido para facilitar a mobilização de seus membros mediante a realização de reuniões descentralizadas. Essas por sua vez deslançaram um fecundo processo de discussões que concluíram, entre outras ações, pela definição de um Plano Institucional que, embasado em novo referencial teórico, permita ao CRUB conduzir os seus projetos de modo mais propositivo.

As reuniões do CRUB Itinerante, vale frisar, foram igualmente vitais na definição dos programas que estão em curso e que são: fortalecimento do papel político do Conselho, aperfeiçoamento da gestão universitária e interação universidade e sociedade.

O empenho para implementar as ações descritas no corpo deste relatório marca o comprometimento dos membros do Colegiado, evidenciado, inclusive, no apoio e no incentivo ao trabalho do CRUB nesse período de 1997 a 1999, bem como na participação decisiva para a realização do que foi deliberado.

A dinâmica desse processo de construção, de intensa mobilização e participação, se evidencia pela realização de nove encontros do CRUB Itinerante, cinco do Fórum CRUB, duas Plenárias, 11 reuniões do Conselho Deliberativo, um Workshop Internacional, uma Semana e uma Conferência Nacional Universitária e um Encontro com os representantes das IES.

É portanto com grande satisfação que submeto à apreciação de meus pares a caminhada empreendida até aqui. Muito maiores são no entanto os desafios, também aqui expressos, que se colocam para o Conselho de Reitores, notadamente no que diz respeito ao projeto de avaliação das universidades, modelo construído pelo CRUB a partir de sua longa experiência e cujo texto será objeto de análise na 65ª Plenária.

Agradeço o apoio e a confiança recebidos de todos e ratifico a minha crença de que é na convivência e no compartilhamento de idéias que encontraremos as melhores soluções para os problemas que desafiam a universidade brasileira e a sociedade.

José Carlos Almeida da Silva
Presidente do CRUB



Transmissão do cargo de Presidente do CRUB, abril de 1997



Goiânia



Porto Alegre



Fortaleza

Repensando o papel do CRUB

As mudanças ocorridas no País e no mundo na década de 90 – com fortes repercussões no campo da educação superior, da ciência e da tecnologia –, o surgimento das associações dos segmentos e o crescimento das filiações de universidades ao CRUB motivaram os membros do Colegiado a buscar, de forma compartilhada, novos caminhos para a Entidade.

A partir de 1997, repensar criticamente a si mesmo pulsou como condição indispensável para que o CRUB pudesse continuar contribuindo, de forma mais incisiva, para o fortalecimento do sistema universitário brasileiro e o aprimoramento da relação da universidade com a sociedade.

O processo de reexame da identidade e compromissos do CRUB constou de uma pauta política aprovada pelos integrantes do Colegiado e se empenhou vigorosamente em ampliar a mobilização, fortalecer a articulação e fomentar a descentralização e a capacidade de auto-organização da Instituição.

Estrategicamente, graças à criação do CRUB Itinerante, foram promovidas reuniões do Conselho Deliberativo com os reitores, nas suas respectivas regiões, propiciando maior leveza nas relações e abrindo espaço para que todos participassem e se manifestassem durante os debates.

Ações do CRUB Itinerante

O CRUB Itinerante foi criado para que o Conselho pudesse discutir de forma descentralizada e mais participativa a questão da sua identidade e dos seus compromissos, estes na sua relação interna e externa. Cada encontro tinha um claro desafio: projetar a ação da Instituição para o momento presente e para as próximas décadas, sem perder de vista a sua história, tradição e lutas.

A metodologia utilizada foi a do planejamento estratégico. Deu-se ênfase ao diagnóstico situacional, de maneira a se poder extrair as necessárias adequações conceituais e as informações imprescindíveis para projetar a ação do CRUB e pensar os novos paradigmas da educação.

O desencadeamento do diagnóstico situacional teve como propósito identificar as principais contribuições e lacunas, bem como definir propostas de ação, missão e visão de futuro para o CRUB. Nessa etapa, muito se utilizou do documento "Reexame da identidade e dos compromissos do CRUB", que faz uma abordagem histórica e da cultura organizacional, e indica cenários e caminhos que se abrem para o futuro.

Contudo, todo o processo teve como ponto fulcral a resposta dos reitores presentes à seguinte indagação:

Quais as problemáticas mais críticas que agregariam o Conselho de Reitores e as associações dos segmentos, numa busca articulada e compartilhada para a realização de um projeto de desenvolvimento das universidades e da sociedade?

Após as cinco reuniões do CRUB Itinerante realizadas nas capitais e períodos indicados no quadro abaixo (participaram 99 reitores, representando 85,35% do total de universidades filiadas), foram elencadas 17 problemáticas. Dentre essas, as duas que se apresentaram como prioritárias para a definição de diretrizes da ação agregadora do CRUB e do fortalecimento do seu papel político foram:

- Aperfeiçoamento da gestão universitária e
- Interação da universidade com a sociedade.

Reuniões do CRUB Itinerante em 1997

Data	Local	Nº IES filiadas Região/Estado	Nº Participantes	%
19 e 20/9	Goiânia (GO)	8	12(*)	150,00(*)
02 e 03/10	Porto Alegre (RS)	25	20	80,00
15 e 16/10	Fortaleza (CE)	28	18	64,89
27 e 28/10	São Paulo (SP)	31	32(*)	103,22(*)
29 e 30/10	Rio de Janeiro (RJ)	24	17	70,84
TOTAL		116	99	85,35

Fonte: Secretaria Executiva do CRUB.

(*) Incluídos entre os participantes membros do Conselho Deliberativo.

Repensando o papel do CRUB



Abertura da Reunião do CRUB Itinerante I, Goiânia: Região Centro-Oeste



São Paulo



Rio de Janeiro



Reunião de abertura do CRUB Itinerante em Porto Alegre, outubro de 1997

Além das duas diretrizes prioritárias, resultaram do CRUB Itinerante os seguintes produtos/proposições:

- necessidade de elaborar um Plano Institucional para o CRUB, como forma de evitar a descontinuidade entre as gestões;
- eleição de 22 propostas de ação, que se constituem em desafios para a Entidade;
- elaboração do documento "Contribuição do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras para o Plano Nacional de Educação", consubstanciado em propostas do Colegiado para o MEC;
- manutenção do CRUB Itinerante, realização dos Fóruns CRUB e promoção da Semana e da Conferência Nacional Universitária, concebidas como formas de contribuir para o debate de temas de interesse da universidade e da sociedade.

Pela importância da estratégia adotada, o CRUB Itinerante teve prosseguimento em 1998 e 1999, com 103 e 70 participantes, respectivamente (ver quadro abaixo). Nas reuniões de 98 tratou-se do recredenciamento das universidades, enquanto nas de 99 foram debatidas as estratégias para implementação do Plano de Ação do CRUB para 1999/2000.

Reuniões do CRUB Itinerante em 1998 e 1999

Data	Local	Nº IES convidadas Região/Estado	Nº Participantes(*)	%
15 e 16/10/98	Rio de Janeiro (RJ)	65	42	63,64
22 e 23/10/98	São Paulo (SP)	63	61	96,93
26 e 27/4/99	Recife (PE)	23	18	78,27
29 e 30/4/99	São Paulo (SP)	58	52	89,66

Fonte: Secretaria Executiva do CRUB.

(*) Reunidos por proximidade entre regiões e estados.

As contribuições do CRUB Itinerante para o recredenciamento das universidades foram levadas à Plenária de Porto Alegre, em novembro de 1998, e resultaram na elaboração e aprovação do documento "Contribuições do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras para o processo de recredenciamento das universidades", que foi encaminhado ao MEC, CNE, universidades filiadas e entidades do sistema educacional em geral.

De forma semelhante, os resultados do CRUB Itinerante relacionados com o Plano de Ação 1999/2000 foram aprovados na 220ª Reunião do Conselho Deliberativo, realizada em 23/3/99. São eles que vêm orientando as ações do Colegiado, enquanto não se conclui o Plano Institucional do CRUB, que está em fase de elaboração por uma comissão de reitores.

Antes de se passar adiante, não se pode deixar de ressaltar o importante papel desempenhado pelo CRUB Itinerante. Suas contribuições constituem um verdadeiro ideário para o Conselho de Reitores e representam um marco na sua capacidade de atuação. De um lado, houve uma maior mobilização e participação dos reitores; de outro, fortaleceu-se entre os membros do Colegiado a consciência de se manter a unidade e a independência do CRUB como marcas mais importantes.

Plano Institucional

Entre as propostas de ação aprovadas durante o CRUB Itinerante de 1997, encontra-se aquela referente à necessidade de formulação de um Plano Institucional para o CRUB. Sua elaboração prende-se a um duplo propósito: evitar a descontinuidade das ações nas mudanças de gestão e aumentar a representatividade do Conselho junto aos poderes constituídos, à sociedade e às universidades, de forma que o mesmo passe a atuar com maior efetividade, em prol dos seus associados.

A comissão de reitores constituída para tal fim elaborou um documento conceitual intitulado "Um Sistema Universitário e um Conselho de Desenvolvimento de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior", tendo-o submetido à apreciação dos participantes das reuniões do CRUB Itinerante, da Plenária de Porto Alegre e do Conselho Deliberativo.

Mais recentemente, em 1999, a comissão aprofundou o detalhamento desse documento e apresentou uma proposta de operacionalização do Plano Institucional do CRUB, que será examinada na 65ª Plenária, em Brasília.

Plano de Ação

Elaborado com o objetivo de delinear as linhas de trabalho do CRUB para o biênio 1999/2000, o Plano de Ação tem também feito as vezes de Plano Institucional, enquanto este não fica pronto. Está ele embasado nas

Repensando o papel do CRUB



Reunião de abertura do CRUB Itinerante em Fortaleza, outubro de 1997



deliberações adotadas nas sete reuniões do CRUB Itinerante, em 1997 e 1998, bem como nas Plenárias de Fortaleza e Porto Alegre.

O Plano de Ação se orienta por três linhas estratégicas de ação, as quais buscam agregar os membros do Colegiado e das associações dos segmentos, em torno do fortalecimento da Entidade e da sua contribuição para o sistema de ensino superior, ciência e tecnologia. As linhas estratégicas estão assim definidas:

- Programa de fortalecimento do papel político do CRUB,
- Programa de aperfeiçoamento da gestão universitária e
- Programa de interação da universidade com a sociedade.

Com o intuito de operacionalizar o Plano de Ação, as propostas de ação aprovadas pelo CRUB Itinerante foram agrupadas sob cada um desses programas, discriminando-se a atividade, o tema, o local e o período de realização da ação programada. O quadro a seguir mostra o que foi feito em 1999.

Plano de Ação: Atividades programadas e realizadas em 1999

Programa	Atividade	Tema	Local	Data
Fortalecimento do papel político do CRUB	CRUB Itinerante	Plano de Ação do CRUB para 1999/2000	Recife/PE São Paulo/SP	26 e 27/04 29 e 30/04
	Fórum	Fórum CRUB V: Tendências da educação superior para o século XXI	Brasília	29 e 30/09
	Pesquisa	CRUB: História recente, desafios e propostas para o futuro	Brasília	Dezembro
Aperfeiçoamento da gestão universitária	Workshop Internacional sobre Avaliação e Acreditação	O papel do CRUB na avaliação	Rio de Janeiro/RJ	12 a 14/05
	1º Curso CRUB/ OUB/QU	Especialização em administração universitária	UNI-RIO	28/05 e 23/07
Interação universidade e sociedade	Semana Nacional Universitária	O fenômeno do desemprego: diagnóstico e perspectivas	Nacional	26 a 29/10
	Conferência Nacional	O fenômeno do desemprego: diagnóstico e perspectivas	Brasília	23 e 24/11

Fonte: Secretaria Executiva do CRUB.

Cabe notar que o Programa de Aperfeiçoamento da Gestão Universitária elegeu como prioridade a definição do papel do CRUB na avaliação, já no Programa de Interação da Universidade com a Sociedade se optou por temas de grande interesse, como o desemprego, a reforma agrária, a violência etc., sendo que o debate desses dois últimos se deverá realizar em 2000.

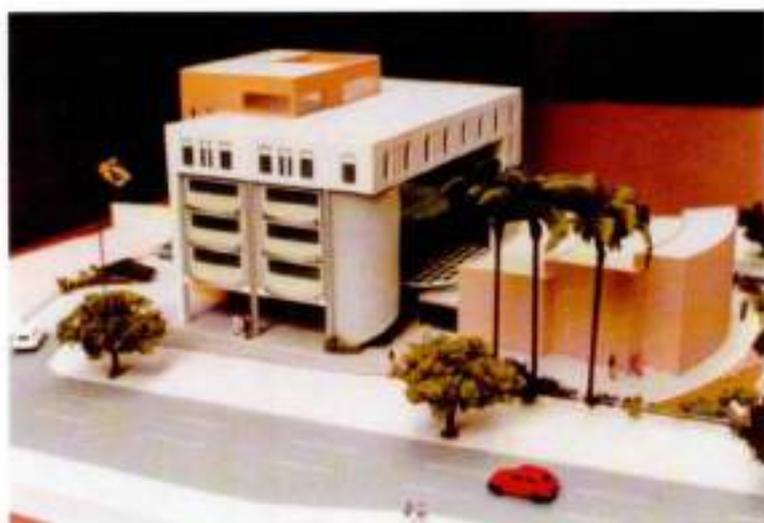
Nova sede do CRUB

A ideia de construir uma nova sede se justifica por várias razões, entre elas a de poder responder ao crescente número de filiações e também propiciar uma maior integração dos associados ao Colegiado. Com o compartilhamento do mesmo espaço físico, é certo que haverá uma maior unidade entre os membros do CRUB e as associações dos segmentos.

Repensando o papel do CRUB



Reunião de abertura do CRUB Itinerante no Rio de Janeiro, outubro de 1997



Projeto da nova sede do CRUB

Entre as diferentes soluções e alternativas cogitadas, foi objeto de aprovação, por parte do Conselho Deliberativo, o aproveitamento do próprio terreno onde a Entidade está instalada. A proposta é construir um novo prédio de seis pavimentos, abrangendo uma área de 8.236m² e contando com auditório, garagem, instalações de apoio para a Presidência e para as Associações dos segmentos (ver maquete na página ao lado). O custo da obra está estimado em R\$ 7.584.000,00 (sete milhões, quinhentos e oitenta e quatro mil reais).

O que se pretende é incluir o projeto da nova sede do CRUB no Programa de Modernização e Qualificação do Ensino – Protocolo MEC/BNDES, ou outro programa similar. O CRUB vem mantendo gestões junto ao Ministério da Educação, objetivando obter o apoio necessário para o financiamento do projeto pelo BNDES.

Cota-contribuição

O Conselho de Reitores, dada a sua natureza institucional, mantém as suas atividades mediante recebimento da contribuição de suas filiadas, sendo que o valor dessa contribuição esteve durante vários anos vinculado ao balanço financeiro da universidade.

Essa fórmula, contudo, não mais se sustentava. Diante da heterogeneidade e do universo de grandeza das instituições de ensino superior, tornou-se imperioso que se procedesse a uma revisão e redefinição dos valores de contribuição.

Nesse sentido, procurou-se definir políticas capazes de promover ajustes no valor das contribuições, visando a ensejar redução gradativa das maiores taxas, principalmente no segmento das federais, com a finalidade de equacionar a participação de todas as filiadas, de forma mais justa e equânime, conforme demonstram os gráficos abaixo.

Em 1995 havia 10 faixas de contribuição com intervalos que atingiam uma diferença expressiva entre o menor e o maior valor. Mas, enquanto não se resolvia a alteração das faixas, deliberou-se por permanecer com a tabela que vinha sendo praticada desde aquele ano, permanecendo até 1997 as mesmas faixas de contribuição.

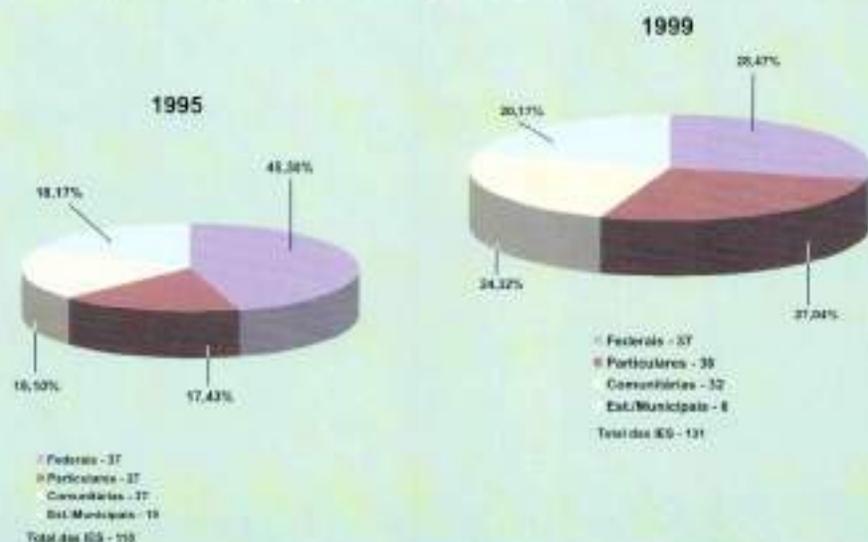
No final de 1997, uma comissão de reitores, sob a Presidência do Reitor Maurício Chermann, da UBC, realizou estudo com vistas a buscar alternativas no sentido de reduzir as maiores taxas e ampliar a participação das universidades com menores cotas, de modo a corrigir as distorções verificadas ao longo do tempo.

Como resultado do estudo, foi apresentada uma proposta de transição que reduzia a tabela de 10 para oito faixas de contribuição. A proposta foi aprovada pelo Conselho Deliberativo em junho de 1998, passando a vigorar naquele exercício.

Em 1999, dando continuidade aos estudos, a comissão de reitores apresentou nova proposta de aperfeiçoamento da tabela de contribuição das IES filiadas, desta vez nas seguintes bases: redução do número de faixas para três, e determinação do valor da contribuição levando-se em conta não o balanço financeiro, mas o número total de discentes da IES (Anexo I).

O objetivo dessa política visa à adoção de medidas gerenciais e administrativas voltadas para uma maior igualdade entre as faixas e a racionalização e otimização dos recursos financeiros.

Demonstrativo das contribuições das IES, por segmento





CRUB Itinerante, São Paulo, outubro de 1998

Fortalecendo as Ações

Entre as propostas de ação levantadas pelos reitores durante o CRUB Itinerante, destaca-se a que visa fortalecer o papel político do Conselho junto aos poderes constituídos, à sociedade e à universidade, mediante a proposição de contribuições para a formulação de políticas públicas nas áreas da educação, da ciência e da tecnologia.

Como corolário do fortalecimento de seu papel político, identifica-se o desenvolvimento de projetos e programas que promovam seja a interação da universidade com a sociedade, seja o aperfeiçoamento da gestão universitária.

Contribuições para o Plano Nacional de Educação

No documento "Contribuição do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras para o Plano Nacional de Educação", elaborado e aprovado em 1997, ratifica-se que o PNE deve ter como referência e objeto os interesses da sociedade e das gerações no desenvolvimento do País. As propostas dele constantes convergem para a enunciação tanto das diretrizes gerais do Plano, como de diretrizes e metas relativas à expansão do ensino superior, à autonomia universitária, à sistemática de avaliação, à pós-graduação, à pesquisa e aos recursos indispensáveis a sua execução.

Em outra vertente, o CRUB, dando cumprimento ao que determina a Carta CRUB de Fortaleza, elaborou a "Agenda Brasil para a Década da Educação". O documento propõe um movimento de articulação nacional objetivando fortalecer a mobilização e a participação da sociedade civil e dos poderes constituídos em torno de uma pauta que leve em consideração a contribuição de todos, inclusive da universidade brasileira, na erradicação do analfabetismo, na universalização do atendimento escolar, na melhoria da qualidade do ensino e na promoção humanística, científica e tecnológica. Trabalhar essa agenda, de forma a envolver diferentes instituições, é um dos desafios para a ação imediata do CRUB.

Contribuições para o credenciamento

A entrada em vigor da LDB, em dezembro de 1996, marca no meio educacional o início de intensos debates e estudos acerca da implantação de ações governamentais no campo do processo de avaliação, com vistas ao credenciamento de instituições e renovação de reconhecimento de cursos. Destaca-se neste particular a aprovação, pela Câmara de Educação Superior do CNE, do Parecer nº 556/98, referente ao credenciamento.

Como conseqüência, o CRUB, que possui uma larga experiência e conhecimento sobre avaliação há mais de 10 anos, assume a liderança entre as instituições universitárias no processo de credenciamento. Assim:

- realizou em Brasília, no mês de maio de 1998, o Fórum CRUB IV;
- constituiu uma comissão de avaliação, integrada por reitores e especialistas, para estudar o assunto e propor medidas;
- promoveu em outubro de 1998 o CRUB Itinerante nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro;
- realizou, em Porto Alegre, em novembro de 1998, a 64ª Plenária, que discutiu as políticas de educação superior e suas relações com o credenciamento das universidades, e na qual foi aprovado o documento "Contribuição do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras para o processo de credenciamento";
- submeteu ao Conselho Deliberativo, em dezembro de 1998, para a aprovação e redação final, o documento sobre credenciamento;
- entregou ao senhor Ministro de Estado da Educação, Paulo Renato Souza, ainda em dezembro de 1998, o documento em questão.

Visando dar maior consistência a suas propostas, o documento do CRUB sobre o credenciamento de universidades examina a questão sob os aspectos legais, acadêmicos, de transição e de acompanhamento. Propõe ainda a criação, pelo MEC, de um comitê de acompanhamento do credenciamento das universidades e instituições não-universitárias, com a participação de representantes do próprio MEC, do CNE e do CRUB. Este comitê, de caráter consultivo e de assessoramento, acompanharia o processo de transição e de implantação do credenciamento.

Por intercessão do CRUB e contando com a compreensão do MEC, o Parecer CES/CNE nº 556/98, sobre essa matéria, não foi homologado até o momento, encontrando-se no CNE para reexame.

Contribuições do Fórum CRUB

O Colegiado aprovou a criação do Fórum CRUB, em 1997, como mais uma estratégia de mobilização dos seus membros em torno de temas de interesse da universidade e da sociedade, sempre na perspectiva de contribuir para o aperfeiçoamento das políticas públicas educacionais em curso e na busca do fortalecimento do seu papel político.

No período 1997/1999 foram realizados cinco Fóruns CRUB, sempre em Brasília. O quadro a seguir apresenta informações detalhadas sobre os mesmos.

Fortalecendo as Ações



Reunião do CRUB Itinerante em Recife, abril de 1999



Fórum CRUB V, Brasília, 29 e 30/9/99: "Tendências da Educação Superior para o Século XXI"

Fóruns CRUB 1997/1999

Data	Evento	Tema	Nº de Participantes
7/5/97	Fórum CRUB I	As universidades e o Exame Nacional de Cursos	84
11/6/97	Fórum CRUB II	A LDB e o ensino superior	106
12/6/97	Fórum CRUB III	A regulamentação da LDB e seus impactos para as universidades	62
23/8/98	Fórum CRUB IV	O descompasso entre a lei e a realidade	76
28/9/99	Fórum CRUB V	Tendências da educação superior para o século XXI	161

Fonte: Secretaria Executiva do CRUB.

Os Fóruns CRUB constituíram um momento privilegiado de reflexão e debate, cuja riqueza pode ser aferida pelos seguintes resultados:

Fórum CRUB I – ensejou a elaboração da Carta CRUB I (Anexo II), que contém um elenco de propostas encaminhadas ao MEC visando ao aperfeiçoamento do Exame Nacional de Cursos, com destaque para a implantação do Sistema Nacional de Avaliação, por ser mais abrangente, com o aproveitamento do esforço realizado pelas universidades, mediante o Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras (Palub).

Fórum CRUB II – realizado com o CNE, proporcionou aos reitores do CRUB o debate sobre a LDB e sua regulamentação e, ainda, a avaliação dos reflexos desta legislação sobre o ensino superior. Concluiu-se por uma maior aproximação do CRUB com o CNE e, conseqüentemente, com as universidades.

Fórum CRUB III – propiciou aos dirigentes das universidades uma reflexão coletiva sobre o Decreto nº 2.207/97, regulamentador da LDB, visando compreendê-lo em profundidade quanto aos seus reflexos sobre o ensino superior. Como resultado, foram propostas modificações para o aperfeiçoamento do mesmo, possibilitando às associações dos segmentos reivindicar a sua alteração junto ao MEC, o que veio a ocorrer com a edição do Decreto nº 2.306/97.

Fórum CRUB IV – realizado por ocasião das comemorações dos 32 anos do CRUB, objetivou propiciar a reflexão e o debate sobre o credenciamento das universidades. Entre as propostas apresentadas, merece destaque a criação de uma comissão de reitores para estudar e apresentar indicativos de ação sobre a avaliação para o credenciamento, tema de uma das reuniões do CRUB Itinerante e de uma Plenária do Colegiado, em 1998.

Fórum CRUB V – realizado em articulação com a Unesco e com o apoio da Capes, serviu para ampliar a divulgação da Declaração de Paris na comunidade acadêmica e dar início a um processo de reflexão nas universidades acerca dos objetivos e desafios da educação superior no próximo milênio. Na oportunidade, foi lançada a publicação (traduzida para o português pelo CRUB) *Tendências da Educação Superior para o Século XXI*. Também se formulou e aprovou a "Agenda CRUB para o sistema universitário brasileiro no limiar do século XXI" (Anexo III).

Papel do CRUB na avaliação

Faz mais de dez anos, o CRUB vem acumulando grande experiência e um sólido conhecimento em avaliação institucional das universidades.

Nas reuniões do CRUB Itinerante, foi consenso que o Conselho de Reitores, enquanto entidade da sociedade civil e legítimo representante das IES, deveria construir o seu modelo de avaliação. Por duas razões principais. De um lado, constituir-se ele próprio numa instância promotora da avaliação. De outro, proceder à avaliação dos mecanismos utilizados pelo Executivo, a fim de contribuir para o seu aprimoramento, bem como torná-los mais adequados à diversidade de situações do ensino superior no País.

Dessa forma, o CRUB elaborou em 1997 um Termo de Referência versando sobre temáticas vinculadas à avaliação e à melhoria das universidades e que serviu como ponto de partida para o desenvolvimento de quatro estudos a cargo de especialistas. Os estudos, identificados a seguir, foram publicados na revista *Estudos e Debates*:

- "A avaliação institucional nas universidades brasileiras: diagnóstico e perspectivas", por Michelangelo Giotto Santoro Trigueiro;
- "Programas de melhoria e inovação no ensino de graduação", por Ricardo Chaves de Rezende Martins e Carlos Benedito Martins;
- "Políticas e estratégias de capacitação docente", por Brasilmar Ferreira Nunes;
- "Questões de financiamento nas universidades brasileiras", por Jacques Schwartzman.

Esses estudos foram objeto de debate e de aprofundamento nos quatro painéis da 63ª Plenária realizada em Fortaleza em março de 1998 e, dois meses depois, no Seminário de Reitores e Especialistas, em Brasília. Cabe ainda notar que, embora distintos, eles compõem de forma articulada o Termo de Referência do projeto de avaliação que vem sendo construído pelo CRUB.

Fortalecendo as Ações



Fórum CRUB II, auditório do CNE, Brasília, junho de 1997



Workshop Internacional: "O papel do CRUB na Avaliação", Rio de Janeiro, maio de 1999



1ª Conferência Nacional Universitária, Brasília, novembro de 1999

O tema avaliação voltou a ser destaque no Workshop Internacional realizado no Rio de Janeiro, de 12 a 14 de maio de 1999, com enfoque para "O papel do CRUB na avaliação". O workshop, que objetivava propiciar uma análise comparativa das experiências de avaliação e acreditação existentes em países dos continentes americano e europeu, permitiu ao CRUB apropriar-se de relatos, princípios e conceitos úteis à fundamentação do seu Projeto de Avaliação das Universidades.

A proposta para o referido projeto foi debatida inicialmente no Conselho Deliberativo, devendo ser examinada na 65ª Plenária, reunião de pauta, a ser realizada em Brasília, de 10 a 12 de abril de 2000. Ela está assentada em torno de três focos:

- qualidade acadêmica,
- eficiência e eficácia administrativa e
- relevância pública e social.

O Projeto CRUB de Avaliação das Universidades pretende ser, de fato, instrumento de gestão, razão pela qual contempla 14 dimensões básicas:

1. Missão, objetivos e vocação da instituição
2. Ensino
3. Pesquisa
4. Relações externas
5. Corpo docente
6. Corpo discente
7. Corpo técnico-administrativo
8. Administração acadêmica de cursos
9. Controle de produto
10. Organização e governo
11. Planejamento e avaliação
12. Recursos de informação
13. Recursos de infra-estrutura física
14. Recursos financeiros.

O modelo em construção propõe, entre outras fases, o auto-estudo ou diagnóstico institucional, por comissão interna, e a visita de comissão de avaliação externa, assistida por comissão da IES. A idéia é a de que se instaure um processo abrangente e voluntário, que busque a objetividade, a contextualização, o autoconhecimento, a coerência interna e a relevância dos resultados.

Interação universidade e sociedade

1ª Semana e 1ª Conferência Nacionais Universitárias

Como forma de fortalecer o compromisso das universidades com a sociedade, o CRUB realizou em 1999 a 1ª Semana Nacional Universitária e a 1ª Conferência Nacional Universitária, nas quais se debateu o tema: "O fenômeno do desemprego: diagnóstico e perspectivas".

Para subsidiar os debates e reflexões sobre o tema, o Conselho de Reitores elaborou um Termo de Referência, por intermédio do Prof. Márcio Pochmann, da UNICAMP, e o enviou a todas as universidades filiadas, acompanhado de um exemplar da publicação da CNBB "Sem trabalho? Por quê?".

A 1ª Semana Nacional Universitária ocorreu no mês de outubro de 1999, simultaneamente, em 55 universidades filiadas ao CRUB, com a participação da comunidade acadêmica e da sociedade em geral. Sua instalação se deu no dia 26, em São Paulo, com transmissão ao vivo, pela Rede Vida de Televisão, diretamente dos estúdios das Irmãs Paulinas, tendo dela participado o Presidente do CRUB e os especialistas Márcio Pochmann e Adolfo Furtado, sendo que os telespectadores interessados podiam participar via internet e por telefone. Cada universidade preparou a sua programação, realizando seminários, grupos de estudo, plenária, workshop, conferência, exposição de trabalhos de pesquisas sobre emprego, desemprego, trabalho infantil, etc.

Com o intuito de aprofundar o tema do desemprego, e seguindo o rastro deixado pela Semana Universitária, o CRUB promoveu no mês seguinte, em Brasília, a 1ª Conferência Nacional Universitária. Os debates desta tiveram como ponto alto a pluralidade dos participantes, que incluíam dirigentes, acadêmicos e representantes dos segmentos político, governamental, religioso, empresarial e sindical.

Os resultados colhidos nesses dois eventos estão sendo sistematizados, para devolução às universidades, como forma de subsidiar novas ações relacionadas com a questão do desemprego e do emprego.

Fortalecendo as Ações



63ª Reunião Plenária, Fortaleza, março de 1998



64ª Reunião Plenária, PUCRS, novembro de 1998



1 Encontro de Representantes das IES junto ao CRUB, Brasília, setembro de 1999

A Universidade do Vale do Paraíba (UNIVAP) colocou à disposição do CRUB equipamento e pessoal de produção que colaborou na organização do programa de lançamento da Semana.

Plenárias

O Conselho de Reitores, no período de 1997/1999, foi aprofundando, através do CRUB Itinerante, os debates de temas relevantes colocados na pauta das políticas públicas para a educação superior. Assim, ao mesmo tempo em que se ampliava o nível de informações entre os reitores, iam-se oferecendo subsídios ao processo de deliberação nas reuniões plenárias.

63ª Plenária

Na 63ª Plenária, realizada em março de 1998, em Fortaleza, tendo como anfitriã a Universidade de Fortaleza (UNIFOR), a temática examinada versou sobre "Uma política de ensino superior". O evento se destacou pelo enfoque diferenciado dos debates, em que se procurou discutir a política de ensino superior na perspectiva dos interesses da sociedade, das novas gerações, do desenvolvimento do País e do princípio federativo.

A Plenária de Fortaleza possibilitou ainda a apresentação das propostas de ação para o CRUB colhidas nas reuniões do CRUB Itinerante, resultando na elaboração e aprovação da Carta CRUB de Fortaleza. A carta (Anexo IV), que guarda vinculação com as propostas definidas pelo Colegiado sobre o Plano Nacional de Educação, define princípios e estratégias para o aperfeiçoamento das políticas de ensino superior e reafirma a necessidade do estabelecimento da Agenda Brasil para a Década da Educação.

O papel do CRUB na avaliação voltou a ser enfatizado, tendo sido apreciado e debatido o Termo de Referência do Projeto CRUB de Avaliação, abrangendo estudos sobre a avaliação, financiamento, capacitação e inovação na graduação.

64ª Plenária

A 64ª Plenária se realizou em Porto Alegre, em novembro de 1998, tendo como anfitriã a PUCRS. Sua temática, "As Políticas de Educação Superior e Suas Relações com o Recredenciamento das Universidades", dava prosseguimento ao debate iniciado no Fórum CRUB IV e no CRUB Itinerante de 1998.

Foi na 64ª Plenária que o documento "Contribuição do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras para o processo de credenciamento" e a Carta de Porto Alegre foram aprovados (Anexo V). O Colegiado reafirma, nessa carta, a sua pretensão de estabelecer um espaço permanente de debates e discussões, contemplando os aspectos das políticas para o ensino superior, a ciência e a tecnologia, sobretudo no que concerne ao aprofundamento de temas referentes à autonomia universitária, à avaliação, ao credenciamento, à capacitação docente e ao regime de trabalho.

Essa interligação nas propostas do CRUB vai solidificando a sua identidade e força política, e sinalizando, cada vez mais, a necessidade de continuar centrando a sua liderança no cenário da educação superior, ciência e tecnologia.

1º Encontro com os Representantes das Universidades junto ao CRUB

O Conselho de Reitores realizou em 1999 o 1º Encontro com os Representantes das Universidades junto ao CRUB, com o objetivo de fortalecer a relação da Entidade com os associados, mediante a socialização de suas ações no interior delas, bem como conseguir maior capilaridade e visibilidade do Colegiado nas universidades e na sociedade.

As propostas elencadas pelos participantes do Encontro vieram ratificar as contribuições dos reitores (oriundas das reuniões do CRUB Itinerante) relativas à necessidade da reestruturação do Conselho em representações regionais, como fator de força política e de aglutinação de todo o trabalho voltado para a consolidação de um sistema de educação superior, ciência e tecnologia.

Com relação ao Plano Institucional do CRUB, em fase de elaboração, foi sugerida a inclusão do tópico "Arte e Cultura", bem como a previsão da aglutinação de grupos de universidades em torno da Educação a Distância. Participaram do encontro 48 representantes das IES filiadas.

Conselho Deliberativo

Ao longo do período 1997/1999, o Conselho Deliberativo realizou 11 reuniões, em que apreciou e deliberou sobre a realização das mais diversas ações do CRUB. Como resultado de suas deliberações, aprovou o ingresso de 18 novas universidades e de 43 membros honorários (ex-reitores), conforme discriminado a seguir.

Fortalecendo as Ações



Reunião do Conselho Deliberativo com o Ministro da Educação, maio de 1997



214ª Reunião do Conselho Deliberativo, Brasília, julho de 1997

Ingresso de novas universidades 1997/1999

Ano de filiação	IES
1997	Universidade de Sorocaba – UNISO Universidade para o Desenvolvimento do Estado e da Região do Pantanal – UNIDERP Universidade de Cuiabá – UNIC Universidade Potiguar – UnP Universidade de Montes Claros – UNIMONTES Universidade de Cruz Alta – UNICRUZ
1998	Universidade São Judas Tadeu – USJT Universidade do Oeste de Santa Catarina – UNOESC Universidade da Região de Joinville – UNIVILLE Universidade do Contestado – UnC Universidade Salvador – UNIFACS Universidade Severino Sombra – USS Universidade Estadual do Piauí – UESPI Universidade Metodista de São Paulo – UMESP Universidade do Estado da Bahia – UNEB Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – UEMS
1999	Universidade do Norte do Paraná – UNOPAR Universidade Anhembi Morumbi – AUM

Fonte: Secretaria Executiva do CRUB.

Ingresso de membros honorários 1997/1999

Ano	Nome/Universidade
1997	Sérgio Luiz Magarão, UNI-RIO Renato Godinho Navarro, UFOP Gilberto Luiz Moraes Selber, PUCCAMP Luzia Guimarães, UFMT Antônio Lima Bandeira, UFV Helgio Henrique Câmara Trindade, UFRGS Nestor Barbosa de Andrade, UFU Charles Carvalho Camilo da Silveira, UFPI Itan Pereira da Silva, UEPB
1998	Flávio Fava de Moraes, USP Maria das Neves Gurgel de Oliveira Castro, URRN Euro Brandão, PUC/PR Ary Monteiro do Espírito Santo, UFG João Cláudio Todorov, UnB Lauro Julião de Souza Sobrinho, UFAC Nelson Abrahim Fraji, UA Hermes Ferreira Figueiredo, UNICSUL Aurora Catharina Giora Albanese, UM Antônio Diomário de Queiroz, UFSC Henrique Luiz Varésio, UnG Tomaz Aroldo da Mota Santos, UFMG José Henrique de Faria, UFPR João Batista Barreto Lubanco, UNIG José Martins Filho, UNICAMP Elydo Alcides Guareschi, UPF Odilon Antônio Marcuzzo do Canto, UFMS Ivone de Toledo Piza Araújo, UNIG Paulo Alcântara, UFRJ Ermani Bicudo de Paula, UNIMARCO Wilson Kniphoff da Cruz, UNISC
1999	Roberto Leal Lobo e Silva Filho, UMC Walter Frantz, UNIJUI Sérgio de Moraes Dias, UGF Luiz Antônio de Souza, UEM Luiz Pedro Antunes, UFF Mércio Jacobsen, FURB Walney Joelmir Hammes, UCPel Emeldo Schallenberger, UNIOESTE Arthur Roquete de Macedo, UNESP Pe. Décio Batista Teixeira, UCB/DF José Ivonildo do Rêgo, UFRN Manoel Bezerra de Melo, UMC Luiz Felipe Perret Serpa, UFBA

Fortalecendo as Ações



*XI Congresso Bienal da Organização Universitária Interamericana,
Québec, Canadá, outubro de 1999*

Entre as principais deliberações aprovadas pelo Conselho Deliberativo, destacam-se as seguintes:

- a realização do CRUB Itinerante, com o objetivo de discutir a identidade e os compromissos da Entidade;
- o Plano de Ação do CRUB para 1999/2000, contemplando as linhas estratégicas de ação e as propostas de ação prioritárias;
- a proposta preliminar do Plano Institucional do CRUB, a partir dos relatórios das cinco reuniões do CRUB Itinerante de 1997;
- a realização do Workshop Internacional sobre o "Papel do CRUB na avaliação";
- a programação dos cinco Fóruns CRUB e da 63ª e 64ª Plenárias do CRUB;
- a promoção, com a participação do CNE, do seminário destinado às IES filiadas, objetivando propiciar a discussão da LDB, no que diz respeito à educação superior;
- a realização de estudos e a fixação dos valores da cota-contribuição, na perspectiva de reduzir o número de faixas e o impacto delas sobre as filiadas;
- a realização do projeto da nova sede do CRUB.

Além disso, o Conselho Deliberativo aprovou em suas reuniões os termos de referência relativos à questão do desemprego e ao projeto CRUB de avaliação das universidades, bem como as agendas para a década da educação e para o sistema universitário, e os documentos com as contribuições do CRUB para o PNE e para o recredenciamento.

Para exame e deliberação dos mais vários temas, o Conselho Deliberativo convidou a participar de suas reuniões alguns especialistas e dirigentes de universidades, tanto nacionais como estrangeiras, envolvidos com questões atinentes às instituições de ensino superior, destacando-se dentre outras as seguintes participações:

- do Reitor José Ivonildo do Rêgo, Presidente da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais Superior (Andifes), na reunião do Conselho Deliberativo, e dos reitores Rodolfo Joaquim Pinto da Luz, da UFSC, Jader Nunes de Oliveira, da UFPB, Wriana Maria Panizzi, da UFRGS, membros do Diretório daquela associação, para uma exposição sobre a situação das universidades federais;
- do Reitor Jader Nunes de Oliveira, da UFPB, Vice-Presidente da Andifes, na reunião do Conselho Deliberativo, apresentando a "Agenda Autonomia";
- do Reitor Juan Carlos Romero Hicks, Presidente da Organização Universitária Interamericana (OUI).

A política de articulação

A atuação de uma instituição está intrinsecamente associada, entre outros fatores, ao seu engajamento na articulação com diferentes entidades envolvidas com o mesmo setor ou similar, principalmente para compartilhamento de experiências, na perspectiva de um fortalecimento recíproco.

O CRUB no decorrer desses três anos procurou intensificar ações articuladoras, mantendo interlocução com as associações dos segmentos universitários, com organismos nacionais e internacionais e com diferentes instâncias representativas da sociedade, no encaminhamento de questões de interesse das universidades, respeitando-se sempre as especificidades do mantenedor público e privado.

Mas a ação do Conselho esteve também ligada às questões estruturais, conjunturais e emergenciais, quando, em vários momentos, esta Presidência acompanhou e apoiou os dirigentes das associações em reuniões e audiências com integrantes do Legislativo e do Executivo.

Nessa perspectiva de intensificar ações de articulação, vê-se que no período 1997/1999 os resultados desse trabalho foram ampliados, levando a Entidade a não desconsiderar o grande potencial de tal estratégia, como mais um passo para o fortalecimento do seu papel político.

Assim, considerando as diretrizes fixadas pelo Colegiado, e sem perder de vista as propostas do Governo para a educação superior, destacam-se as seguintes matérias, objeto das ações deste Conselho:

Autonomia universitária

O CRUB pôde marcar sua presença no encaminhamento dessa questão e estender as suas articulações, sempre no intuito de reafirmar o princípio da autonomia, que é uma conquista da sociedade brasileira, garantida pela Constituição Federal, e que não comporta adjetivação.

No tocante à autonomia das universidades federais, o CRUB, no período de 1997/1999, desenvolveu gestões para apoiar as ações da Andifes, seja na discussão da PEC 370/96 no Congresso, seja mais recentemente no debate da autonomia, a partir de proposta do MEC. Em abril de 1997 o Presidente do CRUB assistiu na Câmara dos Deputados à leitura do relatório preliminar da PEC 370/96, ocasião em que entregou à Deputada Marisa Serrano,

Fortalecendo as Ações



Lançamento da publicação Os Assentamentos da Reforma Agrária no Brasil, Palácio do Planalto, setembro de 1997

Presidente da Comissão Especial, documento contendo a reafirmação do Colegiado pela manutenção do art. 207 da Constituição Federal e de apoio às propostas das universidades federais encaminhadas através da Andifes.

Mais recentemente, o Presidente do CRUB participou do seminário Autonomia Universitária e Desenvolvimento Nacional, realizado pela Andifes, na Câmara dos Deputados, em maio de 1999, quando foram reforçadas ainda mais as posturas do CRUB sobre a autonomia universitária. Na oportunidade foi articulada a implantação da Frente Parlamentar em defesa das IFES e da consolidação do sistema federal do ensino superior.

Todavia, a participação deste Colegiado na questão da autonomia não se restringiu apenas ao Legislativo, já que representantes da Diretoria da Andifes estiveram também presentes a reuniões do Conselho Deliberativo, com o objetivo de expor os encaminhamentos mais recentes sobre a matéria. Destaca-se a presença do Vice-Presidente da Andifes, Reitor Jader de Oliveira Nunes, da UFPB, que fez ampla exposição sobre a questão da autonomia, com ênfase para a Agenda Autonomia/94, sublinhando o novo Projeto de Lei do MEC sobre autonomia, com destaque para o funcionamento das IFES.

Financiamento da educação superior

No que tange à discussão do financiamento do ensino superior, o CRUB procurou dar seqüência às iniciativas em andamento, realizando estudos voltados para as questões de financiamento nas universidades e centrando forças nos contatos com o Legislativo e Executivo.

Merece registro a proposta do CRUB atinente aos investimentos em educação – nada menos do que 6% do produto interno bruto – constante do PNE, mantendo-se relação com a expansão prevista da matrícula em educação superior. Tal expansão deve estar associada a diferentes mecanismos que garantam o cumprimento das metas.

Além disso, o CRUB realizou um estudo específico sobre o financiamento da educação superior, com o objetivo de subsidiar as ações do Colegiado e das universidades nessa temática. O texto do estudo, de autoria do Prof. Schwartzman, foi debatido na 63ª Plenária do Conselho Deliberativo e, finalmente, publicado na revista *Estudos e Debates*, a fim de servir de subsídios aos estudos, debates e propostas de assuntos vinculados às políticas de educação superior.

Numa outra linha, o CRUB também participou, como convidado ou por ação própria, das articulações em prol do aumento e liberação de recursos para a educação superior. Entre as ações empreendidas, vale mencionar:

- apoio às ações da Abruc e Anup, inclusive participando de audiências com o Ministro da Educação, Dr. Paulo Renato de Souza, sobre as propostas de ampliação do número de vagas do Creduc (Crédito Educativo), em função da expressiva demanda de alunos carentes, a partir de 1997, e de estabelecimento de cronograma de regularização da liberação das verbas desse programa;
- participação, juntamente com a Abruc, das reuniões com o Ministro Paulo Renato e equipe objetivando aprimorar a sistemática do recém-criado Fundo de Financiamento ao Estudante de Ensino Superior (FIES), em 1999, principalmente quanto às mudanças de regras relativas à redução dos juros, do risco das universidades e do aumento do prazo de financiamento;
- participação, em 1999, do Presidente do CRUB, no Palácio do Planalto, na assinatura de ato de criação do FIES;
- participação do Presidente do CRUB na reunião sobre a apresentação da Sistemática de Financiamento do Programa de Recuperação e Ampliação dos meios físicos das IES;
- participação do Presidente do CRUB, acompanhando o Presidente da Andifes, Reitor José Ivonildo do Rêgo, e comitiva de reitores das federais, na reunião com o Presidente do Senado, Dr. Antônio Carlos Magalhães, objetivando solicitar apoio para o projeto que tramitava no Congresso acerca das gratificações de funções dos servidores e professores das universidades federais, e assim procurar resolver o impasse de uma greve que já alcançava mais de 70 dias.

Nas reuniões do CRUB Itinerante, do Conselho Deliberativo e nas Plenárias, foram incluídas também nos programas questões de interesse das universidades, como ocorreu na reunião do CRUB Itinerante de São Paulo, ocasião em que foi aprovado um manifesto à Nação, o qual alerta a sociedade sobre as graves conseqüências decorrentes da regulamentação da Lei nº 9.732/98, de 11/12/98, sobre a filantropia (Anexo VI).

Reforma agrária

O CRUB, em convênio com o Ministério Extraordinário de Política Fundiária (MEPF), constituiu um Grupo de Trabalho para a implantação de ações relativas à reforma agrária em todo o País, composto dos seguintes membros: Reitor Abib Salim Cury, UNIFRAN; Reitor Lauro Morhy, UnB; Reitora Anaci Bispo Paim, UEFS; Reitor Walter Frantz, UNIJUÍ; Reitor Luiz Felipe Serpa, UFBA; Prof. João Cláudio Todorov, MEPF; Prof. Antônio Manoel Dias Henriques, UnB/Finatex; Profª Sueli Couto Rosa, UnB e Profª Maria Helena Alves Garcia, Secretária-Geral do CRUB.

O primeiro produto do Convênio entre o Inbra e o CRUB, com a execução da UnB, foi o 1º Censo da Reforma Agrária: Cadastro Nacional de Beneficiários da Reforma Agrária, que contou com a participação de 37 IES filiadas, 43 professores supervisores e 1.800 universitários e cujos resultados foram divulgados em reunião realizada no Palácio do Planalto, em setembro de 1997, no lançamento da publicação "Os Assentamentos da Reforma Agrária no Brasil".

Fortalecendo as Ações



Seminário Nacional - Programa de Alfabetização Solidária, Brasília, novembro de 1999

O CRUB, como participe do processo de reforma agrária, esteve presente no Palácio do Planalto, na pessoa de seu Presidente, por ocasião da assinatura do contrato de prestação de serviços para o Projeto Lumiar, que visa implantar uma rede nacional de assistência técnica e de capacitação de agricultores assentados, envolvendo as IES filiadas, por meio do engajamento de professores universitários nas equipes estaduais de supervisão como especialistas em consultoria *ad hoc*.

Ao dar cumprimento às proposições emanadas das reuniões do CRUB Itinerante, e em face da atual política social, o Colegiado se vê na condição de continuar estimulando a participação das universidades nesse processo da Reforma Agrária e em outros temas de interesse da sociedade, uma vez que a universidade brasileira tem todo empenho em participar da construção de um projeto para o País.

Avaliação e qualidade

Como enfatizado no corpo deste documento, o CRUB possui uma larga experiência e conhecimento, por mais de dez anos, na área de avaliação.

No período referente a este relatório, foram realizadas inúmeras ações sobre avaliação, as quais estão contidas nos seguintes documentos: "Contribuição do CRUB para o PNE"; "Contribuição do CRUB para o Recredenciamento"; "Termo de Referência do CRUB sobre Avaliação" (engloba quatro estudos publicados na revista *Estudos e Debates*); e o Projeto CRUB de Avaliação Institucional para as Universidades Brasileiras.

O Conselho, ora pela Presidência, ora por reitores designados, promoveu ou participou de eventos referentes à avaliação nos três níveis de ensino, tais como:

- no Rio de Janeiro promoveu o Workshop Internacional que discutiu o papel do CRUB na avaliação;
- 2º Encontro Goiano de Avaliação Institucional, promovido pela UCG e UFG, quando o Presidente do CRUB proferiu conferência sobre o tema "Avaliação por metas: propostas do CRUB";
- discussão dos procedimentos e validação dos instrumentos de coleta de dados do ensino superior, no Inep;
- 1ª Reunião do Conselho Consultivo do Enem, no Inep, em maio de 1999 com a participação da Reitora Clélia Brandão A. Craveiro, da UCG;
- reuniões da SESu/MEC para tratar das propostas de diretrizes curriculares, pelo disposto na LDB e para atender aos anseios da comunidade acadêmica, participação do Reitor Clemente Ivo Juliatto, da PUC/PR;
- Seminário Educação para Todos, em junho/99, no CNE, participação do Reitor Guy Capdeville, da UCB/DF;
- presença na Comissão Interinstitucional Nacional de Avaliação do Ensino Médico (Cinaem);
- participação no Comitê Interinstitucional de organização do 1º Encontro Nacional de Educação de Jovens e Adultos (RJ).

Além disso, Maria Helena Alves Garcia, Secretária-Geral do CRUB, representou o Conselho no XI Congresso Bienal da OUI, realizado em Quebec, Canadá, sobre "A Mobilidade Acadêmica no Contexto da Integração Interamericana". Na ocasião o CRUB montou um stand no qual demonstrou aos visitantes a organização do Sistema de Ensino Superior Brasileiro, apresentando produtos de várias universidades do País, nas áreas do ensino, da pesquisa e da extensão.

Outro momento significativo foi o estabelecimento de Protocolo de Intenções entre o CRUB e a Unesco, assinado pelo Presidente deste Conselho, Reitor José Carlos Almeida da Silva, e pelo representante dessa Organização no Brasil, Dr. Jorge Werthein, para o desenvolvimento de ações conjuntas, visando à melhoria da qualidade e ao fortalecimento do papel da universidade na sociedade brasileira.

Comunidade Solidária

O Conselho de Reitores permanece com a parceria estabelecida com a Comunidade Solidária, mediante convênio, principalmente quanto ao Programa Alfabetização Solidária, por entender que as universidades vêm contribuindo decisivamente com o seu trabalho e com um efetivo comprometimento no desenvolvimento de ações voltadas para a melhoria das taxas de analfabetismo.

Nessa perspectiva, o Presidente do CRUB participou da apresentação do Programa Alfabetização Solidária, Expansão II, e do 1º Encontro de Parceiros do Programa, quando foram apresentados os resultados da avaliação final do Projeto-Piloto e a premiação do 1º Concurso de Redação, com a presença da Drª Ruth Cardoso, empresários e reitores, ambos os eventos realizados em São Paulo.

Outras articulações

Destaca-se, também, a parceria CRUB/Fundação Milton Campos, há mais de três anos, para a concessão do Prêmio Senador Milton Campos, visando a estimular a comunidade acadêmica na realização de estudos e pesquisas sobre questões relevantes para o desenvolvimento social, econômico e político do País. Os temas propostos para os estudos têm despertado grande interesse dos estudantes universitários, cujos depoimentos dos alunos selecionados

Fortalecendo as Ações



15º Curso de Especialização em Administração Universitária: formando gestores em parceria com a OUI



Publicações editadas pelo CRUB



ratificam a importância dessa parceria. Tem sido prática desse trabalho de integração a publicação da monografia premiada, bem como a distribuição de exemplares às IES filiadas, como forma de divulgar o trabalho e difundir teses amplamente estudadas sobre temas de relevante interesse social.

Ao lado dessas parcerias, o Conselho não poupou esforços no sentido de ampliar o diálogo com representantes do segmento religioso, bem como da área empresarial e sindical, tendo em vista integrar as universidades nas ações do interesse da sociedade:

- o Presidente do CRUB participou, ainda, do debate sobre a pobreza no País, promovido pela CNBB, no segundo semestre de 1999;
- participou, também, como debatedor, do Seminário Internacional de Empreendedorismo: A universidade formando empreendedores, promovido pela CNI.

A Entidade indicou os seguintes reitores para representá-la na relação com:

- o Instituto Euvaldo Lodi:
 - José Walter da Fonseca, da UERN, que integrou a Comissão Julgadora do Prêmio do Instituto Euvaldo Lodi (IEL) de interação Universidade-Indústria, em 1999;
 - Lauro Morhy, da UnB, designado para ser o representante do CRUB no Conselho Consultivo do IEL.
- a Embrapa:
 - Luiz Sérgio Saraiva, da UFV, em abril/99, que integrou a Comissão Julgadora do Prêmio Frederico de Menezes Veiga, no campo da pesquisa agropecuária.

Registra-se, ainda, a participação do Reitor Lauro Morhy, da UnB, como representante do CRUB, na 51ª Reunião Anual da SBPC, na PUCRS.

A Comunicação do CRUB

O Conselho de Reitores vem se afirmando, cada vez mais, como o *locus* dos estudos e debates das grandes questões da educação superior no Brasil. Como tal, necessita utilizar-se de meios diversos de comunicação, de modo que os resultados de suas ações alcancem a comunidade acadêmica e a sociedade em geral. Mas o que caracteriza melhor a sua comunicação são os periódicos – revistas, jornais e informativos da ação colegiada.

No período compreendido por este relatório, o CRUB publicou as seguintes edições de suas duas revistas:

Educação Brasileira nº 38 – apresenta estudos de diferentes magnitudes que ajudam a pensar a universidade no momento de grandes mudanças que afetam a vida brasileira.

Educação Brasileira nº 39 – destaca o problema da extensão universitária, tema atual, com grande enfoque na função social da instituição acadêmica.

Educação Brasileira – índice temático e de colaboradores contendo sumário de 10 anos. Números 21 a 40 – 1988/1998.

Estudos e Debates nº 20 – engloba os quatro estudos, que compõem o termo de referência do projeto CRUB de avaliação institucional para as universidades, além da conferência de abertura da Plenária de Fortaleza, cujo tema foi “Uma política de ensino superior”.

Lançamento de especial significado, no Fórum CRUB V, em 1999, foi o do volume *Tendências da Educação Superior para o Século XXI*, coletânea que reúne os documentos básicos da Conferência Mundial de Paris sobre Educação Superior, realizada em 1998. Todo o material foi traduzido e organizado pelo CRUB, com o apoio da Unesco e da Capes.

Os outros periódicos editados e publicados pelo CRUB são:

CRUB Informa – jornal quinzenal que serve ao propósito de divulgar as ações do Conselho e de publicar e intercambiar experiências exitosas das universidades filiadas, nas áreas do ensino, da pesquisa e da extensão.

Jornal do Conhecimento – publicação planejada para divulgar matérias das filiadas, de modo a propiciar o reconhecimento público das universidades. Para a publicação dos dois únicos números, veiculados em outubro e dezembro de 1998, foi possível contar com o apoio do Sebrae e da Fundação Banco do Brasil. A manutenção deste Jornal foi interrompida em virtude dos custos de edição e porque o CRUB não contou com novas parcerias.

Informativo das Reuniões do Conselho Deliberativo – comunicado que se destina especialmente aos membros filiados, com o objetivo de socializar os resultados das reuniões ordinárias e extraordinárias do Colegiado.

Desafios para o CRUB



Desafios para o CRUB

A decisão colegiada de fortalecer o papel político do CRUB deve constituir-se em uma constante procura de mecanismos consistentes, capazes de garantir o espaço que cabe à Entidade, enquanto legítima representante do Sistema Universitário Brasileiro. Daí nasce a imperiosa necessidade de o Colegiado manter sempre uma postura pró-ativa junto às universidades, à sociedade e aos poderes constituídos, principalmente no que concerne à contribuição para a formulação de políticas nas áreas de educação superior, ciência e tecnologia.

A par disso, considerando que o contexto social e político tem exigido das universidades, cada vez mais, uma maior capacidade de interação com os setores da sociedade, cabe ao Conselho de Reitores, juntamente com as associações dos segmentos, desenvolver ações e atividades voltadas para apoiá-las também nesse seu outro papel.

Para o alcance de seus propósitos, o CRUB deve canalizar energias direcionadas para a dinamização dos programas e projetos já aprovados, entre os quais merecem destaque o programa de aperfeiçoamento da gestão universitária e o de interação da universidade com a sociedade. Assim, a prioridade deve estar centrada na urgência da implantação do projeto de avaliação do CRUB e na necessidade de dar continuidade às Semanas e Conferências Nacionais Universitárias, com a abordagem de temas de interesse da sociedade, em especial, inicialmente, a reforma agrária e a violência.

O Conselho deverá ainda envidar esforços para operacionalizar a realização de cursos de gestão universitária, visando à capacitação e atualização de dirigentes das filiadas, mediante a integração de aulas presenciais e a distância. A experiência acumulada com o curso de Especialização em Administração Universitária, que vem sendo realizado em convênio com a OUI desde 1983, deve ser aprofundada e ampliada.

Outra experiência vitoriosa que merecerá ter continuidade é o Fórum CRUB, como espaço de intercâmbio de idéias e reflexões sobre as tendências da educação superior. Além disso, torna-se necessário desenvolver seminários regionais, de modo a contar com a maior participação de representantes das IES filiadas, destacando-se de início o aprofundamento do debate e do detalhamento da Agenda CRUB para o Sistema Universitário Brasileiro no Limiar do Século XXI.

Nas ações de elaboração de uma pauta possibilitadora da articulação do CRUB com a sociedade e os poderes constituídos, encontra-se, pela sua importância para o decênio que se avizinha, a construção da Agenda Brasil para a Década da Educação.

Nesta mesma seqüência de prioridades, dada a iminência do processo de apreciação do PNE e do Recredenciamento das Universidades, respectivamente no Congresso e CNE – fatos esses geradores de grande expectativa no mundo acadêmico e na sociedade –, o CRUB terá como desafio acompanhar e interceder de forma propositiva em ambas as circunstâncias.

No tocante ao planejamento e à programação política e acadêmica das ações do CRUB, em função da revisão da sua identidade e do seus compromissos, que propõem a redução da descontinuidade das ações do Colegiado, é imperiosa a necessidade de concluir e implementar o seu Plano Institucional, mediante detalhamento da sua nova estrutura e a conseqüente reforma estatutária, bem como a discriminação das metas prioritárias de curto e médio prazos.

De forma análoga, por guardar relevância similar, encontra-se a necessidade de manutenção do CRUB Itinerante, enquanto mecanismo facilitador do processo de mobilização e de agregação dos membros do Colegiado em torno das diretrizes da Instituição.

Por fim, está reservado à Entidade o desafio de equacionar o anseio das associações dos segmentos, através da construção da nova sede do CRUB (os projetos já estão todos concluídos). Dessa forma, o CRUB poderá atender a uma questão emblemática e, por via de conseqüência, política, que é ensejar novamente o compartilhamento, por todos os reitores, do mesmo espaço físico. E também propiciar um maior conforto aos associados e aos funcionários, principalmente em razão do aumento constante do número de filiações de novas universidades.

ANEXO I
COTAS-CONTRIBUIÇÃO DAS IES FILIADAS
1995/1997

Faixas de contribuição	Valor (R\$)
1	4.314,00
2	6.615,00
3	8.916,00
4	11.217,00
5	13.518,00
6	15.819,00
7	18.120,00
8	20.421,00
9	22.721,00
10	25.022,00

Fonte: Secretaria Executiva do CRUB.

1999

Faixas de contribuição	Valor (R\$)
1	8.000,00
2	10.000,00
3	12.000,00

Fonte: Secretaria Executiva do CRUB.



ANEXO II
CARTA CRUB I

Tema: Exame Nacional de Cursos

Ao(à) Magnífico(a) Reitor(a) e à Comunidade Acadêmica,

No último dia 07 de maio, com a presença de 84 participantes das IES filiadas, foi realizado o Seminário "As Universidades e o Exame Nacional de Cursos", para discutir e refletir sobre os resultados do 1º ENC, bem como para examinar as suas implicações na adoção de políticas e estratégias pertinentes.

Em decorrência dos debates, emergiu um elenco de propostas que o CRUB entendeu oportuno encaminhar, como contribuição à busca conjunta da melhoria e da qualidade do Ensino Superior Brasileiro, ao MEC:

1. implantação imediata do Sistema Nacional de Avaliação, conforme preceitua o Decreto 2.026/96, uma vez que este é mais abrangente do que o Exame Nacional de Cursos, o qual constitui apenas um dos instrumentos desse sistema mais amplo;
2. inclusão dos resultados do PAIUB no Sistema Nacional de Avaliação e no recredenciamento das IES, objetivando valorizar o processo de avaliação através do projeto institucional de cada uma delas;
3. estabelecimento de políticas e estratégias, a partir dos resultados do ENC e do Sistema Nacional de Avaliação, para as instituições que necessitem melhorar a qualidade de ensino, principalmente aquelas voltadas para titulação do corpo docente;
4. revisão dos critérios de classificação do ENC não só para aprimorar o processo avaliativo como também para evitar o estabelecimento de "ranking" entre as IES;
5. envio dos resultados do ENC às respectivas IES, antes da sua divulgação na mídia, a fim de que os dados sejam revistos, se for o caso;
6. atribuição de nota somente àqueles alunos que, efetivamente, responderem às questões da prova, de modo a evitar distorções nos respectivos resultados;
7. adiamento do segundo ENC, para o mês de setembro, a fim de que sejam corrigidas algumas distorções identificadas, ajustando seu calendário às avaliações de cada IES;
8. divulgação dos resultados do ENC após obtenção dos dados da análise dos demais componentes do Sistema Nacional de Avaliação, visando oferecer à sociedade um maior conhecimento do sistema universitário e, também, possibilitar a edição do Anuário do Ensino Superior;
9. ampla divulgação na mídia, pelo MEC, de que o ENC não é o único instrumento de avaliação da graduação das IES, visando preservar a imagem das instituições envolvidas e do alunado.

Brasília - DF, 12 de maio de 1997.

Reitor José Carlos Almeida da Silva
Presidente do CRUB

ANEXO III

AGENDA CRUB PARA O SISTEMA UNIVERSITÁRIO BRASILEIRO NO LIMAR DO SÉCULO XXI¹

A Conferência Mundial sobre Educação Superior, promovida e coordenada pela UNESCO, em Paris, no mês de outubro de 1998, constituiu um momento importante para o exame do futuro da Educação Superior, nunca igualado em eventos similares anteriores. O evento, de abrangência mundial, envolveu mais de 4 mil pessoas de cerca de 180 países e contou com a participação de 125 ministros da Educação, além de representantes de segmentos interessados. Como coroamento de seus trabalhos, foi emitida a "Declaração Mundial sobre Educação Superior no Século XXI: Visão e Ação".

A referida declaração foi elaborada levando em conta o contexto em que se encontra a humanidade neste limiar de novo século. O mundo está no início de uma nova era da civilização, na qual a educação, o conhecimento e a informação desempenharão um papel de crucial importância. Entre outros anseios da humanidade, a educação superior deverá contribuir para: desenvolver uma cultura da paz, construir uma sociedade que aprende, manter processos de aprendizagem permanente, democratizar a sociedade do conhecimento, viabilizar o uso compartilhado do conhecimento e da informação como matérias-primas para o desenvolvimento social, capacitar as pessoas para viverem em um mundo de rápidas mudanças, viabilizar os novos paradigmas da ciência baseados na probabilidade, criar condições para que a formação de nível superior e também o trabalho possam superar as orientações centradas no posto de trabalho e no mercado, mediante estratégias voltadas para a empregabilidade e para os campos de atuação profissional configurados a partir das necessidades sociais.

No contexto da América Latina, especificamente, é necessário destacar algumas características peculiares: considerável expansão das matrículas no ensino superior; multiplicação e diversificação das instituições; aumento acelerado de pessoal docente e de egressos; grande ampliação do setor privado de ensino; restrições crescentes do gasto público e internacionalização da educação superior e da investigação científica. Dois pontos críticos marcam essa realidade. Primeiro, as oportunidades de acesso ao ensino superior, apesar da expansão quantitativa, pecam pela falta de democratização. Segundo, em consequência dos ajustes econômicos e das dificuldades fiscais, é restrito o financiamento público da educação superior. Cabe ainda notar a crise de qualidade do ensino universitário, que tem posto em xeque o papel da universidade na sociedade latino-americana.

No que diz respeito ao Brasil, é importante que a Declaração de Paris dê origem a um conjunto de linhas de ação concretas para os agentes que dirigem e realizam o trabalho com a Educação Superior no País, como um passo para a concretização dos ideais então propostos. Suas principais diretrizes, consideradas como um marco referencial para o Sistema Universitário Brasileiro, podem ser resumidas nas seguintes proposições:

- a ampliação do acesso ao ensino superior é uma necessidade para atender a um direito de todos os cidadãos;
- o ensino superior deve ter, em todas as suas instâncias e modalidades, a garantia de qualidade e relevância de seu trabalho para a sociedade;
- a educação superior deve orientar-se por um fortalecimento das relações do ensino com o mundo do trabalho, assegurando sempre a realização do compromisso da educação com o atendimento às necessidades sociais;
- a produção do conhecimento científico e tecnológico é uma importante função que integra o Sistema de Ensino Superior;
- deve haver uma intensa incorporação do conhecimento e da tecnologia desenvolvidos em

¹ Proposições formuladas no FÓRUM CRUB V – TENDÊNCIAS DA EDUCAÇÃO SUPERIOR PARA O SÉCULO XXI, realizado em Brasília, de 29 a 30 de setembro de 1999.

diferentes áreas do conhecimento e campos de atuação profissional para a realização do trabalho de educação em nível superior;

- é urgente elaborar políticas claras e precisas de formação de pessoal qualificado, em nível superior, para atender às necessidades do País;
- as universidades devem dedicar-se à afirmação da autonomia responsável e ao exercício da liberdade acadêmica, construídos pelo diálogo intenso, amplo, contínuo e crítico em torno de um esforço de cooperação, baseado na solidariedade, no tratamento igualitário a todas as pessoas e no respeito aos valores culturais e humanos;
- o referencial para os projetos das universidades e para as definições de políticas de desenvolvimento do ensino superior deve ser a construção de uma sociedade mais inclusiva, mais justa e mais igualitária;
- é papel do Estado prover financiamento do Sistema de Educação Superior e do sistema de produção do conhecimento científico e tecnológico;
- é necessário evitar a transformação do Ensino Superior em negócio, como se a educação pudesse ser reduzida a uma mercadoria. É imprescindível considerar a Educação como um direito social e um investimento da sociedade, voltados para a promoção e o desenvolvimento humano, evitando sempre sua subordinação a concepções e práticas mercantilistas.
- é importante a realização e a ampliação do debate das proposições para a Educação Superior no século XXI, envolvendo os componentes das comunidades acadêmicas e os segmentos da sociedade em que cada instituição está inserida.

A partir dessas orientações, os participantes do Fórum CRUB V sobre "Tendências da Educação Superior para o Século XXI" avaliaram as exigências da realidade atual do ensino superior e, em encaminhamento à questão, explicitaram linhas de ação para os principais agentes responsáveis pela orientação do Sistema Universitário do País. Assim, foram especificadas atuações importantes para o Estado, para o Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras e para os dirigentes das instituições universitárias.

Cabe ao Estado:

1. Promover políticas de desenvolvimento e de integração da Ciência, da Tecnologia e do Ensino Superior, incentivando a participação das Universidades na formulação e realização dessas políticas para o País, bem como respeitando os princípios de liberdade acadêmica e de autonomia institucional;
2. Criar condições legislativas, políticas e financeiras para o desenvolvimento da Educação Superior, de acordo com os termos da Declaração Universal dos Direitos Humanos e as disposições constitucionais do País;
3. Criar mecanismos que reduzam as disparidades regionais, no que diz respeito à Educação Superior e à produção de conhecimento científico e tecnológico;
4. Assegurar estabilidade das políticas públicas de financiamento da Educação Superior, com transparência nas alocações, nos controles e na avaliação dos resultados obtidos pelas instituições;
5. Promover medidas de proteção e incentivo à comercialização de produtos, serviços e processos tecnológicos desenvolvidos pelas Universidades, protegendo a propriedade intelectual e facilitando a obtenção de patentes e certificados;
6. Manter programas de bolsas e auxílios ao desenvolvimento da pesquisa e de estudos, de maneira a promover a excelência e a produtividade das instituições de ensino superior;
7. Manter programas de bolsas e auxílios a estudantes, particularmente para os de menos recursos, de forma a facilitar seus estudos;

deve ser estimulada, mediante formas específicas de financiamento, a desenvolver modalidades alternativas de capacitação e de titulação de docentes e técnicos, inclusive através do ensino a distância, de mestrados e doutorados interinstitucionais e/ou consorciados, e de outras maneiras de aperfeiçoamento da competência docente e técnica.

Os reitores consideram que a universidade brasileira, para se desenvolver em qualidade e ampliar o acesso escolar, necessita contar com o imprescindível apoio financeiro para o incremento das atividades de pesquisa e de extensão e com o fomento da ciência e da tecnologia a serviço da qualidade de vida. Entendem, também, que o Programa de Estabilidade Fiscal proposto pelo Governo Federal acarretará prejuízos irreversíveis à educação brasileira, provocando ainda mais a desarticulação entre o sistema educacional, as organizações de ciência e tecnologia, o setor produtivo e as políticas de desenvolvimento.

Os reitores consideram que a avaliação da universidade brasileira não deve ultrapassar a segura constatação dos limites dos compromissos assumidos no projeto institucional da universidade, estabelecidos em função das políticas públicas, reconhecendo que a LDB concede prazo às universidades para cumprimento dos requisitos essenciais à sua existência. Face a isso, propõe aos poderes públicos o estímulo e o apoio para que as universidades tornem realidade o que lhes é requerido pela Lei, sob pena de transformar a avaliação num desgastante processo meramente burocrático e sem a desejada elevação dos padrões de qualidade requeridos pela sociedade brasileira.

Os reitores consideram que a universidade brasileira, visando à plena integração de docentes e discentes, deve adotar formas alternativas de regime de trabalho que permitam aos professores não só o exercitamento planejado das atividades de sala de aula e de laboratórios, como também favorecer-lhes, através de um programa de incentivos especiais, o desenvolvimento da produção intelectual e científica institucionalizada, com vistas a alcançar os objetivos estabelecidos pela LDB.

Porto Alegre, 11 de novembro de 1998.

José Carlos Almeida da Silva
Presidente do CRUB

ANEXO VI

DECLARAÇÃO À NAÇÃO

O Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras – CRUB, surpreendido pelo teor do Decreto 3039/99, regulamentador da Lei 9732/98, que modifica o conceito de filantropia e das isenções fiscais daí decorrentes, deliberou em sua reunião de 29 e 30 de abril, em São Paulo, alertar a sociedade brasileira sobre as graves consequências decorrentes da implantação da referida norma legal.

Essa legislação atingiu fortemente as entidades filantrópicas, educacionais e não educacionais, que encontravam na isenção da cota patronal da Previdência, bem como das contribuições conexas, uma sólida base de parceria com a União para a ação social, em favor das populações menos favorecidas.

A retirada das isenções provocará os seguintes impactos:

- a) aumento aproximado de 30% sobre a folha de pagamento das Universidades;
- b) aumento, entre 23% e 25%, das anuidades pagas pelos alunos, com elevada repercussão para a maior parte das famílias tão fortemente atingidas pela crise econômica, que não suportarão tais custos;
- c) ampliação da inadimplência e da evasão.

Entre as principais consequências, que contribuirão para acentuar o aumento da exclusão social, destacam-se as seguintes:

- a) cancelamento das bolsas de estudo concedidas a alunos carentes;
- b) extinção e/ou diminuição drástica dos serviços sociais prestados pelas Universidades, tais como alfabetização de adultos, assistência médica, odontológica, jurídica, psicológica e outros;
- c) redução do quadro de professores e funcionários dedicados ao ensino e à pesquisa.

Face à gravidade da situação, o Conselho de Reitores conclama a sociedade para que se mobilize na defesa da manutenção das conquistas sociais alcançadas e apela, uma vez mais, aos membros dos Poderes Legislativo e Executivo, para que, com a urgência necessária, adotem as medidas pertinentes, modificadoras das normas legais citadas, a fim de evitar as perniciosas consequências apontadas.

São Paulo, 30 de abril de 1999.

José Carlos Almeida da Silva
Presidente do CRUB

ANEXO VII

CONFERENCISTAS QUE PARTICIPARAM DOS EVENTOS DO CRUB

Evento	Tema	Conferencistas/Expositores
Fórum CRUB I: As universidades e o Exame Nacional de Cursos	O MEC e o "Provão"	Dr. Edson Machado, Chefe do Gabinete do Ministro da Educação
	Avaliação dos resultados do Exame Nacional de Cursos	Profa. Maria Helena Guimarães Castro, Presidente do Inep
	Avaliação das implicações do Exame na adoção de políticas e estratégias	Dr. Abílio Baeta Neves, Secretário da SESu
Fórum CRUB II: A LDB e o ensino superior	Princípios e fins da educação nacional	Cons. Arnaldo Niskier e José Arthur Giannotti
	Organização da educação nacional e sistemas de ensino	Cons. Lauro Ribas Zimmer e Éfram de Aguiar Maranhão
	Profissionais da educação	Cons. Silke Weber
	Financiamento da educação	Cons. Jacques Velloso
	Disposições gerais	Cons. Hésio de Albuquerque Cordeiro
	Disposições transitórias	Cons. Yugo Okida
Fórum CRUB-III: A regulamentação da LDB e suas conseqüências para as universidades	Acesso ao ensino superior	Cons. Carlos Alberto Serpa de Oliveira e Myriam Krasilchik
	Mesa-redonda	Reitor Francisco Prado de Oliveira Ribeiro, da UNISANTOS Reitora Wraza Maria Parizzi, da UFRGS
Fórum CRUB IV	Tema I: O descompasso entre a lei e a realidade	Senador Josaphat Marinho
	Tema II: Recredenciamento das universidades- aspectos legais e da política de avaliação	
	Aspectos legais	Reitor Manoel Gonçalves Ferreira Filho, da UnG
	Aspectos da política de avaliação	Reitor Mozart Neves Ramos, da UFPe
Fórum CRUB V: Tendências da Educação Superior para o Século XXI	A Declaração de Paris	Dr. Marco Antônio Rodrigues Dias
	Implicações da declaração mundial da educação superior na universidade latino-americana, no século XXI	Dr. Carlos Tunnermann Bernheim, assessor da Unesco em Paris
	Implicações da declaração mundial da educação superior na universidade brasileira, no século XXI	Reitor José Carlos Almeida da Silva, Presidente do CRUB Reitora Clélia Brandão Alvarenga Craveiro, da UCG
Seminário de reitores e especialistas	Apresentação da proposta original dos estudos- conexões temáticas e metodológicas	Prof. Ricardo Martins
	Avaliação institucional	Prof. Michelangelo Trigueiro
	Capacitação do corpo docente	Prof. Brasilmar Nunes
	Modernização e inovação no ensino de graduação	Prof. Ricardo Martins e Carlos Benedito Martins
	Financiamento das universidades	Prof. Jacques Schwartzman
Workshop Internacional. O papel do CRUB na avaliação	Experiência da Europa em avaliação e acreditação - Exposição sobre a experiência portuguesa	Dr. Alberto M. S. C. Amaral -membro da Direção da Conferência Permanente dos Reitores Europeus (CRE)
	Experiência latino-americana em avaliação e acreditação - Exposição sobre a experiência da Argentina	Dr. Norberto Rafael Fernandez Lamarra -membro da Comissão Nacional de Avaliação e Acreditação Universitária (CONEAU)

Evento	Tema	Conferencistas/Expositores
Workshop Internacional: O papel do CRUB na avaliação	- Exposição sobre a experiência do México Experiência norte-americana em avaliação e acreditação A experiência brasileira em avaliação Propostas de acreditação institucional para o Brasil	Dr. Carlos Pallan Figueroa -Professor- Investigador da Universidade Autônoma Metropolitana Prof. Jon Amastae-Universidade do Texas, El Paso, EUA Reitor Mozart Neves Ramos- Reitor da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE Profª. Maria Helena de Magalhães Castro, UFRJ
CRUB Itinerante: Identidade e compromissos do CRUB	Coordenação das atividades de planejamento estratégico	Prof. José Leonel de Sá Prof. Eduardo Ramos
CRUB Itinerante O credenciamento das universidades	Avaliação, credenciamento e acreditação O processo de avaliação para o credenciamento das universidades As políticas de pesquisa e pós-graduação e sua relação com o credenciamento das universidades As políticas para o tempo integral, face ao credenciamento das universidades	Comissão de Avaliação do CRUB: Reitor Roberto Leal Lobo e Silva Filho, UMC (presidente); Reitor Mozart Neves Ramos, UFPE (re- lator); Reitora Clélia Brandão A. Craveiro, UCG; Reitor Erneldo Schallenger, UNIOESTE Dr. Éfrem de Aguiar Maranhão, Presidente do CNE Dr. Lauro Ribas Zimmer, Cons. do CNE Dr. Abílio Baeta Neves, Presidente da Capes Dra. Silke Weber, Cons. do CNE Dr. Carlos Alberto Serpa de Oliveira, Cons. do CNE
63ª Plenária: Uma política de ensino su- perior	Uma política de ensino superior Painel I: Políticas e estratégias de capacitação do corpo docente Painel II: Programas de melhoria e inovação no ensino de graduação Painel III: Financiamento e investimento na universidade Painel IV: Programas institucionais de avaliação	Dr. Luiz Felipe Perret Serpa, UFBA Prof. Brasilmar Ferreira Nunes, UnB Prof. Ricardo Chaves de Rezende Martins Prof. Jacques Schwartzman, UFMG Prof. Michelangelo Giotto Santoro Trigueiro, UnB
64ª Plenária: As políticas de educação superior e suas relações com o credenciamento das universidades	Sessão de abertura As políticas de pesquisa, pós-graduação e tempo integral e suas relações com o credenciamento das universidades Avaliação, Credenciamento e Acreditação Relações entre avaliação e acreditação como meios de garantir a qualidade na educação superior A importância da avaliação no estabelecimento de políticas para a educação superior Cursos sequenciais Propostas e estratégias do CRUB para o credenciamento, face aos resultados do CRUB Itinerante Documento de referência para o Plano Institucional do CRUB	Ministro Paulo Renato Souza Dr. Abílio Baeta Neves, SESu/MEC Prof. Eduardo Moacyr Krieger, Presidente da Academia Brasileira de Ciência Prof. Sérgio Henrique Ferreira, Presidente da SBPC Reitora Clélia Brandão Alvarenga Craveiro Reitor Erneldo Schallenger, UNIOESTE Dr. José Lange, Secretário-Executivo do Conselho de Reitores da Alemanha Dra. Marilena de Souza Chaul, USP Dr. Jacques Velloso, CNE Reitor Édson R. P. de Souza Franco, UNAMA Profa. Telma de Carvalho Lobo, vice- reitora, UFPA Reitor José Rubens Rebelatto, UFSCar Reitor Clemente Ivo Juliatto, PUC/PR Prof. Silvio Botomé, consultor

ANEXO VIII

COMISSÕES INSTITUÍDAS NO PERÍODO DE 1997 A 1999

Finalidades	Reitores integrantes
Compatibilizar as propostas oriundas das Reuniões do CRUB Itinerante (1997) para o Plano Nacional de Educação	Édson R. P. de Souza Franco, UNAMA Luiz Felipe P. Serpa, UFBA José Walter da Fonseca, UERN
Analisar a temática da avaliação e apresentar propostas que visem subsidiar a atuação do CRUB junto às universidades, aos poderes constituídos e à sociedade civil	Roberto Leal Lobo e Silva Filho, UMC Mozart Neves Ramos, UFPE Clélia Brandão Alvarenga Craveiro, UCG Emeldo Schallenberg, UNIOESTE
Elaborar proposta preliminar do Plano Institucional do CRUB	Primeira Comissão: Almir de Souza Maia, UNIMEP José Rubens Rebelatto, UFSCar Clemente Ivo Juliatto, PUC-PR Mércio Jacobsen, FURB Segunda Comissão: Almir de Souza Maia, UNIMEP Paulo Alcântara Gomes, UCB/RJ Lauro Morhy, UnB Roberto Frederico Merhy, UEPG Clemente Ivo Juliatto, PUC-PR
Divulgar os programas, projetos e atividades desenvolvidos pelas IES, voltados para a Reforma Agrária, bem como aprofundar o debate sobre a significação da Reforma Agrária, no contexto atual da sociedade brasileira	Abib Salim Cury, UNIFRAN Anaci Bispo Paim, UEFS Lauro Morhy, UnB Luiz Felipe Perret Serpa, UFBA Walter Frantz, UNIUI
Coordenar o processo de eleição para os cargos de Presidente, Vice-Presidente e membros dos Conselhos Deliberativo e Fiscal, a ser realizada no dia 24 de março de 1998, em Fortaleza-CE	Sérgio de Moraes Dias, UGF Anaci Bispo Paim, UEFS Emídio Cantídio de Oliveira Filho, UFRPE Cléo Joaquim Ortigara, URI

Fonte: Secretaria Executiva do CRUB.



CONSELHO DE REITORES DAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS



Relatório
1997 - 2001

**CONSELHO DE REITORES DAS
UNIVERSIDADES BRASILEIRAS - CRUB**

CONSELHO DELIBERATIVO - 2001

MEMBROS NATOS:

Presidente

Reitor José Carlos Almeida da Silva - UCSAL

Vice-Presidente

Reitor Paulo Alcântara Gomes - UCB-RJ

MEMBROS TITULARES:

Reitor Rodolfo Joaquim Pinto da Luz - UFSC

Reitora Milca Severino Pereira - UFG

Reitora Anaci Bispo Paim - UEFS

Reitor Roberto Frederico Merhy - UEPG

Reitor Édson R. P. de Souza Franco - UNAMA

Reitora Elmara Lúcia de Oliveira Bonini Corauci - UNAERP

Reitor Cléo Joaquim Ortigara - URI

Reitor Baptista Gargione Filho - UNIVAP

Reitor Ene Glória da Silveira - UNIR

Reitor José Walter da Fonseca - UERN

Reitor Sidney Storch Dutra - UNISA

Reitor Lauro Morhy - UnB

Reitor Clemente Ivo Juliatto - PUCPR

MEMBROS SUPLENTE

Reitor Cícero Mauro Fialho Rodrigues - UFF

Reitor Roberto Claudio Frota Bezerra - UFC

Reitor Egon José Schramm - FURB

Reitora Neusa Altoé - UEM

Reitor Mizaél Araújo Barreto - UnP

Reitor Pedro Chaves dos Santos Filho - UNIDERP

Reitora Eronita Silva Barcelos - UNIJUÍ

Reitor José Teodoro Soares - UVA/CE

Reitora Lúcia Maria Baiocchi Amaral - UNICRUZ

CONSELHO FISCAL

MEMBROS TITULARES:

Reitor Altamiro Belo Galindo - UNIC

Reitora Ir. Jacinta Turolo Garcia - USC

SECRETÁRIA-GERAL

Prof.^a Maria Helena Alves Garcia

SUMÁRIO

- 3 **Apresentação**
- 5 **Conselho de Reitores - Novo Perfil**
- Programa de Fortalecimento do Papel Político do CRUB**
- Ações do CRUB Itinerante
 - Plano Institucional
 - Planos de Ação
 - Contribuições para o PNE
 - Contribuições para o Recredenciamento
 - Contribuições do Fórum CRUB
 - Plenárias
 - Ação Colegiada
 - Articulações
 - Nova Sede
 - Cota-Contribuição
 - Comunicação Institucional
- 27 **Programa de Aperfeiçoamento da Gestão Universitária**
- Papel do CRUB na Avaliação
 - Avaliação Institucional: carro-chefe do CRUB
 - Curso de Especialização em Administração Universitária
 - Educação a Distância
- 34 **Programa de Interação da Universidade com a Sociedade**
- 1ª Semana e 1ª Conferência Nacionais Universitárias
 - Reforma Agrária
 - Comunidade Solidária
- 37 **Anexos**
- I - Planos de Ação
 - II - Carta CRUB I
 - III - Agenda CRUB para o Sistema Universitário Brasileiro
 - IV - Carta CRUB de Fortaleza
 - V - Carta CRUB de Porto Alegre
 - VI - Contribuição das IES Filiadas
 - VII - Conferencistas que participaram dos eventos do CRUB
 - VIII - Comissões Instituídas
 - Declaração à Nação

Apresentação



*Reitor José Carlos Almeida da Silva
Presidente do CRUB*

Ao retornar ao CRUB em 1997, tinha consciência dos desafios a serem encontrados, os quais fazem parte do nosso dia-a-dia e dão movimento e agilidade à Academia.

Naquela época, propus dar minha contribuição a este Conselho, trazendo para debate uma pauta de reflexão para os companheiros reitores, que previa rever a identidade do CRUB e examinar os seus compromissos na sua relação externa e interna, uma vez que a orquestração de uma nova ordem internacional, com reflexos em nosso País, exigia respostas concretas às mais diferentes demandas.

Assim fizemos no período de dois mandatos (1997 e 1998/1999), quando este Colegiado instituiu o CRUB Itinerante, mecanismo vital para facilitar a mobilização de seus membros e deslanchar um processo fecundo de debates. Nesses encontros, os reitores propuseram, entre outras ações, a definição de um Plano Institucional para evitar a descontinuidade de ações e permitir ao CRUB conduzir seus programas de modo mais propositivo.

Essas reuniões descentralizadas redesenharam a atuação do CRUB, mediante o desenvolvimento de programas como o fortalecimento do seu papel político e aperfeiçoamento da gestão e da integração da universidade com a sociedade. Foi, então, possível implementar ações que repercutiram no interior desta Entidade, nas instituições de ensino superior a ela filiadas, na sociedade, no governo e no Parlamento.

Em 2000, em novo mandato, mantivemos, nesta Casa, a mesma dinâmica, convencidos de que era preciso dar continuidade ao trabalho político de reconstruir o Conselho de Reitores, de discutir novas finalidades e dar-lhe a visibilidade e a capilaridade de que precisa para realizar novos empreendimentos. Àquela época, era esse o meu compromisso de prosseguir nesta jornada com o mesmo entusiasmo e empenho.

Assumimos, como centralidade da ação do CRUB, o seu Programa de Avaliação Institucional para as Universidades Brasileiras, que conta, até o momento, com a adesão de 19 instituições de ensino superior dos diversos segmentos universitários.

Esta bandeira foi abraçada pelo Plenário e pelo Conselho Deliberativo desta Casa. A larga experiência do Colegiado sobre avaliação deu-lhe credencial para propor e indicar alternativas junto aos Poderes constituídos, no tocante as políticas públicas existentes, notadamente aquelas que retiravam das universidades prerrogativas da autonomia consagrada constitucionalmente.

Por outro lado, na relação da universidade com a sociedade, não há dúvida de que o CRUB tem

um espaço amplo e privilegiado para desenvolver um trabalho profícuo. Isto se comprova através da realização de eventos como a 1ª Semana e 1ª Conferência Nacional Universitárias sobre o desemprego.

Nessa linha de reflexão e, ao mesmo tempo, atentos às pulsações da sociedade, temas como violência, segurança, cidadania e reforma agrária estão elencados para darem um tom bastante significativo ao debate durante os anos de 2002 e 2003.

Temos consciência de que, ao longo desses anos, cuidamos de planejar, de forma bem prospectiva, prevendo sólidas ações futuras para o CRUB, dentre elas o projeto de construção da nova sede do Conselho de Reitores e a reestruturação organizacional desta Entidade. Como se sabe, o projeto da sede se encontra finalizado, enquanto que o Plano Institucional, com a possibilidade de reestruturação interna deste Conselho, poderá ser levado para debate, por ocasião de uma próxima Plenária.

Este documento traduz, de forma inequívoca, o esforço de todos os Membros deste Colegiado em prol de um Conselho de Reitores forte, dinâmico e voltado para as grandes questões da educação superior, da ciência e tecnologia.

Para atingir esta linha de chegada que nos propusemos, o empreendimento foi coletivo e a reconstrução do CRUB foi feita, de forma compartilhada, nessa grande, gratificante e significativa caminhada de 1997 a 2001.

Concluo com a convicção de que, como as grandes marchas impulsionam seus adeptos para novas conquistas, o caminho ainda se apresenta com múltiplos desafios, urgindo que todos estejamos unidos e firmes, no sentido de que o CRUB continue prestando relevantes contribuições ao sistema universitário do País.

Registro, finalmente, o agradecimento ao clima solidário e compartilhado vivenciado em conjunto com todos os meus Pares, para que pudéssemos construir, de forma contextualizada, mais esta etapa da história deste Conselho, pelo qual todos temos dispensado o melhor de nossas intenções, preocupações, esforços e energia.

JOSÉ CARLOS ALMEIDA DA SILVA
Presidente do CRUB

Conselho de Reitores - Novo perfil

Programas e Ações Desenvolvidas

Os reitores, em 1997, adotaram uma decisão histórica de reexaminar a identidade do CRUB, revendo também seus compromissos, numa postura crítica e voltada para a busca de novos caminhos para a Entidade.

O chamamento para essa mobilização juntou-se a uma pauta política que foi discutida e pulsou como condição indispensável para que o CRUB pudesse continuar contribuindo, de forma mais incisiva, para o fortalecimento do sistema universitário brasileiro e o aprimoramento da relação da universidade com a sociedade.

Assim, foi instituído o CRUB Itinerante, cujas reuniões descentralizadas deram maior visibilidade à Entidade e passaram a integrar outras estratégias de mobilização, como o Fórum CRUB e a Semana e Conferência Nacional Universitária, que marcaram também a história deste Conselho de Reitores.

Na perspectiva de dar ao CRUB um novo reordenamento institucional, é possível delimitar bem esse processo; de 1997/1998, pode-se dizer que foi o período dedicado à revisão do papel político e dos compromissos do CRUB; de 1999/2000, definição e aprovação do Plano de Ação I; impulso aos programas e às ações de fortalecimento, com os estudos e elaboração de proposta preliminar do Plano Institucional e do projeto da nova sede; e em 2000/2001 foi aprovado o Plano de Ação II, incluindo novas atividades do CRUB, e implementado o seu Programa de Avaliação Institucional.

Assim, pode-se dizer que os Programas - *Fortalecimento do Papel Político do CRUB*, *de Aperfeiçoamento da Gestão Universitária e de Interação da Universidade com a Sociedade* permaneceram como âncora para os Planos de Ação e que as atividades elencadas em cada um deles tiveram uma relação efetiva com as reais necessidades das universidades filiadas.

Programa de Fortalecimento do Papel Político do CRUB

A dimensão que se deu à estratégia de trabalhar o fortalecimento do papel político do CRUB, ao longo desses anos, decorre da imperiosa necessidade de o Colegiado promover o aperfeiçoamento das universidades brasileiras para o desenvolvimento da Ciência, da Tecnologia e do Ensino Superior, como defensor e promotor do fortalecimento da autonomia universitária.

Portanto, numa rápida retrospectiva das reuniões promovidas pelo Colegiado sobre a identidade do CRUB e seus compromissos, e a partir de inúmeras reflexões ao longo desses cinco anos, é possível registrar as propostas explicitadas pelos reitores nesse programa, as quais foram materializadas e implementadas nesse período.

Ações do CRUB Itinerante

Com a institucionalização do CRUB Itinerante, foram promovidas,



CRUB Itinerante, Goiânia/GO



CRUB Itinerante, São Paulo/SP



CRUB Itinerante, Fortaleza/CE



CRUB Itinerante, Recife/PE

estrategicamente, reuniões do Conselho Deliberativo com os reitores, nas suas respectivas regiões, no período de 1997 a 2001, propiciando maior leveza nas relações interpessoais e abrindo espaço para que todos participassem e se manifestassem durante os debates.

Para cada encontro havia um claro desafio: fortalecer o papel político da Instituição para o momento presente e para as próximas décadas, sem perder de vista a sua história, tradição e lutas.

A metodologia utilizada nessas reuniões foi a do planejamento estratégico, principalmente para as iniciadas em 1997, que enfatizou o diagnóstico situacional como forma de poder extrair as necessárias adequações conceituais e as informações imprescindíveis para projetar a ação do CRUB e pensar os novos paradigmas da educação.

Para essa primeira etapa do CRUB Itinerante, utilizou-se o documento "Reexame da identidade e dos compromissos do CRUB", que faz uma abordagem histórica e da cultura organizacional, e indica cenários e caminhos que se abrem para o futuro, centrando o debate na seguinte indagação:

Quais as problemáticas mais críticas que agregariam o Conselho de Reitores e as associações dos segmentos, numa busca articulada e compartilhada para a realização de um projeto de desenvolvimento das universidades e da sociedade?

Os reitores que participaram desse processo de mobilização puderam compreender que é possível ser feita a construção coletiva do futuro desejado para o CRUB. Entre as dezessete problemáticas elencadas, duas se apresentaram como prioritárias para a definição de diretrizes da ação agregadora do

CRUB e do fortalecimento do seu papel político:

- Aperfeiçoamento da gestão universitária;
- Interação da universidade com a sociedade.

Vê-se que, a partir daí, surgem dois programas fundamentais, os quais constituem, de fato, a base de sustentação para o fortalecimento político deste Colegiado.

Além das duas diretrizes prioritárias, resultaram do CRUB Itinerante os seguintes produtos/proposições:

- necessidade de elaborar um Plano Institucional para o CRUB, como forma de evitar a descontinuidade entre as gestões;
- definir Planos de Ação, de modo a marcar concretamente a ação do CRUB, definindo, dentro dos programas, as principais atividades a serem executadas;
- elaboração do documento "Contribuição do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras para o Plano Nacional de Educação", consubstanciado em propostas do Colegiado para o MEC;
- manutenção do CRUB Itinerante; realização de Fóruns CRUB e promoção da Semana e da Conferência Nacionais Universitárias, concebidas como formas de contribuir para o debate de temas de interesse da universidade e da sociedade.

Pela importância da estratégia adotada, o CRUB Itinerante passou a se constituir no mais novo esforço de pensar a construção da unidade do Conselho de Reitores, em face dos desafios que exigem situações inovadoras razão pela qual seu prosseguimento se deu em 1998, 1999 e no ano de 2001.

Na verdade, para cada ano, o CRUB Itinerante elegia uma temática sempre

condizente com as necessidades atuais e emergentes das universidades filiadas.

Nas reuniões de 1998 tratou-se do credenciamento das universidades, cujas contribuições foram levadas à Plenária de Porto Alegre em novembro desse mesmo exercício, e resultaram na elaboração e aprovação do documento "Contribuições do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras para o processo de credenciamento das universidades", que foi encaminhado ao MEC, CNE, universidades filiadas e entidades do sistema educacional em geral.

Já nas reuniões de 1999 foram debatidas as estratégias para a implementação do Plano de Ação do CRUB para 1999/2000, reforçando assim a posição de o Colegiado trabalhar com os programas definidos, sempre com indicativos de ação voltados para o resgate da sua força política na sua relação com as universidades, sociedade civil e os poderes constituídos.

Em 2001, o Colegiado, antenado às mudanças que vinham sendo implementadas na base do

sistema de educação superior, foi conclamado novamente para um amplo debate acerca das questões estruturais e emergenciais que envolviam a universidade brasileira, além daquelas de cunho interno como o Plano de Ação do CRUB 2001/2002; Plano Institucional; Propostas e problemas do CRUB, entre outros.

Considerando que o CRUB Itinerante já se constitui em relevante agente agregador das IES, as realizadas em 2001 contribuíram para a compreensão das ações desenvolvidas por este Conselho em anos anteriores, além de ensejar a socialização do que se pretendia realizar naquele exercício e em 2002.

Vale registrar que os resultados do CRUB Itinerante, tanto no início dessa mobilização, como nos anos subsequentes da sua realização, representam um marco na capacidade de atuação deste Conselho, pelo fato de propiciar aos reitores a oportunidade de um diálogo franco, fortalecendo entre os membros do Colegiado a consciência de se manter a unidade e a independência do CRUB como marcas mais importantes.

Reuniões do CRUB Itinerante – 1997/2001

Ano	Data	Local	Temáticas
1997	19 e 20/09	Goiânia - GO	Repensar a identidade e os compromissos do CRUB
1997	02 e 03/10	Porto Alegre - RS	
1997	15 e 16/10	Fortaleza - CE	
1997	27 e 28/10	São Paulo - SP	
1997	29 e 30/10	Rio de Janeiro - RJ	
1998	15 e 16/10	Rio de Janeiro - RJ	Discutir o credenciamento das IES
1998	22 e 23/10	São Paulo - SP	
1999	26 e 27/04	Recife - PE	Debater estratégias para implementação do Plano de Ação 99/2000
1999	29 e 30/04	São Paulo - SP	
2001	28/03	Brasília - DF	Debater ajustamentos necessários à proposta preliminar do Plano Institucional
2001	18/04	Belo Horizonte - MG	
2001	19/04	São Paulo - SP	
2001	20/04	Curitiba - PR	



CRUB Itinerante, Belo Horizonte/MG



CRUB Itinerante, Curitiba/PR

Resultados das Reuniões do CRUB Itinerante de 2001

Entre as principais proposições surgidas, vale destacar as seguintes:

- redação final do Plano Institucional, com a inclusão da nova estrutura organizacional para o CRUB;
- liderança, pelo CRUB, das questões atinentes à Educação a Distância;
- apresentação de estudos e realização de debates sobre temáticas como credenciamento e avaliação das condições de oferta;
- desenvolvimento de projeto que viabilize expandir a formação de gestores universitários;
- necessidade de o Conselho investir na capacitação dos coordenadores de avaliação das IES, visando estimular e ampliar a adesão ao Programa CRUB de Avaliação Institucional para as Universidades Brasileiras;
- preparação dos avaliadores externos e internos, de modo que essa ação seja o grande diferencial para o resultado do processo de avaliação implementado pelo CRUB;
- necessidade de estudar as causas da inadimplência das IES filiadas, com a indicação de medidas em relação às universidades devedoras.

Plano Institucional

Entre as propostas de ação aprovadas durante o CRUB Itinerante de 1997, encontra-se aquela referente à necessidade de formulação de um Plano Institucional para o CRUB. Sua elaboração prende-se a um duplo propósito:

evitar a descontinuidade das ações nas mudanças de gestão e aumentar a representatividade do Conselho junto aos poderes constituídos, à sociedade e às universidades, de forma que o mesmo passe a atuar com maior efetividade, em prol dos seus associados.

Com a elaboração da primeira versão do documento conceitual intitulado "Um Sistema Universitário e um Conselho de Desenvolvimento de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior", o CRUB procurou submetê-la à apreciação dos membros do Conselho Deliberativo, dos participantes das reuniões do CRUB Itinerante em 1998 e da Plenária de Porto Alegre.

Em todas essas oportunidades, os reitores ofereceram subsídios para o seu aprimoramento, sugerindo que, no detalhamento do Plano Institucional, fossem consideradas as revisões do Estatuto e a redefinição do papel do Conselho Deliberativo e da estrutura técnica e administrativa do CRUB, de modo a dar à Entidade maior capilaridade e a tornar o Conselho mais conhecido.

Na 65ª Plenária realizada em Brasília, em abril de 2000, foi feito um informe sobre essa proposta, e nas reuniões do CRUB Itinerante de 2001 essa versão do Plano Institucional constou da pauta de trabalho, onde os reitores apresentaram indicativos de ajustes e propuseram, ainda, que fosse providenciada a redação final do Plano, de modo a contemplar a nova estrutura organizacional, com a inclusão das sugestões oriundas desses encontros.

Mais recentemente, em novembro de 2001, o presidente do CRUB contratou os serviços técnicos da FGV/EAESP para realizar uma análise crítica da proposta do Plano

Institucional do Conselho de Reitores das Universidades, sendo que o resultado desta análise será levado para apreciação dos participantes da 67ª Plenária, em abril de 2002.

Planos de Ação

Como foi possível demonstrar, o CRUB se preparou, ao longo desses cinco anos, na direção de elaborar um Plano Institucional. Tal tentativa contou com o esforço dessa presidência e dos reitores que se colocaram na linha de frente para um trabalho minucioso e valorativo. Mas, enquanto se aguardava a conclusão do mesmo, o CRUB adotou, estrategicamente, a iniciativa de apresentar e aprovar Planos de Ação bienais, como o de 1999/2000 e 2001/2002, que vêm orientando as ações do Colegiado, como forma de dar direção e agilidade ao trabalho deste Conselho.

Os Planos de Ação se orientaram por três linhas estratégicas de ação, as quais buscam agregar os membros do Colegiado e das associações dos segmentos em torno do fortalecimento da Entidade e da sua contribuição para o sistema de ensino superior, ciência e tecnologia, e estão embasados nas deliberações adotadas nas reuniões do CRUB Itinerante, bem como nas reuniões Plenárias de Fortaleza, Porto Alegre e Brasília.

As linhas estratégicas estão definidas nos programas de aperfeiçoamento da gestão universitária, de interação da universidade com a sociedade e de fortalecimento do papel político do CRUB, conforme constam do Anexo I.

Cabe registrar que o Programa de Aperfeiçoamento da Gestão Universitária elegeu como prioridade a avaliação; já no Programa de Interação da Universidade com a Sociedade se optou por temas de grande interesse como o desemprego, a violência e a reforma agrária, sendo que o debate sobre esses dois últimos deverá realizar-se em 2002/2003.

Contribuições para o Plano Nacional de Educação

No decorrer desses cinco anos, entre as estratégias de ação levantadas pelos reitores

no tocante ao fortalecimento político do Conselho junto aos poderes constituídos, à sociedade e à universidade, registram-se as contribuições apresentadas para a formulação de políticas públicas nas áreas da educação superior.

Assim, no documento "Contribuição do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras para o Plano Nacional de Educação", elaborado e aprovado em 1997, este Conselho ratifica que o PNE deve ter como referência e objeto os interesses da sociedade e das gerações no desenvolvimento do País. As propostas dele constantes convergem para a enunciação tanto das diretrizes gerais do Plano, quanto de diretrizes e metas relativas à expansão do ensino superior, à autonomia universitária, à sistemática de avaliação, à pós-graduação, à pesquisa e aos recursos indispensáveis à sua execução.

Em outra vertente, o CRUB, dando cumprimento ao que determina a Carta CRUB de Fortaleza, elaborou a "Agenda Brasil para a Década da Educação". O documento propõe um movimento de articulação nacional objetivando fortalecer a mobilização e a participação da sociedade civil e dos poderes constituídos em torno de uma pauta que leve em consideração a contribuição de todos, inclusive da universidade brasileira, na erradicação do analfabetismo, na universalização do atendimento escolar, na melhoria da qualidade do ensino e na promoção humanística, científica e tecnológica.

Posteriormente, em maio de 2000, atendendo convite do presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Michel Temer, para debater o PL 4.155/98, projeto substitutivo ao Plano Nacional de Educação, cujo relator foi o Deputado Nelson Marckezan, o presidente do CRUB, reitor José Carlos Almeida da Silva, entre as propostas contidas no documento do Colegiado sobre o PNE, enfatizou a necessidade de serem aumentados os investimentos em Educação para 8% do PIB. Na oportunidade, centrou na apresentação das propostas do CRUB para as questões da autonomia universitária, da avaliação e da expansão do ensino superior.

Além disso, o presidente do CRUB manifestou



Debate ao projeto substitutivo do PNE, Câmara dos Deputados, maio/00



Reunião do Conselho Deliberativo com o Ministro da Educação, julho/01

concordância com a proposta do substitutivo, segundo o qual o PNE deve ser um plano de Estado e não de Governo, ensejando avaliação de quatro em quatro anos. Destacou, também, que o CRUB, em parceria ou isoladamente, pode prestar sua contribuição a essa tarefa.

Contribuições para o recredenciamento

Com a promulgação da LDB, em dezembro de 1996, iniciam-se no meio educacional intensos debates e estudos acerca da implantação de ações governamentais no campo do processo de avaliação, com vistas ao recredenciamento de instituições e renovação de reconhecimento de cursos. Destaca-se neste particular a aprovação, pela Câmara de Educação Superior do CNE, do Parecer nº 556/98, referente ao recredenciamento.

Como consequência, o CRUB, que possui uma larga experiência e conhecimento sobre avaliação, assume a liderança entre as instituições universitárias no processo de recredenciamento. Assim:

- realizou em Brasília, no mês de maio de 1998, o Fórum CRUB IV;
- constituiu uma comissão de avaliação, integrada por reitores e especialistas, para estudar o assunto e propor medidas;
- promoveu, em outubro de 1998, o CRUB Itinerante nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro;
- realizou, em Porto Alegre, em novembro de 1998, a 64ª Plenária, que discutiu as políticas de educação superior e suas relações com o recredenciamento das universidades, e na qual foi aprovado o documento "Contribuição do Conselho de

Reitores das Universidades Brasileiras para o processo de recredenciamento";

- submeteu ao Conselho Deliberativo, em dezembro de 1998, para a aprovação e redação final, o documento sobre recredenciamento;
- entregou ao senhor Ministro de Estado da Educação, Paulo Renato Souza, ainda em dezembro de 1998, o documento em questão. Por intercessão do CRUB e contando com a compreensão do MEC, o Parecer CES/CNE nº 556/98, sobre essa matéria, não foi homologado.

O documento elaborado pelo CRUB, em 1999, sobre o recredenciamento de universidades, examina a questão sob os aspectos legais, acadêmicos, de transição e de acompanhamento. Propõe ainda a criação, pelo MEC, de um comitê de acompanhamento do recredenciamento das universidades e instituições não-universitárias, com a participação de representantes do próprio MEC, do CNE e do CRUB. Este comitê, de caráter consultivo e de assessoramento, acompanharia o processo de transição e de implantação do recredenciamento.

Ações mais recentes:

- realizou a 65ª Plenária, em abril de 2000, sobre Políticas Públicas para o Ensino Superior Brasileiro, com a inclusão de mesas-redondas para reflexão de temas como avaliação e critérios para autorização e reconhecimento de cursos de IES;
- encaminhou às Universidades filiadas, em janeiro de 2001, cópia do Projeto de Resolução e do Parecer 1183/2000 (CNE/CES) sobre recredenciamento de instituições de ensino superior, solicitando

manifestação quanto ao conteúdo do referido parecer, do ponto de vista dos seus reflexos nas IES;

- participou, juntamente com membros do Conselho Deliberativo, em julho de 2001, de audiência com o senhor Ministro de Estado da Educação, Paulo Renato Souza, para dialogar sobre atos normativos recentes e suas repercussões para as universidades;
- participou de audiência pública, em outubro de 2001, a convite do CNE, sobre credenciamento e reconhecimentos de instituições de ensino superior;
- constituiu, em novembro, comissão de reitores com a finalidade de elaborar documento contendo propostas do CRUB sobre credenciamento e reconhecimentos de instituições de ensino superior;
- encaminhou ofício solicitando parecer jurídico aos doutores Ives Gandra da Silva Martins e Josaphat Marinho, que possibilite orientar as universidades brasileiras quanto ao ordenamento jurídico vigente;
- entregou ao senhor Ministro de Estado da Educação, Paulo Renato Souza, em novembro de 2001, cópia do parecer jurídico do Dr. Ives Gandra *Princípios de Direito Constitucional para o Ensino Superior - Direito adquirido e princípio da legalidade*, como forma de o CRUB contribuir para o exame da matéria sobre o credenciamento e reconhecimentos de IES;
- entregou ao presidente da Câmara dos Deputados, Dr. Aécio Neves, cópia do parecer jurídico do Dr. Ives Gandra, ocasião em que colocou o CRUB à disposição daquela Casa Legislativa, como interlocutor nas reflexões para a elaboração

de atos regulamentadores da matéria, além de solicitar ao nobre presidente a viabilidade de elaboração de Projeto de Lei, que, ao assegurar a avaliação institucional prevista no art. 209 da Carta Magna, preserve a autonomia universitária, segundo o art. 207 da Lei Suprema;

- realizou a 21ª Reunião Plenária Extraordinária, em 4 de dezembro de 2001, para apresentação dos encaminhamentos e estratégias adotados pelo CRUB em relação a essa questão; apresentação do parecer jurídico solicitado, além da apreciação do documento do Colegiado a respeito da matéria;
- encaminhou, em 5 de dezembro de 2001, ao presidente da Câmara de Educação Superior do CNE, cópia do documento do CRUB *Proposta do Conselho de Reitores para a Avaliação das Universidades Brasileiras*.

O CRUB, mediante inúmeras ações de intervenção em relação a essa matéria do credenciamento e reconhecimentos, procurou ratificar a sua postura, enfatizando no documento enviado ao CNE, entre outros aspectos, o seguinte:

Os eixos principais de qualquer processo avaliativo devem compreender o planejamento estratégico, as atividades acadêmicas e a infra-estrutura, não apenas em certos momentos, mas ao longo de toda a história da instituição, além de considerar a inserção regional de cada universidade e a existência de iniciativas devidamente concretizadas de avaliações realizadas pela própria universidade, pela sociedade em que se insere e por pares, tanto da comunidade acadêmica nacional quanto da internacional.



21ª Reunião Plenária Extraordinária. Brasília, 4/12/01

Ao lado disso, o referido documento destaca que a avaliação representa o melhor mecanismo para a reorganização das atividades acadêmicas, para a adequação da infra-estrutura funcional e para a reformulação do Plano de Desenvolvimento Institucional –PDI– de cada universidade.

Por fim, vale registrar que a postura do CRUB em relação a essa matéria tem ecoado com bastante força política e acadêmica, principalmente pela sua vasta experiência em avaliação, o que contribuiu para que este Colegiado viesse assumir, desde 1998, a liderança entre as instituições universitárias no processo de discussão sobre o credenciamento.

Contribuições do Fórum CRUB

O Colegiado aprovou a criação do Fórum CRUB, em 1997, como mais uma estratégia de mobilização dos seus membros em torno de temas de interesse da universidade e da sociedade, sempre na perspectiva de contribuir para o aperfeiçoamento das políticas públicas educacionais em curso e na busca do fortalecimento do seu papel político.

No período 1997/1999 foram realizados cinco Fóruns CRUB, sempre em Brasília. O quadro a seguir apresenta informações detalhadas sobre os mesmos.

Fóruns CRUB 1997/1999

Data	Evento	Tema	Nº de participantes
11/6/1997	Fórum CRUB I	As universidades e o Exame Nacional de Cursos	84
11/6/1997	Fórum CRUB II	A LDB e o ensino superior	106
12/6/1997	Fórum CRUB III	A regulamentação da LDB e suas consequências para as universidades	62
27/5/1998	Fórum CRUB IV	O desconexão entre a lei e a realidade	76
29/9/1999	Fórum CRUB V	Tendências da educação superior para o século XXI	161

Fonte: Secretaria Executiva do CRUB

Os Fóruns CRUB constituíram um momento privilegiado de reflexão e debate, cuja riqueza pode ser aferida pelos seguintes resultados:

Fórum CRUB I – ensejou a elaboração da Carta CRUB I (Anexo II), que contém um elenco de propostas encaminhadas ao MEC, visando ao aperfeiçoamento do Exame Nacional de Cursos, com destaque para a implantação do Sistema Nacional de Avaliação, por ser mais abrangente, com o aproveitamento do esforço realizado pelas universidades mediante o Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras (Paiub).

Fórum CRUB II – realizado com o CNE, proporcionou aos reitores do CRUB o debate sobre a LDB e sua regulamentação e, ainda, a avaliação dos reflexos desta legislação sobre o ensino superior. Concluiu-se por uma maior aproximação do CRUB com o CNE e, conseqüentemente, com as universidades.

Fórum CRUB III – propiciou aos dirigentes das universidades uma reflexão coletiva sobre o Decreto nº 2.207/97, regulamentador da LDB, visando compreendê-lo em profundidade quanto aos seus reflexos sobre o ensino superior. Como resultado, foram propostas modificações para seu aperfeiçoamento, possibilitando às associações dos segmentos reivindicar a sua alteração junto ao MEC, o que veio a ocorrer com a edição do Decreto nº 2.306/97.

Fórum CRUB IV – realizado por ocasião das comemorações dos 32 anos do CRUB, objetivou propiciar a reflexão e o debate sobre o credenciamento das universidades. Entre as propostas apresentadas, merece destaque a criação de uma comissão de reitores para estudar e apresentar indicativos de ação sobre a avaliação para o credenciamento, tema de uma das reuniões do CRUB Itinerante e de uma Plenária do Colegiado em 1998.

Fórum CRUB V – realizado em articulação com a Unesco e com o apoio da Capes, serviu para ampliar a divulgação da Declaração de Paris na comunidade acadêmica e dar início a um processo de reflexão nas universidades acerca dos objetivos e desafios da educação superior no próximo milênio.

Na oportunidade, foi lançada a publicação (traduzida para o português pelo CRUB) *Tendências da Educação Superior para o Século XXI*. Também se formulou e aprovou a "Agenda CRUB para o sistema universitário brasileiro no limiar do século XXI" (Anexo III).

Fórum CRUB VI – sobre Formação de Profissionalização Docente, em parceria com o CONSED e UNESCO, com previsão de ser realizado em 2002.

Plenárias

O Conselho de Reitores, no período de 1997/2001, foi aprofundando, através do CRUB Itinerante, os debates de temas relevantes colocados na pauta das políticas públicas para a educação superior. Assim, ao mesmo tempo em que se ampliava o nível de informações entre os reitores, iam-se oferecendo subsídios ao processo de deliberação nas reuniões plenárias.

63ª Plenária

Na 63ª Plenária, realizada em março de 1998, em Fortaleza, tendo como anfitriã a Universidade de Fortaleza (UNIFOR), a temática examinada versou sobre "Uma política de ensino superior". O evento se destacou pelo enfoque diferenciado dos debates, em que se procurou discutir a política de ensino superior na perspectiva dos interesses da sociedade, das novas gerações, do desenvolvimento do País e do princípio federativo.

A Plenária de Fortaleza possibilitou ainda a apresentação das propostas de ação para o CRUB colhidas nas reuniões do CRUB Itinerante, resultando na elaboração e aprovação da Carta CRUB de Fortaleza. A

carta (Anexo IV), que guarda vinculação com as propostas definidas pelo Colegiado sobre o Plano Nacional de Educação, define princípios e estratégias para o aperfeiçoamento das políticas de ensino superior e reafirma a necessidade do estabelecimento da Agenda Brasil para a Década da Educação.

O papel do CRUB na avaliação voltou a ser enfatizado, tendo sido apreciado e debatido o Termo de Referência do Projeto CRUB de Avaliação, abrangendo estudos sobre a avaliação, financiamento, capacitação e inovação na graduação.

64ª Plenária

A 64ª Plenária se realizou em Porto Alegre, em novembro de 1998, tendo como anfitriã a PUCRS. Sua temática, "As Políticas de Educação Superior e Suas Relações com o Recredenciamento das Universidades", dava prosseguimento ao debate iniciado no Fórum CRUB IV e no CRUB Itinerante de 1998.

Foi na 64ª Plenária que o documento "Contribuição do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras para o processo de credenciamento" e a Carta de Porto Alegre foram aprovados (Anexo V). O Colegiado reafirma, nessa carta, a sua pretensão de estabelecer um espaço permanente de debates e discussões, contemplando os aspectos das políticas para o ensino superior, a ciência e a tecnologia, sobretudo no que concerne ao aprofundamento de temas referentes à autonomia universitária, à avaliação, ao credenciamento, à capacitação docente e ao regime de trabalho.

Essa interligação nas propostas do CRUB vai solidificando a sua identidade e força política, e sinalizando, cada vez mais, a necessidade de



63ª Reunião Plenária, Fortaleza, março/98 / 64ª Reunião Plenária, PUCRS, novembro/98



65ª Reunião Plenária, Brasília, abril/00



66ª Reunião Plenária, Brasília, dezembro/00

continuar centrando a sua liderança no cenário da educação superior, ciência e tecnologia.

65ª Plenária

A 65ª Plenária foi realizada em Brasília, em abril de 2000, com o tema "Políticas públicas para o ensino superior brasileiro", centrando o debate na avaliação, critérios para autorização e reconhecimento de cursos de IES, além da apresentação da importância da universidade na formação de recursos humanos para a Previdência Social.

66ª Plenária

Realizada em Brasília, em dezembro de 2000, com o tema "Políticas e estratégias sobre Educação a Distância à luz da legislação vigente", ocasião em que o colegiado examinou os fatores facilitadores e impeditivos da legislação brasileira sobre Educação a Distância, apresentando um documento propondo sugestões para o desenvolvimento mais acelerado desta modalidade de ensino no País.

1º Encontro com os Representantes das Universidades junto ao CRUB

O Conselho de Reitores realizou, em 1999, o 1º Encontro com os Representantes das Universidades junto ao CRUB, com o objetivo de fortalecer a relação da Entidade com os associados, mediante a socialização de suas ações no interior delas, bem como conseguir maior capilaridade e visibilidade do Colegiado nas universidades e na sociedade.

As propostas elencadas pelos participantes do Encontro vieram ratificar as contribuições dos reitores (oriundas das reuniões do CRUB Itinerante) relativas à necessidade da

reestruturação do Conselho em representações regionais, como fator de força política e de aglutinação de todo o trabalho voltado para a consolidação de um sistema de educação superior, ciência e tecnologia.

Com relação ao Plano Institucional do CRUB, cuja proposta estará sendo apreciada em abril de 2002, foi sugerida a inclusão do tópico "Arte e Cultura", bem como a previsão da aglutinação de grupos de universidades em torno da Educação a Distância.

Ação Colegiada

A busca de um trabalho participativo na instância deliberativa reside no fato de que o sucesso de qualquer organização e de seu fortalecimento político se dá exatamente no nível de envolvimento e do comprometimento de seus membros.

Portanto, nesse período – 1997/2001 – procurou-se intensificar a participação dos integrantes do Conselho Deliberativo em diferentes comissões internas, além da representatividade deste Colegiado em grupos de trabalho, audiências públicas e eventos, projetando para além do CRUB a ação de seus membros.

Assim, o Conselho Deliberativo realizou 25 reuniões, em que apreciou e deliberou sobre a realização das mais diversas ações do CRUB, como:

- realização do CRUB Itinerante, com o objetivo de discutir a identidade e os compromissos da Entidade;
- aprovação dos Planos de Ação do CRUB para 1999-2000 e 2001-2002, contemplando as linhas estratégicas e as propostas de ação prioritárias;
- proposta preliminar do Plano Institucional do CRUB: "Uma Proposta de Redefinição

de Finalidades e de Reestruturação Organizacional”, a partir dos relatórios das reuniões do CRUB Itinerante de 1997, 1999 e Plenária de Porto Alegre;

- realização do *Workshop* Internacional sobre o “Papel do CRUB na avaliação”;
- promoção, com a participação do CNE, do seminário destinado às IES filiadas, objetivando propiciar a discussão da LDB, no que diz respeito à educação superior;
- realização de estudos e a fixação dos valores da cota-contribuição, na perspectiva de reduzir o número de faixas e o impacto delas sobre as filiadas;
- realização do projeto da nova sede do CRUB;
- programação dos cinco Fóruns CRUB e das 63^a, 64^a, 65^a e 66^a Plenárias do CRUB;
- encaminhamento, a todos os dirigentes das IES, da proposta preliminar do Modelo de Avaliação do CRUB para as Universidades Brasileiras, para conhecimento e sugestões;
- proposta de um termo de referência para a 66^a Reunião Plenária: “Uma Agenda para a Década da Educação”;
- encaminhamento de correspondência às Universidades em débito, segundo ponderações e considerações do Colegiado, devido ao elevado índice de inadimplência, principalmente por parte das IES federais;
- atribuições básicas e a composição da Comissão de Coordenação da Avaliação do CRUB - CCAV;
- constituição do banco de consultores; formação das comissões de avaliadores externos; elaboração do código de conduta das comissões externas do “Programa de Avaliação do CRUB para as Universidades Brasileiras”;
- início do processo de avaliação das IES inscritas no Programa de Avaliação do CRUB: UNAMA, UCSAL, UERN, UnP, IMB, UCG, UCDB, UniABC, UNAERPE e UNISUL;
- definição da cota -contribuição para 2001, em apenas uma faixa, no valor de R\$ 12.000,00 (doze mil reais);
- pedido de audiência ao Ministro de Estado da Educação, Dr. Paulo Renato Souza, visando ao debate de questões atinentes à política de Educação Superior, em face da publicação da Portaria nº 1098, de 05/06/01; Sistema Universitário Brasileiro (Políticas); Fortalecimento – Soberania do País; Qualidade e Expansão – Suspensão temporária da tramitação de Processos; Autonomia das Universidades;
- participação do vice-presidente do CRUB na Audiência Pública sobre Credenciamento e Recredenciamento de Instituições de Ensino Superior, a convite da Câmara de Educação Superior/CNE;
- solicitação de parecer jurídico ao Dr. Ives Gandra e Dr. Josaphat Marinho acerca da questão da avaliação, credenciamento e recredenciamento;
- definição de taxa extra, no valor de R\$4.000,00 (quatro mil reais), a ser paga em cota única, até 30/11/2001, destinada ao pagamento dos pareceres jurídicos referentes ao Credenciamento e Recredenciamento das Universidades, além do trabalho de especialistas, visando à elaboração do Plano Institucional do CRUB;
- convocação de uma Plenária Extraordinária, no dia 04/12/01, com o objetivo de apreciar e deliberar providências sobre o credenciamento e o recredenciamento de IES, a ser encaminhado à Câmara de Educação Superior/CNE;
- aprovação dos termos do documento elaborado pela Comissão de Reitores sobre credenciamento e recredenciamento de IES, a ser encaminhado à Câmara de Educação Superior/CNE;
- encaminhamento do Parecer do Dr. Ives Gandra da Silva Martins acerca do credenciamento e recredenciamento de IES, a todos os membros do CRUB;
- entrega, ao Ministro da Educação, Dr. Paulo Renato Souza, do parecer jurídico de autoria do Dr. Ives Gandra da Silva Martins, como contribuição do CRUB para o exame da matéria sobre credenciamento e recredenciamento de IES;



*Reunião do Conselho Deliberativo,
Brasília, fevereiro/01*

- entrega, ao presidente da Câmara Federal, Deputado Aécio Neves, do parecer jurídico de autoria do Dr. Ives Gandra da Silva Martins sobre credenciamento e reconhecimentos de IES, diante dos atos normativos vigentes.

O Conselho Deliberativo aprovou, também, em suas reuniões os termos de referência relativos à questão do desemprego e ao projeto CRUB de avaliação das universidades, bem como as agendas para a década da educação e para o sistema universitário, e os documentos com as contribuições do CRUB para o PNE e para o reconhecimentos.

Para exame e deliberação dos mais vários temas, o Conselho Deliberativo convidou a participar de suas reuniões, ao longo desses cinco anos, o Ministro da Educação, alguns especialistas e dirigentes de universidades, tanto nacionais como estrangeiras, envolvidos com questões atinentes às instituições de ensino superior, destacando-se, entre outras, as seguintes participações:

- do reitor José Ivonildo do Régo, presidente da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais Superior (Andifes), na reunião do Conselho Deliberativo, e dos reitores Rodolfo Joaquim Pinto da Luz, da UFSC, Jader Nunes de Oliveira, da UFPB, Wrana Maria Panizzi, da UFRGS, membros do Diretório daquela associação, para uma exposição sobre a situação das universidades federais;
- do reitor Jader Nunes de Oliveira, da UFPB, vice-presidente da Andifes, na

reunião do Conselho Deliberativo, apresentando a "Agenda Autonomia";

- do reitor Juan Carlos Romero Hicks, presidente da Organização Universitária Interamericana (OUI);
- do Ministro da Educação, Dr. Paulo Renato Souza, do secretário da SESu, prof. Antonio Macdowell de Figueiredo e do diretor do FIES, Floriano Pesaro, ocasião em que foram debatidas as temáticas: Agência Nacional de Educação, Programa de Apoio à Infra-Estrutura das Universidades Públicas, Programa de Modernização e Qualificação do Ensino Superior, Proposta de Avaliação Institucional para as Universidades Brasileiras, Reconhecimentos das Universidades, FIES, Ensino a Distância, Greve das IFES e gratificação do pessoal técnico dessas Universidades;
- do presidente da Associação Brasileira de Educação a Distância – ABED, prof. Frederic Michael Litto, para a apresentação do Programa do VIII Congresso Internacional de Educação a Distância;
- do Ministro da Previdência Social, Waldeck Ornellas;
- da secretária da SEESP/MEC, Marilene Ribeiro dos Santos.

Além disso, o Conselho Deliberativo aprovou o ingresso de 21 novas universidades e de 50 membros honorários (ex-reitores), conforme discriminado a seguir.

**QUADRO – INGRESSO DE NOVAS
UNIVERSIDADES 1997/2001**

Ano de filiação	IES
1997	Universidade de Sorocaba - UNISO
1997	Universidade para o Desenvolvimento do Estado e da Região do Pantanal - UNIDERP
1997	Universidade de Cuiabá - UNIC
1997	Universidade Potiguar - UnP
1997	Universidade de Montes Claros - UNIMONTES
1997	Universidade de Cruz Alta - UNICRUZ
1998	Universidade São Judas Tadeu - USJT
1998	Universidade do Oeste de Santa Catarina - UNOESC
1998	Universidade da Região de Joinville - UNIVILLE
1998	Universidade do Contestado - UnC
1998	Universidade Salvador - UNIFACS
1998	Universidade Severino Sombra - USS
1998	Universidade Estadual do Piauí - UESPI
1998	Universidade Metodista de São Paulo - UMESP
1998	Universidade do Estado da Bahia - UNEB
1998	Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul - UEMS
1999	Universidade do Norte do Paraná - UNOPAR
1999	Universidade Anhembi Morumbi
2000	Universidade Cândido Mendes UCAM
2000	Universidade Paranaense UNIPAR
2000	Universidade do Grande ABC UniABC

QUADRO – INGRESSO DE MEMBROS HONORÁRIOS 1997/2001

Ano	Nome/Universidade	Ano	Nome/Universidade
1997	Sérgio Luiz Magarão - UNIRIO	1998	Ivone de Toledo Piza Araújo - UNIG
1997	Renato Godinho Navarro - UFOP	1998	Errani Bicudo de Paula - UNIMARCO
1997	Luzia Guimarães - UFMT	1998	Wilson Kniphoff da Cruz - UNISC
1997	Antonio Lima Bandeira - UFV	1999	Roberto Leal Lobo e Silva e Filho - UMC
1997	Helgio Henrique Câmara Trindade - UFRGS	1999	Walter Frantz - UNIJUÍ
1997	Nestor Barbosa de Andrade - UFU	1999	Luiz Antônio de Souza - UEM
1997	Charles Carvalho Camilo da Silveira - UFPI	1999	Luiz Pedro Antunes - UFF
1997	Itan Pereira da Silva - UEPB	1999	Mércio Jacobsen - FURB
1998	Flávio Fava de Moraes - USP	1999	Walney Joelmir Hammes - UCPel
1998	Maria das Neves Gurgel de Oliveira Castro - UERN	1999	Erneldo Schallenberger - UNIOESTE
1998	Euro Brandão - PUC/PR	1999	Arthur Roquete de Macedo - UNESP
1998	Ary Monteiro do Espírito Santo - UFG	1999	Pê. Décio Batista Teixeira - UCB/DF
1998	João Cláudio Todorov - UnB	1999	José Ironildo do Rego - UFRN
1998	Lauro Julião de Souza Subrinho - UFAC	1999	Manoel Bezerra de Melo - UMC
1998	Nelson Abraham Fraji - UA	1999	Luiz Felipe Perret Serpa - UFBA
1998	Hermes Ferreira Figueiredo - UNICSUL	2000	Luiz Carlos Luckmann - UNOESC
1998	Aurora Catharina Giora Albanese - UM	2000	Marco Antônio Luffrachi - UNOPAR
1998	Antônio Diomário de Queiroz - UFSC	2000	Antonio Celso Alves Pereira - UERJ
1998	Henrique Luiz Varésio - UrG	2000	Antonio Colaço Martins - UNIFOR
1998	Tomaz Aroldo da Mota Santos - UFMG	2001	Carlos Alberto Serpa de Oliveira - UGF
1998	José Henrique de Faria - UFPR	2001	Célio de Oliveira Boeza - USU
1998	João Batista Barreto Lubanco - UNIG	2001	Clélia Brandão Alvarenga Craveiro - UCG
1998	José Martins Filho - UNICAMP	2001	Frei Constância Nogueira, OFM - USF
1998	Elydo Alcides Guareschi - UFF	2001	Carlos Henrique Garcia de Oliveira - IMB
1998	Odilon Antônio Marcuzzo do Canto - UFSM	2001	Paulo Nathanael Pereira de Souza - UNIMARCO

Articulações do CRUB

O Conselho de Reitores, ao longo de sua história, tem marcado a sua política de articulação com a independência que devem guardar instituições com missões diferenciadas. Por isso, tem procurado desenvolver um diálogo profícuo com entidades envolvidas com a educação, colocando-se como interlocutor no debate acerca de diferentes causas, principalmente para compartilhar experiências na perspectiva de um fortalecimento recíproco.

No período de 1997-2001 pode-se registrar que essa articulação foi intensa, com o desenvolvimento de várias atividades de interesse das universidades.

Mas vale registrar que a ação do Conselho esteve também ligada às questões estruturais, conjunturais e emergenciais, quando, em vários momentos, esta Presidência acompanhou e apoiou os dirigentes das associações em reuniões e audiências com integrantes do Legislativo e do Executivo.

Nessa perspectiva de intensificar ações de articulação, houve um crescente no escopo desse trabalho, uma vez que este Colegiado considerou essa estratégia como mais um passo para o fortalecimento do seu papel político.

Assim, considerando as diretrizes fixadas pelo Colegiado, e sem perder de vista as novas perspectivas para a educação superior com a promulgação da nova Lei de Diretrizes e Bases em 1996, destacam-se as seguintes matérias, objeto das ações deste Conselho:

Autonomia universitária

O crescimento do sistema de educação superior no país e a busca de consolidação da autonomia universitária têm sido a expressão maior do compromisso assumido pelo CRUB, ao longo de sua existência.

Em sua atuação no processo de reestruturação universitária, notadamente no tocante à autonomia das universidades federais, o CRUB desenvolveu gestões para apoiar as ações da ANDIFES, seja na discussão da PEC 370/96, no Congresso, e depois a partir da proposta do MEC. Nessa perspectiva,

sucederam-se os compromissos com a autonomia.

Em abril de 1997, o presidente do CRUB participou, na Câmara dos Deputados, da leitura do relatório preliminar do referido Projeto de Emenda Constitucional, ocasião em que entregou à Deputada Marisa Serrano, presidente de Comissão Especial, documento contendo a reafirmação do Colegiado pela manutenção do art. 207 da Constituição Federal e de apoio às propostas das universidades federais encaminhadas pela ANDIFES.

Posteriormente, em maio de 1999, o CRUB, agente partícipe do conjunto de gestões em prol da afirmação da autonomia, esteve novamente representado por seu presidente no seminário realizado pela ANDIFES na Câmara dos Deputados, quando foi ainda mais reforçada a postura do Colegiado sobre a autonomia universitária. Naquela oportunidade, foi articulada a implantação da Frente Parlamentar em defesa das IFES e da consolidação do sistema federal do ensino superior.

Por outro lado, a ação deste Colegiado na questão da autonomia não se restringiu apenas ao Legislativo, já que representantes da Diretoria da ANDIFES estiveram também presentes em reuniões do Conselho Deliberativo, com o objetivo de expor os encaminhamentos mais recentes sobre a matéria.

Nas discussões que vêm sendo levadas a efeito nesses três últimos anos, quando se sabe que outras matérias atinentes à educação superior vieram ocupar a centralidade dos debates, como aquela acerca do credenciamento, os reitores foram defensores da qualidade do sistema universitário, de sua eficiência e, sobretudo, de sua autonomia.

Nesse contexto, vê-se que o CRUB tem procurado promover ampla discussão ensejadora de propostas concretas, sempre no intuito de reafirmar o princípio da autonomia como um marco da posição deste Colegiado.



Debate na Comissão de Educação, Cultura e Desporto da Câmara dos Deputados, Brasília, abril/00

Financiamento da educação superior

Com o objetivo de subsidiar as ações do Colegiado e das universidades sobre o financiamento da educação superior, o CRUB promoveu uma pesquisa sob a responsabilidade do prof. Jacques Schwartzman, a qual foi apresentada em uma Plenária do Conselho de Reitores e publicada na revista *Estudos e Debates*. O referido estudo constitui mais uma proposta do Colegiado às políticas públicas para a educação superior.

Assim, no período de 1997 a 2001, o CRUB procurou dar continuidade às iniciativas acerca da temática financiamento, fortalecendo as articulações com o Legislativo e o Executivo, e valendo-se da participação em audiências com o Ministro da Educação sobre as propostas de ampliação do número de vagas do Creduc (Crédito Educativo), em função da expressiva demanda de alunos carentes, a partir de 1997, e do estabelecimento de cronograma de regularização da liberação das verbas desse programa.

Participou, ainda em 1999, de reuniões com o Ministro da Educação e sua equipe objetivando aprimorar a sistemática do Fundo de Financiamento ao Estudante de Ensino Superior (FIES), principalmente quanto às mudanças de regras relativas à redução dos juros, do risco das universidades e para a ampliação do prazo de financiamento. Nesse mesmo ano, o presidente do CRUB participou, no Palácio do Planalto, da assinatura de ato de criação do FIES.

Posteriormente, em abril de 2000, o CRUB foi representado pelo seu vice-presidente, reitor Paulo Alcântara Gomes, da UCB/RJ, para debater a Medida Provisória do Governo sobre

o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior – FIES, na Comissão de Educação, Cultura e Desporto da Câmara dos Deputados.

Nessa oportunidade, foram apresentadas as posições do Colegiado sobre esse Fundo, a partir das contribuições recebidas das universidades filiadas, destacando que o FIES é determinante para a melhoria da educação superior, necessitando de correções. Para tanto, foi sugerido um novo ordenamento operacional, notadamente em relação à CEF, quanto às questões operacionais, que deveriam ser introduzidas e observadas pelo Legislativo no projeto de conversão de lei, além de incluir um artigo que prevê uma cota de 20% do FIES para o atendimento de estudantes absolutamente carentes.

Foi, ainda, defendida a possibilidade de ser efetuada a quitação de todos os tributos e taxas federais com a utilização dos títulos da dívida pública, e também a viabilidade de se utilizar os saldos correspondentes ao excesso de títulos recebidos pelas universidades, por meio de planos de desenvolvimento institucional. A proposta seria a troca dos recursos por projetos institucionais.

Em setembro de 2001, o CRUB marcou presença no seminário promovido pela Câmara dos Deputados, em Brasília, para discutir o art. 19 da Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante de Ensino Superior e dá outras providências. Esse seminário foi resultado do Requerimento nº 58 de 2001, de autoria do Deputado Osvaldo Biolchi.

Avaliação e qualidade

Conforme foi ressaltado ao longo deste Relatório, o CRUB vem, ao longo desses últimos anos, ampliando os debates e

fortalecendo as articulações na área da avaliação.

Para tanto, além de aprovar o seu Programa de Avaliação Institucional, publicar estudos e pesquisas, o CRUB participou também de inúmeros eventos referentes à avaliação, podendo destacar os seguintes:

- 2º Encontro Goiano de Avaliação Institucional, promovido pela UCG e UFG, quando o presidente do CRUB proferiu conferência sobre o tema "Avaliação por metas: propostas do CRUB";
- discussão dos procedimentos e validação dos instrumentos de coleta de dados do ensino superior, no Inep;
- 1ª Reunião do Conselho Consultivo do Enem, no Inep, em maio de 1999, com a participação da reitora Clélia Brandão A. Craveiro, da UCG;
- reuniões da SESu/MEC para tratar das propostas de diretrizes curriculares, pelo disposto na LDB e para atender aos anseios da comunidade acadêmica;
- participação do reitor Clemente Ivo Juliatto, da PUC/PR;
- Seminário Educação para Todos, em junho/99, no CNE; participação do reitor Guy Capdeville, da UCB/DF;
- participação na Comissão Interinstitucional Nacional de Avaliação do Ensino Médico (Cinaem);
- participação de técnica da Secretaria Executiva no Comitê Interinstitucional de organização do 1º Encontro Nacional de Educação de Jovens e Adultos (RJ);
- XI Congresso Bienal da OUI, realizado em Québec, Canadá, sobre "A Mobilidade Acadêmica no Contexto da Integração Interamericana";
- estabelecimento do Protocolo de Intenções entre o CRUB e a Unesco, assinado pelo presidente, reitor José Carlos Almeida da Silva, e pelo representante da UNESCO no Brasil, Dr. Jorge Werthein, para o desenvolvimento de ações conjuntas visando à melhoria da qualidade e ao fortalecimento do papel da universidade na sociedade brasileira;
- Projeto de Avaliação do MEC, no dia 09 novembro de 2000, no Ministério da Educação. O reitor José Carlos Almeida da Silva participou da reunião com os representantes de todas as associações de ensino superior para discutir o referido projeto do MEC;
- 1ª Conferência Nacional de Educação, Cultura e Desporto - Desafios para o Século XXI, realizada em Brasília nos dias 22, 23 e 24 de novembro de 2000 e promovida pela Comissão de Educação, Cultura e Desporto da Câmara dos Deputados. O presidente do CRUB, reitor José Carlos Almeida da Silva, participou como conferencista desse evento, abordando o tema: Avaliação das Universidades Brasileiras;
- Congresso Brasileiro de Qualidade na Educação - formação de professores, promovido pelo MEC, realizado em Brasília, de 15 a 19 de outubro/2001. O reitor José Carlos Almeida da Silva, presidente do CRUB, participou da mesa-redonda sobre a temática "Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores em Nível Médio e Superior";
- 47º Congresso da União Nacional de Estudantes - UNE, realizado em Goiânia, no período de 13 a 17 de junho de 2001,



Assinatura de Convênio CRUB/UNESCO, Brasília, maio/98



Congresso Brasileiro de Qualidade na Educação, Brasília, outubro/01



Entrega do Prêmio Senador Milton Campos, Câmara dos Deputados, Brasília, dezembro/00



Solenidade de entrega do Prêmio Senador Milton Campos, Câmara dos Deputados, Brasília, dezembro/01

tendo como debatedor da temática: *Por uma nova avaliação universitária* o presidente do CRUB.

Outras articulações

Pode-se destacar a parceria do CRUB com a Fundação Milton Campos, que há mais de quatro anos vem concedendo o Prêmio Senador Milton Campos, o qual visa estimular a comunidade acadêmica na

realização de estudos e pesquisas sobre questões relevantes para o desenvolvimento social, econômico e político do País. Tem sido prática desse trabalho de integração a publicação da monografia premiada, bem como a distribuição de exemplares às IES filiadas, como forma de divulgar o trabalho e difundir teses amplamente estudadas sobre temas de relevante interesse social, conforme encontra-se discriminado no quadro a seguir.

PARCERIA CRUB/FUNDAÇÃO MILTON CAMPOS

Ano	Tema	Candidato premiado	IES
1997	As causas e as repercussões sociais do desemprego e do subemprego no Brasil	Silverio Teles Baeta Zebrai	PUC-RIO
1997	As desigualdades socioeconômicas e sua repercussão na integração nacional	Carlos Alberto Zem	UNIMEP
1999	A representação política ao longo da história	Charles Soares de Oliveira	PUC-PR
2000	O novo paradigma do emprego e a mutação do sindicalismo	Sudartha Sória e Silva	UFU
2001	A nova ordem mundial, soberanias nacionais e Amazônia	Liliane Patrão Silva Oliveira	UNIT

Paralelamente, o Conselho de Reitores tem envidado esforços no sentido de ampliar o diálogo com representantes dos vários segmentos, tendo em vista a integração das universidades nas ações de interesse da sociedade. Nesse sentido, o CRUB teve participação nos seguintes eventos:

- debate sobre a pobreza no País, promovido pela CNBB, no segundo semestre de 1999;
- Seminário Internacional de Empreendedorismo: A universidade formando empreendedores, promovido pela CNI;
- Encontro Ano 2000 "O Brasil discute o Brasil - todos juntos traçando os caminhos do século XXI", de 10 a 13 de agosto, no Hotel Nacional, em Brasília, com a participação do reitor Pietro Novellino, da UNIRIO.
- lançamento Desafio SEBRAE - Jogo de Empresas - participação do presidente do CRUB e do reitor Sidney Storch Dutra, da Universidade Santo Amaro - UNISA, no dia 4 de outubro de 2000, na solenidade de lançamento da competição *Jogo de Empresas - Desafio SEBRAE 2000*, com a assinatura do Convênio CRUB/SEBRAE;
- solenidade de entrega do prêmio "Incentivo à Educação Fundamental" e lançamento das "Orientações para Elaboração dos Planos de Carreira e Remuneração do Magistério Público" no dia 16 de outubro de 2000, no Palácio da Alvorada, com a participação do presidente do CRUB, reitor José Carlos Almeida da Silva;
- I Telecongresso Internacional de Educação de Jovens e Adultos, promovido pelo SESI,

em parceria com o CRUB, realizado em Brasília, no período de 21 a 23 de novembro de 2001, ocasião em que o CRUB fez a montagem de um estande para a divulgação de suas publicações e das universidades filiadas;

O CRUB indicou os seguintes reitores para representá-lo na relação com:

- o Instituto Euvaldo Lodi: Comissão Julgadora do Prêmio, em 1999: José Walter da Fonseca, da UERN;
- o Conselho Consultivo do IEL: Lauro Morhy, da UnB;
- a Embrapa - Comissão Julgadora do Prêmio Frederico de Menezes Veiga: Luiz Sérgio Saraiva, da UFV, em 1999, 2000 e 2001;
- o MEC e a Fundação Santista - prêmio "Incentivo à Educação Fundamental - 2000": Eronita Barcelos, da UNIJUÍ, e Neusa Altoé, da UEM;
- o Ministério da Educação e a Secretaria de Educação Fundamental - Comissão Julgadora Nacional do Prêmio Qualidade na Educação Infantil - 2001: Neusa Altoé, da UEM, e Anaci Bispo Paim, da UEFS;
- o MEC e a Fundação Bunge - comissão julgadora do Prêmio Incentivo à Educação Fundamental - 2001: Leocádia Aglaé Petry Leme, da UEMS, e Neusa Altoé, da UEM.

Registra-se, ainda, a representatividade do CRUB nos eventos:

- 51ª Reunião Anual da SBPC, na PUCRS: reitor Lauro Morhy, da UnB;
- Seminário: "Organização Pedagógica e Curricular dos Cursos Superiores: oferta de



Assinatura Convênio CRUB/SEBRAE, Brasília, outubro/00



Entrega do prêmio "Incentivo à Educação Fundamental", Brasília, Palácio da Alvorada, Outubro/00



XI Congresso Bienal da Organização Universitária Interamericana, Québec, Canadá, outubro/99

disciplinas não-presenciais”, realizado pela ABMES, em Brasília, no dia 12 de dezembro de 2001: reitor Paulo Alcântara, da UCDB e vice-presidente do CRUB;

- XXXIX Reunião da Junta Diretiva da OUI, em dezembro de 2000, na Guatemala: reitor Mário Veiga de Almeida Júnior, da UVA/RJ;
- reunião realizada pela Fundação Nacional de Desenvolvimento do Ensino Superior Particular - FUNADESP, em Brasília, no dia 11 de dezembro de 2001, para deliberar sobre as modificações no Estatuto daquela Fundação, pelo reitor Paulo Alcântara.

Articulações com organismos internacionais

Como forma de fortalecer as ações do Colegiado houve um grande empenho no sentido de ampliar as atividades, buscando, no decorrer desses cinco anos, novas parcerias com organismos internacionais. Ressaltam-se as visitas de representantes de instituições congêneres:

- visita ao CRUB, em março de 2000, pelo prof. James S. Taylor, vice-presidente for Student Affairs - Pittsburg State University e da prof^a. Maria de Lourdes Machado Taylor, da mesma universidade;
- visita ao CRUB, em julho de 2000, pelo Dr. Antônio R. Flores e Dr. Abel Jaime Navarro, presidente e assessor, respectivamente, da Hispanic Association of Colleges & Universities – HACU;
- visita ao CRUB, em agosto de 2000, pelo reitor da Universidad da Coruña, Espanha, prof. José Luis Meilán Gil.

Nova sede do CRUB

Situação atual

A sede atual do CRUB foi construída, em duas gestões, ou seja, de 1975 a 1977, o Bloco I, e de 1977 a 1979, o Bloco II; momentos em que o CRUB contava com apenas 71 universidades filiadas.

Num terreno localizado entre as avenidas W2 e W3 Norte, com 2.331,00 m², o CRUB conta uma área total construída de, aproximadamente, 850,00 m², compondo-se de 18 salas; um Auditório com capacidade para 117 lugares e 06 banheiros. Há estacionamento para, aproximadamente, 30 veículos, e uma área verde com cerca de 2.000,00 m².

A idéia de construir uma nova sede teve início em 1998 e se justifica por várias razões, entre elas a de poder responder ao crescente número de filiações e também propiciar uma maior integração dos associados ao Colegiado.

Assim, já é consenso dos reitores, que representam no momento 135 IES filiadas, manifestado em diversas ocasiões, como também em reuniões mantidas, em 16/06 e 01/12/98, entre o presidente do CRUB e os demais presidentes das associações (ANDIFES, ANUP e ABRUC), de que:

- Faltam espaços físicos no CRUB para o seu funcionamento normal enquanto Colegiado, bem como para atender à realização de reuniões e outros eventos significativos;
- O CRUB deve contar com instalações em condições de atender, satisfatoriamente, suas necessidades atuais e futuras, tendo em vista a perspectiva de ampliação do quadro de filiadas e para o atendimento das associações.

Tal proposta está direcionada para a formação de um condomínio – CRUB e associações dos segmentos.

Em diferentes oportunidades de encontros e reuniões, notadamente em 1997 e 1998, o assunto foi submetido aos reitores, que manifestaram a necessidade de realização de estudo indicativo de viabilidade e de custo de

construção. Para a concretização dessa idéia, foram iniciadas diferentes gestões no sentido de buscar meios e condições de viabilização do projeto de edificação da nova sede do CRUB.

Assim, foram elencadas alternativas como empréstimo junto ao BNDES e a aquisição de terreno do DF.

Entre as soluções e alternativas cogitadas, foi objeto de aprovação, por parte do Conselho Deliberativo, o aproveitamento do próprio terreno onde a Entidade está instalada.

Nessa perspectiva, foram encaminhadas as ações voltadas para a feitura dos respectivos projetos, de modo a atender à pretensão do Colegiado.

Situação pretendida

A proposta é construir um novo prédio de seis pavimentos, abrangendo uma área de 2.698,00 m² e contando com auditório para 300 lugares, garagem para 35 vagas, estacionamento para 60 veículos, instalações de apoio para a Presidência e para as Associações dos segmentos (ver maquete).

O custo da obra foi estimado em R\$ 7.584.000,00 (sete milhões quinhentos e oitenta e quatro mil reais), no ano de 1999.

Os projetos arquitetônico, hidráulico, elétrico, urbanístico etc. já foram elaborados, encontrando-se em processo de análise e aprovação no Governo do Distrito Federal-Administração Regional de Brasília.



Projeto da nova sede do CRUB

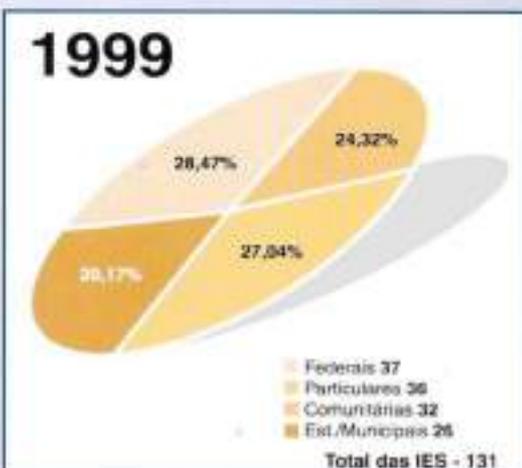
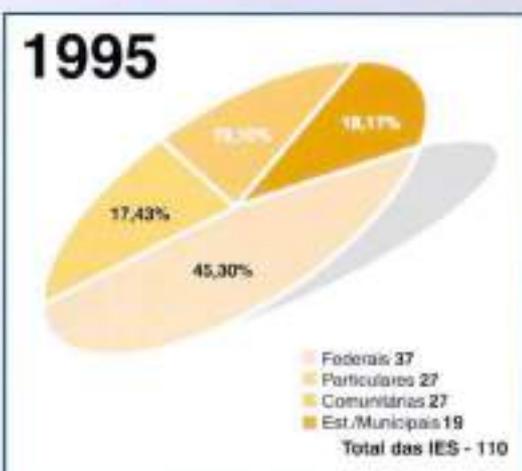
Cota-contribuição

O Conselho de Reitores, dada a sua natureza institucional, mantém as suas atividades mediante recebimento da contribuição de suas filiadas, sendo que o valor dessa contribuição esteve durante vários anos vinculado ao balanço financeiro da universidade.

Essa fórmula, contudo, não mais se sustentava. Diante da heterogeneidade e do universo de grandeza das instituições de ensino superior, tornou-se imperioso que se procedesse a uma revisão e redefinição dos valores de contribuição.

Nesse sentido, procurou-se definir políticas capazes de promover ajustes no valor das contribuições, visando a ensejar redução gradativa das maiores taxas, principalmente no segmento das federais, com a finalidade de equacionar a participação de todas as filiadas de forma mais justa e equânime, conforme demonstram os gráficos abaixo.

Demonstrativo das contribuições das IES, por segmento



Em 1995, havia 10 faixas de contribuição com intervalos que atingiam uma diferença expressiva entre o menor e o maior valor. Mas, enquanto não se resolvia a alteração das faixas, deliberou-se por permanecer com a tabela que vinha sendo praticada desde aquele ano, permanecendo as mesmas faixas de contribuição até 1997.

No final de 1997, uma comissão de reitores, sob a Presidência do reitor Maurício Chermann, da UBC, realizou estudo com vistas a buscar alternativas no sentido de reduzir as maiores taxas e ampliar a participação das universidades com menores cotas, de modo a corrigir as distorções verificadas ao longo do tempo.

Como resultado do estudo, foi apresentada uma proposta de transição que reduzia a tabela de 10 para oito faixas de contribuição.

Em 1999, dando continuidade aos estudos, a comissão de reitores apresentou nova proposta de aperfeiçoamento da tabela de contribuição das IES filiadas, desta vez nas seguintes bases: redução do número de faixas para três, e determinação do valor da contribuição levando-se em conta não o balanço financeiro, mas o número total de discentes da IES (Anexo VI).

Publicações editadas pelo CRUB



O objetivo dessa política visou à adoção de medidas gerenciais e administrativas voltadas para uma maior igualdade entre as faixas e a racionalização e otimização dos recursos financeiros.

A partir do ano de 2001 vem sendo adotada apenas uma faixa de contribuição, no valor de R\$12.000,00 (doze mil reais), fruto de estudos e projeções acerca dessa questão.

Em que pese a fixação de um único valor de contribuição, o CRUB tem presenciado um crescimento significativo no número de IES inadimplentes.

O referido assunto mereceu várias análises por parte do Colegiado, inclusive a constituição de comissão de reitores com o objetivo de propor alternativas de pagamento dos débitos e indicações de medidas a serem aplicadas às IES inadimplentes.

Em razão das reais repercussões dessa situação no interior do CRUB, pretende-se continuar esse trabalho de acompanhamento das causas da inadimplência, inclusive submetendo o assunto à apreciação do Plenário em abril de 2002.

A Comunicação Institucional

O Conselho de Reitores vem se afirmando, cada vez mais, como o *locus* dos estudos e debates das grandes questões da educação superior no Brasil. Como tal, necessita utilizar-se de meios diversos de comunicação, de modo que os resultados de suas ações alcancem a comunidade acadêmica e a sociedade em geral. Mas o que caracteriza melhor a sua comunicação são os periódicos – revistas, jornais e informativos da ação colegiada.

No período compreendido por este relatório, o CRUB publicou as seguintes edições de suas duas revistas:

Educação Brasileira nº 38 – apresenta estudos de diferentes magnitudes que ajudam a pensar a universidade no momento de grandes mudanças que afetam a vida brasileira.

Educação Brasileira nº 39 – destaca o problema da extensão universitária, tema atual, com grande enfoque na função social da instituição acadêmica.

Educação Brasileira nº 40 – com o tema “Educação Superior no século XXI”, a revista assume o compromisso de debater o tema da reforma universitária e lança o desafio a todos que tenham alguma contribuição a oferecer na construção da universidade brasileira do próximo século.

Educação Brasileira nº 41 – apresenta reflexões sobre o tema “Profissão Acadêmica: formação e Desenvolvimento”, sua importância e o ponto de vista de especialistas brasileiros e de outros países acerca dos diferentes caminhos que levam à formação de quadros de alto nível para integrar as instituições universitárias.

Educação Brasileira nº 42 – com o tema: “Universidade: expansão e modernização”, procura abordar a situação em que se encontram as universidades brasileiras, pressionadas por diferentes e crescentes demandas.

Educação Brasileira nº 43 – com o título “Explorando Perspectivas”, enfoca a universidade a partir de temas como interdisciplinaridade, necessidade de orientação educacional, reformulação curricular e reforma universitária, entre outros.

Educação Brasileira nº 44 – apresenta neste número algumas contribuições consideradas relevantes no contexto de revisão crítica que se está processando em muitas universidades.

Educação Brasileira – índice temático e de colaboradores contendo sumário de 10 anos. Números 21 a 40 – 1988/1998.

Estudos e Debates nº 20 – engloba os quatro estudos que compõem o termo de referência do projeto CRUB de avaliação institucional para as universidades, além da conferência de abertura da Plenária de Fortaleza, cujo tema foi “Uma política de ensino superior”.

Lançamento de especial significado, no Fórum CRUB V, em 1999, foi o do volume *Tendências da Educação Superior para o Século XXI*, coletânea que reúne os documentos básicos da Conferência Mundial de Paris sobre Educação

Superior, realizada em 1998. Todo o material foi traduzido e organizado pelo CRUB, com o apoio da Unesco e da Capes.

Neste período procurou-se também dar continuidade à publicação de outros periódicos, quais sejam:

CRUB Informa – jornal mensal que serve ao propósito de divulgar as ações do Conselho e de publicar e intercambiar experiências exitosas das universidades filiadas, nas áreas do ensino, pesquisa e extensão, com 43 edições.

Informativo das Reuniões do Conselho Deliberativo – comunicado que se destina especialmente aos membros filiados, com o objetivo de socializar os resultados das reuniões ordinárias e extraordinárias do Colegiado.

No ano de 2000, este Conselho contratou um especialista WEB para organizar o seu site, de forma a torná-lo mais atrativo e fácil de navegar. Assim, a partir de 2001, dando continuidade a esse planejamento, técnicos do CRUB têm procurado manter diariamente atualizadas as informações.

Registram-se, até o mês de março de 2002, 57.790 consultas ao site do CRUB.

No entanto, esse trabalho de melhoria para que a navegação se torne cada vez mais atrativa requer investimento permanente para a manutenção da página, com a contratação de serviços especializados.

Portanto, o CRUB, para agilizar os seus processos e disponibilizar as informações em tempo real, necessitará, também, investir no desenvolvimento de sistemas internos.

Programa de Aperfeiçoamento da Gestão Universitária

O CRUB, ao definir este Programa, buscou promover iniciativas mais abrangentes, assumindo de forma compartilhada a implementação de ações ligadas diretamente ao desenvolvimento do conjunto das



Workshop Internacional: "O papel do CRUB na avaliação", Rio de Janeiro, maio/99



Assinatura do Termo de Adesão ao Programa CRUB de Avaliação, Brasília, dezembro/00

universidades filiadas e de cada uma em particular.

Nesse sentido, procurou dar celeridade à Avaliação Institucional, atendendo proposição dos reitores nas reuniões do CRUB Itinerante, em 1997/1998 e 1999, de que este Conselho, enquanto entidade da sociedade civil e legítimo representante das IES, deveria construir o seu modelo de avaliação, uma vez que a própria história do CRUB sinalizava para essa direção.

Papel do CRUB na avaliação

O CRUB vem acumulando, ao longo de vários anos, grande experiência e um sólido conhecimento em avaliação institucional das universidades.

Nas reuniões do CRUB Itinerante, foi consenso que o Conselho de Reitores, enquanto entidade da sociedade civil e legítimo representante das IES, deveria construir o seu modelo de avaliação. Por duas razões principais: de um lado, constituir-se ele próprio numa instância promotora da avaliação. De outro, proceder à avaliação dos mecanismos utilizados pelo Executivo, a fim de contribuir para o seu aprimoramento, bem como torná-los mais adequados à diversidade de situações do ensino superior no País.

Dessa forma, o CRUB elaborou, em 1997, um Termo de Referência versando sobre temáticas vinculadas à avaliação e à melhoria das universidades e que serviu como ponto de partida para o desenvolvimento de quatro estudos a cargo de especialistas. Os estudos, identificados a seguir, foram publicados na revista *Estudos e Debates*:

- "A avaliação institucional nas universidades brasileiras: diagnóstico e perspectivas", por

Michelangelo Giotto Santoro Trigueiro;

- "Programas de melhoria e inovação no ensino de graduação", por Ricardo Chaves de Rezende Martins e Carlos Benedito Martins;
- "Políticas e estratégias de capacitação docente", por Brasilmar Ferreira Nunes;
- "Questões de financiamento nas universidades brasileiras", por Jacques Schwartzman.

Esses estudos foram objeto de debate e de aprofundamento nos quatro painéis da 63ª Plenária realizada na cidade de Fortaleza em março de 1998 e, dois meses depois, no Seminário de Reitores e Especialistas, em Brasília. Cabe ainda notar que, embora distintos, eles compõem de forma articulada o Termo de Referência do programa de avaliação construído e implementado pelo CRUB.

O tema avaliação voltou a ser destaque no *Workshop Internacional* realizado no Rio de Janeiro de 12 a 14 de maio de 1999, com enfoque para "O papel do CRUB na avaliação". O *workshop*, que objetivava propiciar uma análise comparativa das experiências de avaliação e acreditação existentes em países dos continentes americano e europeu, permitiu ao CRUB apropriar-se de relatos, princípios e conceitos úteis à fundamentação do seu Programa de Avaliação Institucional para as Universidades Brasileiras.

Finalmente, em abril de 2000, por ocasião da 65ª Reunião Plenária, foi aprovado o Projeto de Avaliação Institucional para as Universidades Brasileiras, que se apresenta como um grande passo histórico e político deste Colegiado.

Ele está assentado em torno de três focos:

- qualidade acadêmica,
- eficiência e eficácia administrativa e
- relevância pública e social.

Pela sua relevância, pretende transformá-lo em instrumento de gestão, razão pela qual contempla 14 dimensões básicas:

1. Missão, objetivos e vocação da instituição
2. Ensino
3. Pesquisa
4. Relações externas
5. Corpo docente
6. Corpo discente
7. Corpo técnico-administrativo
8. Administração acadêmica de cursos
9. Controle de produto
10. Organização e governo
11. Planejamento e avaliação
12. Recursos de informação
13. Recursos de infra-estrutura física
14. Recursos financeiros.

Avaliação institucional: carro-chefe do CRUB

Considerando que o programa funciona por adesão, vários reitores manifestaram, naquela Plenária, interesse de dar início ao processo em suas universidades, a partir da elaboração do auto-estudo e diagnóstico institucional, por comissão interna.

Portanto, no dia 5 de julho de 2000, foi realizada uma Reunião Preparatória para dar início à Avaliação Institucional das Universidades que aderiram ao Programa do CRUB, com uma reflexão conjunta entre dirigentes universitários, avaliadores e membros da Comissão de Coordenação da Avaliação do CRUB (CCAV). Esse momento se transformou numa grande oportunidade de reforçar os verdadeiros objetivos da proposta de avaliação deste Conselho, que são, entre outros, levar cada universidade a identificar a sua marca, a especificidade de suas respostas às demandas e necessidades da comunidade a que se propõe atender.

Foi nessa reunião que o CRUB deu partida à primeira fase do processo de avaliação institucional, que é a elaboração do auto-estudo pelas Comissões Internas de Avaliação das dez universidades que assinaram o Termo de Adesão. Para tanto, foram discutidos importantes procedimentos para o desenvolvimento desse processo voltado para a elaboração do auto-estudo com base nas 14 dimensões. Além disso, o papel da comissão interna de cada universidade e a construção do perfil institucional foram outros assuntos de interesse das IES.

Por fim, o evento ensejou a definição, pelos participantes, de estratégias facilitadoras de consolidação do auto-estudo, não obstante as especificidades de cada instituição a ser avaliada, além de abrir espaço para um amplo debate com os membros da CCAV.

Membros da CCAV

A referida comissão foi integrada, inicialmente, por seis membros: Ricardo de Rezende Martins, Maria Helena de Magalhães Castro, Felipe Serpa e Jandir Zanotelli, e das



Reunião da CCAV, Brasília, novembro/01



Reunião da CCAV, Brasília, dezembro/01

técnicas do CRUB, Maria Helena Alves Garcia e Dalva Maria de Mello. A partir de outubro de 2001, a CCAV passou a contar com mais três professores: Raymundo Martins Romêo, Clélia Brandão Alvarenga Craveiro e Helena Maria Sant'Ana Sampaio.

Vale registrar que o CRUB, ao decidir pela ampliação dessa Comissão, visou a atender a uma nova demanda de visitas de acompanhamento técnico às universidades já integradas ao programa, uma vez que, em dezembro de 2001, o número de adesões chegou a 19 instituições de ensino superior.

A operacionalização do programa

Reuniões da CCAV

Em outubro de 2000, os membros da CCAV reuniram-se na sede do CRUB, em Brasília, com o objetivo de definir as etapas do trabalho técnico, bem como um cronograma de visitas, tendo em vista o atendimento às universidades que já haviam avançado na elaboração do auto-estudo. Registra-se, portanto, a realização de três reuniões em 2001 e uma no mês de fevereiro de 2002.

Diante de uma realidade cada vez mais desafiadora e em face da importância dos processos avaliativos para as instituições de ensino superior, a proposta de avaliação do CRUB passa a ter a devida legitimidade de um programa e avança para ocupar a centralidade da ação deste Colegiado.

Nesse período -2000/2002 - as visitas realizadas às IES pelos membros da CCAV têm-se revelado bastante frutíferas, pois a cada encontro com as comissões internas de avaliação são evidenciadas trocas de informações e estabelecidas linhas de ação para o fortalecimento institucional.

Paralelamente, este Colegiado aproveitou as oportunidades que surgiram ao longo desses dois anos, para conhecer experiências de avaliação e socializar a base do Programa do CRUB, que compreende procedimentos quantitativos e qualitativos, e envolve uma dinâmica de avaliação interna e externa, combinando a análise de processos e resultados.

Nesse sentido, representantes do Conselho Deliberativo e membros da CCAV participaram de eventos promovidos por instituições no país, sobre a temática da avaliação. A discussão pública, mais ampla possível, foi de fundamental relevância para a socialização do Programa, não só junto aos pares deste Colegiado, mas também junto a diferentes representantes do Legislativo e Executivo.

Vale registrar a participação deste Conselho nos eventos:

- Seminário Internacional sobre Acreditação Institucional e Certificação Profissional. Promovido pela CINAEM – São Paulo, de 5 a 7/5/2000.
- III Encontro Goiano de Avaliação Institucional, na cidade de Goiás/GO, de 22 a 24/06/2000.
- *Workshop* sobre Avaliação da Educação Superior – promovido pelo INEP em Brasília, 23/08/2000.
- IV Encontro Nacional sobre Avaliação Institucional no Contexto das IES Comunitárias – Caxias do Sul- RS, nos dias 25, 26 e 27/10/2000.
- 1ª Conferência Nacional de Educação, Cultura e Desporto – Desafios para o Século XXI – Câmara dos Deputados, Brasília, 22, 23 e 24/11/2000.

Universidades que aderiram ao Programa CRUB de Avaliação





Seminário Internacional sobre Acreditação Universitária, Rio de Janeiro, agosto/01

- 27ª Conferência da Associação Internacional de Avaliação da Aprendizagem – organização da CESGRANRIO, de 7 a 11/05/2001, no Rio de Janeiro – RJ.
- 3ª Jornada de Avaliação Institucional da UNEB – Salvador/BA, 15/5/2001.
- Reunião de audiência pública para discutir A avaliação institucional das universidades e as consequências do PROVÃO – Câmara dos Deputados – Brasília, 15/5/2001.
- Audiência Pública da subcomissão de Ensino Superior da Câmara dos Deputados, Brasília, 7/8/2001.
- Seminário Internacional sobre Acreditação Universitária – Promoção IAUP/CRUB/ Fórum de Reitores do Rio/Fundação CESGRANRIO e Universidade Cândido Mendes – Rio de Janeiro, 12 a 14/8/2001.
- Seminário sobre Avaliação na UCPel, no dia 30/6/2001.

Workshop para coordenadores de avaliação

Mais um passo decisivo no desenvolvimento do Programa CRUB de Avaliação Institucional foi o *workshop* realizado na sede deste Conselho nos dias 27 e 28 de setembro de 2001, para representantes de universidades.

A grande contribuição deste evento, que reuniu 20 representantes das universidades UNIRIO, UNAMA, UNAERP, PUCPR, UniABC, UNISUL, UnP, UVA/CE, UCDB, UNEB, UCG, UNIVERSO, UCPel, UCS e UNISINOS, foi propiciar um debate acerca dos procedimentos para a elaboração do diagnóstico institucional, a partir de dois documentos hipotéticos de auto-estudos, que subsidiaram o trabalho de análise e crítica ao texto, da inserção orgânica das tabelas, além de contribuir com a troca de experiências entre os participantes no que diz respeito ao processo de avaliação nas universidades aderentes.

Para dar continuidade a esse processo de aperfeiçoamento de pessoal e conforme consta do Plano de Ação II, será realizado outro seminário, em abril de 2002, para os coordenadores de avaliação das dezenove universidades que aderiram ao Programa do CRUB.

Este Conselho fez constar no seu documento de operacionalização do Programa de Avaliação Institucional para as Universidades Brasileiras a institucionalização de um Código de Conduta para as Comissões de Avaliação Externa, por considerá-lo de fundamental importância para o desenvolvimento dessa outra vertente do programa, que é a avaliação externa da universidade, com base no seu auto-estudo.



Reunião preparatória para dar início à avaliação, Brasília, julho/00



Workshop para coordenadores de avaliação de universidades, Brasília, setembro/01



Reunião de avaliação do 17º Curso IGLU, Niterói-RJ, março/01



Seção de abertura do 18º Curso IGLU, Londrina-PR, julho/01

Por fim, a finalização desse documento ocorreu em dezembro de 2001, e será objeto de divulgação entre as IES filiadas e entre os participantes de um *workshop* programado para maio de 2002, visando identificar possíveis coordenadores de comissões de avaliação externa.

Curso de Especialização em Administração Universitária

O Curso de Especialização em Administração Universitária, destinado à formação e capacitação de gestores universitários, é realizado pelo CRUB desde 1983, em parceria com a Organização Universitária Interamericana – OUI, por meio do Instituto de Gestão e Liderança Universitária – IGLU.

O Curso em questão, conhecido originalmente como Curso IGLU, caracteriza-se por uma capacitação em nível de pós-graduação *lato*

sensu, organizado em quatro etapas, quais sejam: etapa teórica; trabalho profissional; estágio de observação no exterior e seminário de apresentação dos trabalhos; e avaliação geral do curso.

Sua realização se dá anualmente, sempre nos meses de junho/julho, em uma universidade filiada ao CRUB e à OUI.

O Curso IGLU conta com o assessoramento de uma comissão técnica, composta por cinco ex-alunos, que atua em conjunto com a coordenação geral do Curso e tem as atribuições de auxiliar no planejamento e na preparação pedagógica do Curso, analisar e apreciar os trabalhos elaborados no âmbito do mesmo, acompanhar as atividades do Seminário de Avaliação Geral, além de auxiliar na definição de diretrizes de ação, análise de resultados, organização de eventos referentes às atividades do Centro IGLU-Brasil, entre outras.

Curso de Especialização em Administração Universitária

Curso de Especialização em Administração Universitária			
Ano	Ordem	Universidade anfitriã	Nº de participantes
1997	14º	UNICAMP	20
1998	15º	UNIMEP	16
1999	16º	UNIRIO	17
2000	17º	UCG	19
2001	18º	UEL	18
Total			90

Fonte: Arquivo do CRUB

Hoje, já são mais de 300 dirigentes universitários das IES brasileiras participantes do Curso de Especialização em Administração Universitária, incluindo reitores, pró-reitores, assessores, professores e técnicos de diferentes segmentos universitários do País, que, na sua maioria, reconhece a importância dessa especialização, por propiciar conhecimentos das tendências da gestão universitária, das diferentes realidades entre as universidades da América Latina e países desenvolvidos, como também melhorar o desempenho de suas funções na universidade.

O CRUB realizará em 2002, em conjunto com a OUI/IGLU, o 19º Curso de Especialização em Administração Universitária, de 01 a 27 de julho, na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS, ocasião em que buscará responder, além dos objetivos que o sustentam, a necessidade de fortalecer a gestão das universidades, para que suas respostas aos desafios do novo milênio sejam cada vez mais pertinentes - questão levantada durante a Conferência Mundial da UNESCO sobre Ensino Superior e no XII Congresso Bienal da OUI realizado na Argentina, em outubro de 2001.

Entre as diferentes manifestações dos reitores acerca do papel do CRUB nessa vertente de formação de dirigentes universitários, destaca-se a ampliação de oportunidades, pelo CRUB, como novos cursos em diversas regiões do país.

Assim, está sendo elaborada uma proposta nesse sentido, que será amplamente debatida neste Colegiado, no primeiro semestre de 2002.

Educação a Distância

A Educação a Distância mereceu por parte do Colegiado um destaque especial, por ser um dos campos da educação que tem-se firmado cada vez mais em nível mundial, representando para a sociedade um grande aliado no processo de universalização e de democratização do ensino.

No que diz respeito ao ensino superior brasileiro, a educação a distância assume papel preponderante no processo de expansão e ampliação do acesso, abrindo novas possibilidades e oportunidades à população brasileira.

Por entender a necessidade de um maior envolvimento intersetorial em prol do avanço da educação a distância no País, fomentando o diálogo entre dirigentes universitários e representantes governamentais, este Conselho de Reitores deu início à construção de uma agenda, a partir da realização da 66ª Plenária, em Brasília, em dezembro de 2000, onde o enfoque foi o debate das políticas governamentais, à luz da legislação vigente sobre a educação a distância.

Essa Plenária contou com uma maciça participação de dirigentes e representantes de universidades, pela relevância das temáticas abordadas, cuja programação foi desenvolvida mediante conferência, painéis e mesa-redonda, utilizando-se ainda de uma perspectiva interativa com debates em plenário.



66ª Reunião Plenária, Brasília, dezembro/00



Agenda de trabalho sobre Educação a Distância é mantida em 2001

Nesse processo de pleno desenvolvimento da Educação a Distância, o CRUB efetivou, em 2001, o desdobramento de sua agenda de trabalho, com a realização da Teleconferência Interativa "Educação a Distância: reflexões para a prática nas Universidades Brasileiras", realizada no auditório do Senac-SP, no dia 20 de novembro daquele ano, com transmissão ao vivo, via satélite, para todo o território nacional.

A metodologia utilizada nessa teleconferência constou de uma mesa-redonda que centrou o foco da exposição nos seguintes temas:

- "Educação a Distância: Reflexões para a prática nas Universidades Brasileiras", a cargo da prof^ª. Miriam Struchiner, da UERJ;
- "Capacitação de recursos humanos para Educação a Distância", a cargo do especialista Wilson Azevêdo, da Aquifolium Educacional;
- "Código de Ética e Direito Autoral", sob a responsabilidade da prof^ª. Adylles Castello Branco, representante da ABED.

Após a apresentação das temáticas, seguiu-se a interatividade, com o registro de um número expressivo de perguntas oriundas das Universidades e de vários pontos de recepção

do Senac no Brasil.

Para uma ampla divulgação e participação das IES filiadas nesse evento, o CRUB fez o encaminhamento do documento "Educação a Distância: Reflexões para a prática nas universidades brasileiras", além de otimizar sua divulgação no próprio site.

Como o assunto tem despertado grande interesse por parte das universidades, foi providenciada a edição do vídeo sobre essa Teleconferência e este foi enviado às universidades interessadas, além de o CRUB vir atendendo pedidos de outras instituições voltadas para essa modalidade de educação, inclusive de algumas secretarias estaduais que vêm utilizando o material em seus programas de formação de professores.

Programa de Interação da Universidade com a Sociedade

Este Programa visa ampliar e intensificar as relações entre as universidades e a sociedade, mediante a realização de pesquisas, estudos, reflexões e eventos sobre temas de interesse geral. Com isso, pretende-se fortalecer o compromisso social das universidades, pelo papel preponderante que lhes cabe neste novo milênio.

Assim, o CRUB priorizou, em 1999, a realização da 1ª Semana e Conferência Nacionais Universitárias.

1ª Semana e Conferência Nacionais Universitárias

O tema debatido nesse evento foi "O fenômeno do desemprego: diagnóstico e perspectivas", e, para subsidiar os debates e reflexões, o Conselho de Reitores elaborou um Termo de Referência, por intermédio do prof. Márcio Pochmann, da UNICAMP, e o enviou a todas as universidades filiadas, acompanhado de um exemplar da publicação da CNBB "Sem trabalho? Por quê?".

A 1ª Semana Nacional Universitária ocorreu no mês de outubro de 1999, simultaneamente, nas universidades filiadas ao CRUB, com a participação da comunidade acadêmica e de segmentos sociais locais. Sua instalação se deu no dia 26, em São Paulo, com transmissão ao vivo pela Rede Vida de Televisão, diretamente dos estúdios das Irmãs Paulinas, tendo dela participado o presidente do CRUB e os especialistas Márcio Pochmann e Adolfo Furtado, do IPEA, sendo que os telespectadores interessados podiam participar via internet e por telefone. Cada universidade preparou a sua programação, realizando seminários, grupos de estudo, plenária, *workshop*, conferência, exposição de trabalhos de pesquisa sobre emprego, desemprego, trabalho infantil, etc.

Com o intuito de aprofundar o tema do desemprego, e seguindo o rastro deixado pela Semana Universitária, o CRUB promoveu no mês seguinte, em Brasília, a 1ª Conferência Nacional Universitária. Os debates desta tiveram como ponto alto a pluralidade dos participantes, que incluíam dirigentes, acadêmicos e representantes dos segmentos político, governamental, religioso, empresarial e sindical.

A Universidade do Vale do Paraíba (UNIVAP) colocou à disposição do CRUB equipamento e pessoal de produção que colaborou na organização do programa de lançamento da Semana.

Posteriormente, em 2001, o CRUB priorizou o tema sobre "Violência, Segurança e Cidadania", que seria debatido concomitantemente nas universidades, para que os resultados dos trabalhos pudessem ser direcionados para uma Conferência sobre o mesmo assunto. Assim participariam também especialistas de vários segmentos, numa metodologia interativa, visando à divulgação das práticas acadêmicas e de trabalhos voltados para essa matéria de peculiar interesse para a sociedade brasileira.

Ao examinar detalhadamente as potencialidades desse trabalho, o CRUB considerou, num primeiro momento, mais pertinente solicitar a elaboração de documentos por alguns especialistas em áreas específicas do tema atinente à violência. A

partir daí, pode-se organizar um grande debate no âmbito das universidades e trazer para a Conferência todo esforço empreendido pela comunidade acadêmica, para posterior encaminhamento de propostas concretas às políticas públicas nessa área.

Para tanto, ficou prevista essa reflexão para o ano 2002.

Reforma Agrária

Esta temática consta do elenco de reflexões por parte deste Conselho, com a efetiva participação das universidades filiadas.

Para dar início a um trabalho efetivo, o 1º Censo da Reforma Agrária: Cadastro Nacional de Beneficiários da Reforma Agrária foi um dos produtos do convênio celebrado entre o CRUB e o Ministério Extraordinário de Política Fundiária – MEPF, e houve o envolvimento de 37 universidades filiadas ao CRUB, que aderiram às ações relativas à reforma agrária em todo o país.

Em abril de 1997, foi firmado entre o INCRA e o CRUB um instrumento para contratação de serviços do Projeto Lumiar, com a finalidade de prestar assistência técnica aos assentamentos de Reforma Agrária, por ocasião do Seminário da Reforma Agrária. E em setembro desse mesmo ano foi feito o lançamento da publicação "Os Assentamentos da Reforma Agrária no Brasil", no Palácio do Planalto, ocasião em que o presidente do CRUB esteve presente, representando o Colegiado.

No ano de 2001, o CRUB confirmou a sua participação com a indicação da profa. Mônica Castagna Molina, da Unb, no



Lançamento da publicação "Os Assentamentos da Reforma Agrária no Brasil", Palácio do Planalto, setembro/97

Conselho Executivo do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA, que tem como objetivo o desencadeamento de um amplo processo de promoção da educação, em todos os níveis, nos Projetos de Assentamentos de Reforma Agrária.

Com o intuito de dar continuidade e fazer cumprir as sugestões oriundas das reuniões do CRUB Itinerante, e em face da política social para o país, o Conselho de Reitores se vê na condição de continuar estimulando a participação das universidades no processo da Reforma Agrária e em outros temas de interesse da sociedade, uma vez que a universidade brasileira tem todo empenho em participar da construção de um projeto de desenvolvimento para o País.

Comunidade Solidária

O Conselho de Reitores permaneceu, no período de 1997 a 2001, mantendo a parceria com a Comunidade Solidária, em particular com o Programa Alfabetização Solidária, por entender que as universidades vêm

contribuindo decisivamente com o seu trabalho e com um efetivo comprometimento no desenvolvimento de ações voltadas para diminuir o índice de analfabetismo.

Com essa intenção, o presidente do CRUB participou da apresentação do Programa Alfabetização Solidária, Expansão II, e do 1º Encontro de Parceiros do Programa, ocasião em que foram apresentados os resultados da avaliação final do Projeto-Piloto e a premiação do 1º Concurso de Redação, com a presença da Drª Ruth Cardoso, empresários e reitores, cujos eventos foram realizados em São Paulo.

Em setembro de 2001, o presidente do CRUB participou da II Semana da Alfabetização Solidária, em São Paulo, promovida pela Alfabetização Solidária, em parceria com a UNESCO e o MEC, quando falou em nome das universidades que integram o Programa, com a presença da Drª Ruth Cardoso e do Ministro de Estado da Educação, Dr. Paulo Renato Souza.



Seminário Nacional – Programa de Alfabetização Solidária, Brasília, novembro/99

Associação do IES - FAPESP

Associação de Faculdades e Instituições de Ensino Superior
- Associação de Faculdades e Instituições de Ensino Superior
- Associação de Faculdades e Instituições de Ensino Superior
- Associação de Faculdades e Instituições de Ensino Superior
- Associação de Faculdades e Instituições de Ensino Superior

ANEXOS

ANEXO I

Planos de Ação: Atividades programadas e realizadas - 1999/2001 - 2001/2002

1. Programa: Aperfeiçoamento da Gestão Universitária

Atividade	Tema	Local	Data	Situação
Workshop Internacional sobre Avaliação e Acreditação	O Papel do CRUB na Avaliação	Rio de Janeiro-RJ	12 a 14/05/99	Realizado
Programa CRUB de Avaliação Institucional	Realizar visitas de acompanhamento às IES que aderiram ao Programa Dar início à avaliação externa	IES que aderiram ao Programa	A partir da data de adesão Prevista para julho/2001	IES visitadas: UNIBUL, UNATRE-UNAMA, UNABC, PUCPR, UCPM, UNACEL, UNIFERN, UCDIA, UNIVERSO, UCS. Não foi possível iniciar a avaliação externa, pois nem todas as IES concluíram o auto-estudo. Somente a UNIBUL aderiu ao CRUB e vai se preparar.
Oficinas de Trabalho	Avaliação	Sede do CRUB	27 a 28/09/01	Foi realizada uma oficina para 10 representantes de IES que aderiram ao Programa.
16º Curso CRUB (OUAGLO)	Especialização em Administração Universitária	UNIBUC	28/06 a 23/07/99	Foi concluído e a sua avaliação realizada.
17º Curso CRUB (OURICEM)	Especialização em Administração Universitária	Universidade Católica de Goiás-UCG	03/07 a 28/07/2000	Foi concluído e a sua avaliação realizada.
18º Curso CRUB (OURICEM)	Especialização em Administração Universitária	Universidade Estadual de Londrina-UEL	2 a 27 de julho/01	Foi concluído e a sua avaliação está prevista para maio/2002
19º Curso CRUB (OURICEM)	Especialização em Administração Universitária	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul-PUCRS	Julho/02	Planejamento em andamento.
Conferência e Semana Nacional Universitária	Educação a Distância	Audatório do SESC/SENAC, em São Paulo e nos IES filiais	20 de novembro/01	Foi realizada uma Teleconferência Interativa em São Paulo com transmissão via satélite para todo o País.
1ª Conferência Nacional	Educação Superior: Ciência e Tecnologia	Salvador-BA	15 a 19 de outubro/01	A ser realizada em 2002.
Núcleo de Gestão	Iniciar estudos			Os estudos iniciados os estudos, sendo que a versão preliminar do documento será entregue no 1º semestre/2002, para aprovação do Conselho Deliberativo.

ANEXO I (cont.)

Planos de Ação: Atividades programadas e realizadas

2. Programa: Interação da Universidade com a Sociedade

Atividade	Tema	Local	Data	Situação
Semana Nacional Universitária	O Fenômeno do Desemprego: diagnóstico e perspectivas	Nacional	26 a 29/10/99	Realizada com a adesão das IES filiadas
Conferência Nacional Universitária	O Fenômeno do Desemprego: diagnóstico e perspectivas	Brasília - DF	23 a 24/11/99	Realizada com a efetiva participação das IES e de diferentes segmentos da sociedade.
Semana Nacional Universitária	Violência, segurança e cidadania	Nas IES filiadas	Prevista para 24 a 28 de setembro/01	A ser realizada em 2002
Conferência Nacional Universitária	Violência, segurança e cidadania		Prevista para 11 e 12 de dezembro/01	Foram feitos contratos com especialistas para a elaboração de "papers" sobre esse tema. (em andamento)

ANEXO I (cont.)

Planos de Ação: Atividades programadas e realizadas

3. Programa: Fortalecimento do papel político do CRUB

Atividade	Tema	Local	Data	Situação
CRUB Inaugurante	Plano de Ação do CRUB para 1999/2000	Recife - PE São Paulo - SP	26 e 27/04/99 29 e 30/04/99	Foi aprovado, bem como incorporadas as sugestões.
Fórum	Fórum CRUB V: Tendências da educação superior para o século XXI	Brasília-DF	29 e 30/09/99	Foi realizado.
Workshop	CRUB: História recente, desafios e propostas para o futuro	Brasília-DF	Dezembro/99	Concluído.
CRUB Inaugurante	Plano Institucional do CRUB Programa CRUB de Avaliação Institucional Recursos para o Plano de Ação Questões emergenciais das universidades	Brasília-DF Belo Horizonte-MG São Paulo-SP Curitiba-PR	28/03/01 18/04/01 19/04/01 20/04/01	Fórum realizado em 2001, conforme o previsto.
Elaboração da proposta do Plano Institucional do CRUB	Dar prosseguimento à elaboração do Plano	Brasília-DF		Seu aprovação a sua redação final na 67ª Reunião Plenária.
Fórum CRUB VI	Formação de Profissionalização Docente (CRUB/CONSED/UNESCO)	Brasília-DF	Prevista para setembro/01	Transferida a realização do evento para 2002.
63ª Reunião Plenária	"Uma Política de Ensino Superior"	Fortaleza-CE	Março/98	Realizada.
64ª Reunião Plenária	"As políticas de educação superior e suas relações com o Recredenciamento das Universidades"	Porto Alegre - RS	Novembro/98	Realizada.
65ª Reunião Plenária	"Políticas Públicas para o Ensino Superior Brasileiro"	Brasília-DF	11ª 12/04/2000	Durante a realização desta Plenária foi aprovado o Programa CRUB de Avaliação Institucional.
66ª Reunião Plenária	"Políticas e estratégias sobre Educação a Distância, à luz da legislação vigente"	Brasília-DF	12 e 13/12/2000	Realizada.
67ª Reunião Plenária	Plano Institucional do CRUB	Brasília-DF	19 a 21/09/01	Transferida a sua realização para abril de 2002.
21ª Reunião Plenária Extraordinária	Apresentação das ações realizadas pelo CRUB, em razão de atos normativos do Executivo, notadamente quanto ao recredenciamento das IES.	Brasília-DF	01/12/2001	Elaboração da proposta de Avaliação para as Universidades, que foi encaminhada ao CNE.
2ª Mostra Nacional das Universidades Brasileiras	Produção das universidades nas áreas de Ensino, Pesquisa e Extensão	Salvador-BA	15 a 19/10/01	Transferida a sua realização pelo elevadíssimo do evento.
Reuniões do Conselho Deliberativo	Diversos	Brasília-DF	No período de 97 a 2001	Foram realizadas 25 reuniões.

ANEXO II

CARTA CRUB I

Tema: Exame Nacional de Cursos

Ao(à) Magnífico(a) Reitor(a) e à
Comunidade Acadêmica,

No último dia 07 de maio, com a presença de 84 participantes das IES filiadas, foi realizado o Seminário "As Universidades e o Exame Nacional de Cursos", para discutir e refletir sobre os resultados do 1º ENC, bem como para examinar as suas implicações na adoção de políticas e estratégias pertinentes.

Em decorrência dos debates, emergiu um elenco de propostas que o CRUB entendeu oportuno encaminhar, como contribuição à busca conjunta da melhoria e da qualidade do Ensino Superior Brasileiro, ao MEC:

1. implantação imediata do Sistema Nacional de Avaliação, conforme preceitua o Decreto 2.026/96, uma vez que este é mais abrangente do que o Exame Nacional de Cursos, o qual constitui apenas um dos instrumentos desse sistema mais amplo;
2. inclusão dos resultados do PAIUB no Sistema Nacional de Avaliação e no credenciamento das IES, objetivando valorizar o processo de avaliação através do projeto institucional de cada uma delas;
3. estabelecimento de políticas e estratégias, a partir dos resultados do ENC e do Sistema Nacional de Avaliação, para as instituições que necessitem melhorar a qualidade de ensino, principalmente aquelas voltadas para titulação do corpo docente;
4. revisão dos critérios de classificação do ENC não só para aprimorar o processo avaliativo como também para evitar o estabelecimento de "ranking" entre as IES;
5. envio dos resultados do ENC às respectivas IES, antes da sua divulgação na mídia, a fim de que os dados sejam revistos, se for o caso;
6. atribuição de nota somente àqueles alunos que, efetivamente, responderem às questões da prova, de modo a evitar distorções nos respectivos resultados;
7. adiamento do segundo ENC, para o mês de setembro, a fim de que sejam corrigidas algumas distorções identificadas, ajustando seu calendário às avaliações de cada IES;
8. divulgação dos resultados do ENC após obtenção dos dados da análise dos demais componentes do Sistema Nacional de Avaliação, visando oferecer à sociedade um maior conhecimento do sistema universitário e, também, possibilitar a edição do Anuário do Ensino Superior;
9. ampla divulgação na mídia, pelo MEC, de que o ENC não é o único instrumento de avaliação da graduação das IES, visando preservar a imagem das instituições envolvidas e do alunado.

Brasília - DF, 12 de maio de 1997.

Reitor José Carlos Almeida da Silva
Presidente do CRUB

AGENDA CRUB PARA O SISTEMA UNIVERSITÁRIO BRASILEIRO NO LIMIAR DO SÉCULO XXI¹

A Conferência Mundial sobre Educação Superior, promovida e coordenada pela UNESCO, em Paris, no mês de outubro de 1998, constituiu um momento importante para o exame do futuro da Educação Superior, nunca igualado em eventos similares anteriores. O evento, de abrangência mundial, envolveu mais de 4 mil pessoas de cerca de 180 países e contou com a participação de 125 ministros da Educação, além de representantes de segmentos interessados. Como coroamento de seus trabalhos, foi emitida a "Declaração Mundial sobre Educação Superior no Século XXI: Visão e Ação".

A referida declaração foi elaborada levando em conta o contexto em que se encontra a humanidade neste limiar de novo século. O mundo está no início de uma nova era da civilização, na qual a educação, o conhecimento e a informação desempenharão um papel de crucial importância. Entre outros anseios da humanidade, a educação superior deverá contribuir para: desenvolver uma cultura da paz, construir uma sociedade que aprende, manter processos de aprendizagem permanente, democratizar a sociedade do conhecimento, viabilizar o uso compartilhado do conhecimento e da informação como matérias-primas para o desenvolvimento social, capacitar as pessoas para viverem em um mundo de rápidas mudanças, viabilizar os novos paradigmas da ciência baseados na probabilidade, criar condições para que a formação de nível superior e também o trabalho possam superar as orientações centradas no posto de trabalho e no mercado, mediante estratégias voltadas para a empregabilidade e para os campos de atuação profissional configurados a partir das necessidades sociais.

No contexto da América Latina, especificamente, é necessário destacar algumas características peculiares: considerável expansão das matrículas no ensino superior; multiplicação e diversificação das instituições; aumento acelerado de pessoal docente e de egressos; grande ampliação do setor privado de ensino; restrições crescentes

do gasto público e internacionalização da educação superior e da investigação científica. Dois pontos críticos marcam essa realidade. Primeiro, as oportunidades de acesso ao ensino superior, apesar da expansão quantitativa, pecam pela falta de democratização. Segundo, em consequência dos ajustes econômicos e das dificuldades fiscais, é restrito o financiamento público da educação superior. Cabe ainda notar a crise de qualidade do ensino universitário, que tem posto em xeque o papel da universidade na sociedade latino-americana.

No que diz respeito ao Brasil, é importante que a Declaração de Paris dê origem a um conjunto de linhas de ação concretas para os agentes que dirigem e realizam o trabalho com a Educação Superior no País, como um passo para a concretização dos ideais então propostos. Suas principais diretrizes, consideradas como um marco referencial para o Sistema Universitário Brasileiro, podem ser resumidas nas seguintes proposições:

- a ampliação do acesso ao ensino superior é uma necessidade para atender a um direito de todos os cidadãos;
- o ensino superior deve ter, em todas as suas instâncias e modalidades, a garantia de qualidade e relevância de seu trabalho para a sociedade;
- a educação superior deve orientar-se por um fortalecimento das relações do ensino com o mundo do trabalho, assegurando sempre a realização do compromisso da educação com o atendimento às necessidades sociais;
- a produção do conhecimento científico e tecnológico é uma importante função que integra o Sistema de Ensino Superior;
- deve haver uma intensa incorporação do conhecimento e da tecnologia desenvolvidos em diferentes áreas do conhecimento e campos de atuação profissional para a realização do trabalho de educação em nível superior;
- é urgente elaborar políticas claras e precisas.

de formação de pessoal qualificado, em nível superior, para atender às necessidades do País;

- as universidades devem dedicar-se à afirmação da autonomia responsável e ao exercício da liberdade acadêmica, construídos pelo diálogo intenso, amplo, contínuo e crítico em torno de um esforço de cooperação, baseado na solidariedade, no tratamento igualitário a todas as pessoas e no respeito aos valores culturais e humanos;
- o referencial para os projetos das universidades e para as definições de políticas de desenvolvimento do ensino superior deve ser a construção de uma sociedade mais inclusiva, mais justa e mais igualitária;
- é papel do Estado prover financiamento do Sistema de Educação Superior e do sistema de produção do conhecimento científico e tecnológico;
- é necessário evitar a transformação do Ensino Superior em negócio, como se a educação pudesse ser reduzida a uma mercadoria. É imprescindível considerar a Educação como um direito social e um investimento da sociedade, voltados para a promoção e o desenvolvimento humano, evitando sempre sua subordinação a concepções e práticas mercantilistas.
- é importante a realização e a ampliação do debate das proposições para a Educação Superior no século XXI, envolvendo os componentes das comunidades acadêmicas e os segmentos da sociedade em que cada instituição está inserida.

A partir dessas orientações, os participantes do Fórum CRUB V sobre "Tendências da Educação Superior para o Século XXI" avaliaram as exigências da realidade atual do ensino superior e, em encaminhamento à questão, explicitaram linhas de ação para os principais agentes responsáveis pela orientação do Sistema Universitário do País. Assim, foram especificadas atuações importantes para o Estado, para o Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras e para os dirigentes das instituições universitárias.

Cabe ao Estado:

1. Promover políticas de desenvolvimento e de integração da Ciência, da Tecnologia e do Ensino Superior, incentivando a participação das Universidades na formulação e realização dessas políticas para o País, bem como respeitando os princípios de liberdade acadêmica e de autonomia institucional;
2. Criar condições legislativas, políticas e financeiras para o desenvolvimento da Educação Superior, de acordo com os termos da Declaração Universal dos Direitos Humanos e as disposições constitucionais do País;
3. Criar mecanismos que reduzam as disparidades regionais, no que diz respeito à Educação Superior e à produção de conhecimento científico e tecnológico;
4. Assegurar estabilidade das políticas públicas de financiamento da Educação Superior, com transparência nas alocações, nos controles e na avaliação dos resultados obtidos pelas instituições;
5. Promover medidas de proteção e incentivo à comercialização de produtos, serviços e processos tecnológicos desenvolvidos pelas Universidades, protegendo a propriedade intelectual e facilitando a obtenção de patentes e certificados;
6. Manter programas de bolsas e auxílios ao desenvolvimento da pesquisa e de estudos, de maneira a promover a excelência e a produtividade das instituições de ensino superior;
7. Manter programas de bolsas e auxílios a estudantes, particularmente para os de menos recursos, de forma a facilitar seus estudos;
8. Apoiar o desenvolvimento, em nível nacional, de uma rede eletrônica universitária, integrada aos sistemas latino-americanos e internacionais, para o desenvolvimento da Ciência, da Tecnologia e do Ensino Superior;
9. Articular e coordenar o intercâmbio internacional, orientando-o para fortalecer e potencializar o desenvolvimento da Ciência, da Tecnologia e da Educação Superior, mediante participação ativa que desenvolva capacidades intelectuais, culturais, científicas, tecnológicas, humanísticas e sociais;

10. Fortalecer a função da Educação Superior e o papel das universidades como catalisadores do desenvolvimento e da qualificação de todo o sistema educacional do País;
11. Implementar políticas e programas de ampliação e democratização das oportunidades de acesso ao ensino superior, buscando otimização do sistema universitário do País.

Cabe ao Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras:

1. Propor políticas de desenvolvimento e de integração da Ciência, da Tecnologia e do Ensino Superior a serem realizadas pelas universidades brasileiras, articulando estas instituições em um trabalho sistêmico, de âmbito nacional;
2. Formular e propor políticas relativas ao aprimoramento da carreira universitária e da qualificação do corpo docente e funcional das universidades;
3. Orientar as universidades no sentido de assegurar o desenvolvimento do sistema educacional, como um todo sistêmico e articulado;
4. Articular a formulação de programas mobilizadores que promovam, no âmbito das universidades: o incremento da relevância e da pertinência dos seus trabalhos, a melhoria contínua da qualidade, o aperfeiçoamento dos seus sistemas de gestão e financiamento, a ampla utilização das novas tecnologias de comunicação e informação e a redefinição dos critérios, processos e procedimentos de cooperação interinstitucional, de caráter regional, nacional e internacional;
5. Constituir e manter um sistema de informações que permita conhecimento imediato e atualizado dos recursos, competências e produção institucionais, que possam instrumentar programas de cooperação interinstitucional e ações conjuntas para integração regional e nacional;
6. Manter processos institucionalizados e permanentes de comunicação e interação com o Congresso Nacional, Assembleias Estaduais e Câmaras Municipais, de forma a manter o Poder Legislativo informado sobre o trabalho do Sistema Universitário

do País, assessorando-o nos trabalhos de produção legislativa relacionados com o desenvolvimento da Educação Superior, da Ciência, da Tecnologia e da Cultura;

7. Atuar junto ao Conselho Nacional de Educação para que este Colegiado, no cumprimento de suas funções normativas e regulamentadoras, considere sempre as peculiaridades, proposições e necessidades do Sistema Universitário;
8. Promover, como instância nacional de debates das políticas de Educação Superior, discussões regionais e institucionais, com vistas a disseminar e concretizar as recomendações da Declaração Mundial sobre Educação Superior no Século XXI.

Cabe às universidades:

1. Articular-se com os governos estaduais, instituições de Ciência e Tecnologia e com outras instituições sociais para implementar as políticas integradas de Ciência, de Tecnologia e de Ensino Superior que contribuam para o desenvolvimento sustentável do País, em suas dimensões locais e regionais;
2. Realizar e manter processos contínuos de avaliação das suas funções, de forma a orientar o planejamento e a melhoria da gestão e das práticas institucionais relativas à produção de conhecimento, ao ensino e à extensão, com relevância, pertinência e qualidade;
3. Definir e desenvolver programas institucionais consistentes com as políticas de Ciência, Tecnologia, Culturais e de Ensino Superior, projetadas em conjunto com as universidades do País, que atendam às necessidades presentes e futuras da sociedade;
4. Fortalecer a sua função cultural, promovendo os valores humanísticos e sociais das comunidades com as quais se relaciona, bem como os valores éticos e cívicos da sociedade brasileira;
5. Estimular, de forma contínua, a participação ativa dos estudantes na vida acadêmica e na avaliação institucional, respeitando o direito de organização autônoma dos mesmos;
6. Ampliar a qualidade e relevância dos programas de educação superior e de pesquisa, mediante a promoção e a

- facilitação do intercâmbio nacional e internacional de pessoal docente e discente;
7. Diversificar e ampliar o acesso à Educação Superior, assegurando os princípios de equidade de oportunidades e de mérito, promovendo e incentivando a criatividade e a capacidade de empreender, especialmente em múltiplas modalidades de ensino superior, além dos cursos de graduação, de mestrado e de doutorado;
 8. Promover múltiplas oportunidades de educação continuada ou permanente em nível superior, atendendo às diferentes necessidades da sociedade em termos de educação geral, técnica e profissional;
 9. Desenvolver e colaborar na elaboração e realização de programas e ações orientadas para reduzir as disparidades regionais no que diz respeito à educação superior e à produção de conhecimento científico e tecnológico;
 10. Promover políticas específicas de ensino, pesquisa e extensão que contemplem problemas sociais emergentes do País: pobreza, desemprego, deterioração ambiental, violência e saúde da população;
 11. Promover estudos, investigações e consultas para identificar e dimensionar necessidades e demandas sociais que devem ser atendidas pelas universidades ou que requeiram capacitação e mobilização de suas potencialidades, em consonância com seu papel na sociedade;
 12. Destacar o papel da produção de conhecimento pelas universidades como um recurso de fundamental importância para garantir a qualidade do ensino e da extensão e a própria sobrevivência da instituição universitária;
 13. Disseminar a aplicação de novos conhecimentos e de tecnologias, de diferentes áreas e campos de atuação profissional, assegurando o aprimoramento dos processos de produção de conhecimento, de aprendizagem e a ampliação das oportunidades de acesso ao ensino superior;
 14. Desenvolver experiências inovadoras nos sistemas de ensino, nos programas de trabalho, nos currículos e nos processos pedagógicos que assegurem a participação ativa, a transformação pessoal e o pleno desenvolvimento das potencialidades de cada estudante;
 15. Desenvolver modelos inovadores de gestão que contribuam para a racionalidade do processo decisório, elaboração dos orçamentos, adequação dos processos de execução orçamentária, de forma a aumentar a transparência e aprimorar o monitoramento das atividades administrativas;
 16. Criar mecanismos, oportunidades e procedimentos institucionais que possibilitem maior participação das comunidades na definição, condução e avaliação das suas políticas de atuação;
 17. Intensificar e aprimorar a sua comunicação com a sociedade, em relação a seus trabalhos, suas funções e à produção científica, tecnológica e cultural;
 18. Desenvolver programas de valorização e qualificação de seus recursos humanos, docentes, técnicos e administrativos, de forma a assegurar o contínuo aprimoramento da carreira universitária;
 19. Realizar debates internos e com a comunidade local, objetivando explicitar a definição e aprofundar a compreensão da missão institucional, tendo em vista a concretização das recomendações da Declaração Mundial sobre Educação Superior no Século XXI;
 20. Desenvolver ações de aprimoramento e adequação da organização universitária, de forma a assegurar a integração das funções e estruturas, bem como reverter as tendências de fragmentação na instituição;
 21. Fortalecer as atividades de cooperação interinstitucional, especialmente no âmbito regional, incentivando a complementaridade de atuação e a realização de programas conjuntos pelas universidades.

Brasília, 30 de setembro de 1999

ANEXO IV

CARTA CRUB DE FORTALEZA

Os reitores das universidades brasileiras, reunidos em Fortaleza, na 63ª Reunião Plenária do Conselho de Reitores, realizada de 22 a 24 de março de 1998, tendo como temática **Uma Política de Ensino Superior**, deliberaram, por unanimidade, pela aprovação da CARTA CRUB DE FORTALEZA, que propõe uma agenda de princípios e estratégias para a política de ensino superior, tendo como referências os balizadores formais (art. 207 e 214 da CF e LDB – Lei 9.394/96), os interesses da sociedade, das novas gerações, o desenvolvimento do País e os princípios da **Federação, da Qualidade, da Expansão e da Liberdade de Iniciativa**.

I – Princípios

Considerando que, pelo princípio da **Federação**, cabe à União a adoção de política diferenciada de investimentos de recursos públicos destinados ao ensino superior nas regiões e estados federados, tendo em vista a meta de uma distribuição equilibrada, seja geograficamente, seja quanto ao perfil da oferta de cursos, de maneira a atender ao desenvolvimento integrado do País;

Considerando que, pelo princípio da **Qualidade**, o sistema de avaliação de qualidade da educação superior deve garantir a produtiva interação entre as instâncias públicas credenciadoras e as instituições integrantes do sistema de educação superior, a ampla participação na definição dos processos, metodologias e análises de resultados, visando à efetiva reorientação dos projetos institucionais voltados para a qualidade educacional no interior das universidades;

Considerando que, pelo princípio da **Expansão**, o papel do Estado é de fundamental importância para a política de expansão do ensino superior, e que é patente a necessidade de ampliação de matrículas nesse nível de ensino, especialmente, em virtude do déficit quantitativo e da má distribuição da oferta do mesmo por áreas do conhecimento, o que coloca o País em posição desfavorável em relação aos demais países da América Latina;

Considerando que, pelo princípio da **Liberdade de Iniciativa**, há necessidade de controlar as regulamentações capazes de criar obstáculos e descaracterizações ao pleno exercício da autonomia das universidades, até para que não se incorra em flagrante contradição com o Art. 207 da Constituição e o princípio flexibilizador consagrado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

II – Estratégias

1ª - O desenvolvimento, pela União, de políticas regionais para a educação superior, capazes de considerar as necessidades locais e os investimentos diferenciados, de modo a ser alcançada a sustentabilidade da Nação brasileira. (princípio da **Federação**)

2ª - Adoção dos parâmetros de avaliação de qualidade que levem em consideração a gestão centrada na atividade-fim da universidade; a sintonia com o seu espaço e seu tempo; o papel da instituição no entorno regional, nacional e internacional; a fixação das áreas de conhecimento prioritárias para os próximos tempos; a definição do sistema de avaliação externa e a autonomia da universidade necessária para a consecução de seu **projeto institucional**. (princípios da **Qualidade** e da **Liberdade de Iniciativa**)

3ª - Adoção de modernas tecnologias de ensino, na busca da qualidade do fazer educacional, mediante o desenvolvimento de amplos intercâmbios interinstitucionais; a integração aos currículos universitários de atividades que insiram a formação do estudante na realidade do mercado de trabalho, e o aproveitamento conjunto da competência acadêmica, estabelecida nas instituições universitárias. (princípios da **Qualidade** e da **Liberdade de Iniciativa**)

4ª - Adoção de políticas capazes de duplicar as matrículas de ensino superior, corrigindo o perfil das mesmas pelas diferentes áreas do conhecimento e com vistas a atender as necessidades da sociedade e do desenvolvimento nacional. (princípios da **Expansão** e da **Federação**)

5^o - Adoção de políticas consistentes de financiamentos especiais, visando ao fortalecimento da pesquisa de importância regional, social e para o sistema produtivo, além da já reconhecida pesquisa de natureza avançada. (princípio da **Expansão**)

6^o - Adoção de novas formas de financiamento da educação superior, especialmente, através da co-responsabilidade do Estado, sociedade, universidade, mediante: criação de instrumentos de poupança e de pagamentos auto-sustentáveis; financiamento da pesquisa básica pelo Estado; aporte de recursos para a pesquisa aplicada pela sociedade e captação de recursos, sobretudo, por meio de prestação de serviços pela universidade. (princípio da **Expansão**)

7^o - Adoção de estratégias inovadoras de formação avançada de docentes, tais como os mestrados interinstitucionais, a pós-graduação em rede, com o aproveitamento da competência estabelecida em instituições regionalmente próximas; a adoção de formas inovadoras de pós-graduação que garantam a formação de mais docentes, em tempo menor, asseguradas a qualidade e a densidade

acadêmicas dos programas. (princípio da **Expansão**)

8^o - Adoção de formas diversificadas de organização institucional e acadêmica, variedade de cursos e programas de formação, flexibilidade de cursos e currículos e a promoção intensa de intercâmbio que permita o aproveitamento e a manutenção de uma base comum de formação. (princípio da **Expansão**)

A CARTA CRUB DE FORTALEZA, ao reafirmar os compromissos históricos das universidades brasileiras, conclama a Nação a estabelecer a **Agenda Brasil para a Década da Educação (1998/2008)**, envolvendo a sociedade civil e os poderes constituídos, em torno de políticas e estratégias para o equacionamento dos problemas da educação.

Fortaleza, 24 de março de 1998.

José Carlos Almeida da Silva
Presidente do CRUB

ANEXO V

CARTA CRUB DE PORTO ALEGRE

Os reitores das universidades brasileiras, reunidos em Porto Alegre, na 64ª Plenária do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras – CRUB, realizada de 8 a 11 de novembro de 1998, tendo como temática **As Políticas de Educação Superior e suas Relações com o Recredenciamento das Universidades**, deliberaram pela aprovação da Carta CRUB de Porto Alegre.

Os reitores das universidades brasileiras, tendo em conta que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional ainda se acha em fase de implementação, consideram que muito mais deverá ser feito, objetivando a melhoria da qualidade do ensino superior brasileiro e a sua expansão, e entendem que a universidade brasileira é credora da permanente confiança dos poderes públicos e da sociedade, seja em termos de sua função de liderança acadêmica, seja em função da educação profissional que realiza em favor da formação dos recursos humanos indispensáveis ao desenvolvimento nacional.

Os reitores das universidades brasileiras consideram que a autonomia universitária, insculpida como princípio constitucional, está presente e bem explicitada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, constituindo base de sustentação da liberdade acadêmica da universidade brasileira, e entendem que a avaliação institucional, em contrapartida a essa autonomia, deve servir à construção do projeto institucional da universidade, objetivando a elevação dos padrões de eficiência e de qualidade até então alcançados.

Os reitores das universidades brasileiras consideram, ainda, que a expansão do ensino superior é indispensável para reposicionar o Brasil em condições de igualdade nos investimentos em Educação, Ciência e Tecnologia, com outras nações, e que o Poder Executivo reconheceu essa indispensabilidade, tanto que fez constar de sua proposta de Plano Nacional de Educação a meta que propõe, no decênio, uma expansão de 30% da faixa etária de 18 a 24 anos.

Os reitores das universidades brasileiras reafirmam o seu empenho, no sentido de contribuir com os poderes constituídos e com a sociedade, para o aperfeiçoamento do Plano Nacional de Educação, ora em debate no Congresso Nacional, e, através do seu órgão representativo, o CRUB, vêm promovendo estudos específicos sobre Avaliação Institucional nas Universidades Brasileiras: Diagnóstico e Perspectivas; Estratégias de Capacitação e Qualificação Docente; Programas de Melhoria e Inovação no Ensino de Graduação e Questões de Financiamento nas Universidades, com indicativos concretos de ações a serem implementadas com a co-participação dos governos, da sociedade e das universidades.

Os reitores das universidades brasileiras reafirmam o compromisso com o desenvolvimento nacional, reconhecendo a necessidade de ser implementada a Agenda Brasil para a Década da Educação, envolvendo a sociedade civil e os poderes constituídos, na busca de soluções viáveis para o ensino superior, a ciência e a tecnologia, com vistas à ratificação da autonomia, da avaliação e da expansão do sistema de ensino superior. Ratificam os princípios da **autonomia universitária**, da **federação**, da **qualidade**, da **expansão** e da **liberdade de iniciativa**, firmados na Carta CRUB de Fortaleza.

Os reitores das universidades brasileiras, coerentes com o compromisso associativo assumido com as suas entidades representativas, e entendendo que essas dimensões apontadas são imprescindíveis para que a universidade brasileira cumpra com relevância o seu papel social, propõem aos poderes constituídos como parte da **Agenda Brasil** para a Década da Educação, o estabelecimento de uma Agenda Permanente de Trabalho. Esta Agenda proposta poderá ser complementada e aperfeiçoada no diálogo permanente que o CRUB deseja manter com seus interlocutores, e deve contemplar o aspecto das políticas para o ensino superior,

ciência e tecnologia, no que concerne ao processo de aprofundamento e aperfeiçoamento de temas referentes à autonomia, à avaliação, ao recredenciamento, à capacitação docente e ao regime de trabalho.

Os reitores consideram que a universidade brasileira somente conseguirá realizar a sua missão à medida em que gerar e divulgar a sua produção necessária ao desenvolvimento da sociedade, e propõem que o financiamento da iniciação científica e da pesquisa seja encarado como investimento social, exigindo que os poderes públicos reconheçam a necessidade de manter os recursos orçamentários estabelecidos para as universidades brasileiras e para os programas de apoio financeiro aos estudantes.

Os reitores consideram que a universidade brasileira, ainda carente de recursos humanos docentes e técnicos com capacitação e titulação adequadas ao desejado nível de qualidade, deve ser estimulada, mediante formas específicas de financiamento, a desenvolver modalidades alternativas de capacitação e de titulação de docentes e técnicos, inclusive através do ensino a distância, de mestrados e doutorados interinstitucionais e/ou consorciados, e de outras maneiras de aperfeiçoamento da competência docente e técnica.

Os reitores consideram que a universidade brasileira, para se desenvolver em qualidade e ampliar o acesso escolar, necessita contar com o imprescindível apoio financeiro para o incremento das atividades de pesquisa e de extensão e com o fomento da ciência e da tecnologia a serviço da qualidade de vida. Entendem, também, que o Programa de Estabilidade Fiscal proposto pelo Governo

Federal acarretará prejuízos irreversíveis à educação brasileira, provocando ainda mais a desarticulação entre o sistema educacional, as organizações de ciência e tecnologia, o setor produtivo e as políticas de desenvolvimento.

Os reitores consideram que a avaliação da universidade brasileira não deve ultrapassar a segura constatação dos limites dos compromissos assumidos no projeto institucional da universidade, estabelecidos em função das políticas públicas, reconhecendo que a LDB concede prazo às universidades para cumprimento dos requisitos essenciais à sua existência. Face a isso, propõe aos poderes públicos o estímulo e o apoio para que as universidades tornem realidade o que lhes é requerido pela Lei, sob pena de transformar a avaliação num desgastante processo meramente burocrático e sem a desejada elevação dos padrões de qualidade requeridos pela sociedade brasileira.

Os reitores consideram que a universidade brasileira, visando à plena integração de docentes e discentes, deve adotar formas alternativas de regime de trabalho que permitam aos professores não só o exercitamento planejado das atividades de sala de aula e de laboratórios, como também favorecer-lhes, através de um programa de incentivos especiais, o desenvolvimento da produção intelectual e científica institucionalizada, com vistas a alcançar os objetivos estabelecidos pela LDB.

Porto Alegre, 11 de novembro de 1998.

José Carlos Almeida da Silva
Presidente do CRUB

ANEXO VI

Contribuição das IES filiadas

1995/1997

Faixas de contribuição	Valor (R\$)
1	4.314,00
2	6.615,00
3	8.916,00
4	11.217,00
5	13.518,00
6	15.819,00
7	18.120,00
8	20.421,00
9	22.721,00
10	25.022,00

Fonte: Secretaria Executiva do CRUB

1999/2000

Faixas de contribuição	Valor (R\$)
1	8.000,00
2	10.000,00
3	12.000,00

Fonte: Secretaria Executiva do CRUB

ANEXO VII

Conferencistas que participaram dos eventos do CRUB

Evento	Tema	Conferencista Expositores
Fórum CRUB I: As universidades e o Exame Nacional de Cursos	O MEC e o "Provão" Avaliação dos resultados do Exame Nacional de Cursos Avaliação das implicações do Exame na adoção de políticas e estratégias	Dr. Edson Machado, Chefe do Gabinete do Ministro da Educação Profa. Maria Helena Guimarães Castro, Presidente do Inep Dr. Abílio Baeta Neves, Secretário da SESu
Fórum CRUB II: A LDB e o ensino superior	Princípios e fins da educação nacional Organização da educação nacional e sistema de ensino Profissionais de educação Financiamento da educação Dispensações gerais Dispensações transitórias Acesso ao ensino superior	Cons. Arnaldo Nogueira e José Arthur Guimarães Cons. Lucas Rêgo Zeman e Irineu de Aguiar Maranhão Cons. Silke Weber Cons. Jacques Millies Cons. Hélio de Albuquerque Cordeiro Cons. Tugo Orlita Cons. Carlos Alberto Serpa de Oliveira e Milton Krichal
Fórum CRUB III: A regulamentação da LDB e suas conseqüências para as universidades	Mesa-redonda	Reitor Francisco Prado de Oliveira Ribeiro, da UNISANTOS Reitora Wraza Maria Pinizzi, da UFROS
Fórum CRUB IV	Tema I: O dilema imposto entre a lei e a realidade Tema II: Reordenamento das universidades: aspectos legais e da política de avaliação Aspectos legais Aspectos da política de avaliação	Senador Joaquim Marinho Reitor Manoel Gonçalves Ferreira Filho, da UFG Reitor Mozart Neves Ramos, da UFPE
Fórum CRUB V: Tendências da Educação Superior para o Século XXI	A Declaração de Paris Implicações da declaração mundial da educação superior na universidade latino-americana, no século XXI Implicações da declaração mundial da educação superior na universidade brasileira, no século XXI	Dr. Carlos Tunnermann Bernheim, assessor da Unesco em Paris Reitor José Carlos Almeida da Silva, Presidente do CRUB Reitora Clélia Brandão Alvarenga Craveiro, da UCG
Seminário de reitores e especialistas	Apresentação da proposta original dos estudos - conexões temáticas e metodológicas Avaliação institucional Capacitação do corpo docente Modernização e inovação no ensino de graduação Financiamento das universidades	Prof. Ricardo Martins Prof. Michelangelo Tinantto Prof. Brasilmar Nunes Prof. Ricardo Martins e Carlos Benedito Martins Prof. Jacques Schwartzman
Workshop Internacional: O papel do CRUB na avaliação	Experiência da Europa em avaliação e acreditação -Exposição sobre a experiência portuguesa Experiência latino-americana em avaliação e acreditação	

- Exposição sobre a experiência da Argentina

- Exposição sobre a experiência do México

Experiência norte-americana em avaliação e acreditação

A experiência brasileira em avaliação

Propostas de acreditação institucional para o Brasil

Lamarra - membro da Comissão Nacional de Avaliação e Acreditação Universitária (CONEAU)

Dr. Carlos Píllan Figueroa - Professor-Investigador da Universidade Autónoma Metropolitana

Prof. Jon Amastae-Universidade do Texas, El Paso, EUA

Reitor Mozart Neves Ramos- Reitor da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE

Profª. Maria Helena de Magalhães Castro, UFRJ

CRUB Itinerante:
Identidade e compromissos do CRUB

Considerações das atividades de planejamento estratégico

Prof. José Leonel de Sá
Prof. Eduardo Ramos

CRUB Itinerante:
O recredenciamento das universidades

Avaliação, recredenciamento e acreditação

O processo de avaliação para o recredenciamento das universidades

As políticas de pesquisa e pós-graduação e sua relação com o recredenciamento das universidades

As políticas para o tempo integral, face ao recredenciamento das universidades

Comissão de Avaliação do CRUB:
Reitor Roberto Leal Lobo e Silva Filho, UMC (presidente);
Reitor Mozart Neves Ramos, UFPE (relator); Reitora Clélia Brandão A. Craveiro, UCG; Reitor Erneldo Schallenberg, UNIOESTE

Dr. Éfrem de Aguiar Maranhão, Presidente do CNE

Dr. Lauro Ribas Zimmer, Cons. do CNE

Dr. Abílio Baeta Neves, Presidente da Capes

Dra. Silke Weber, Cons. do CNE

Dr. Carlos Alberto Serpa de Oliveira, Cons. do CNE

63ª Plenária:
Uma política de ensino superior

Uma política de ensino superior

Panel I: Políticas e estratégias de captação do corpo docente

Panel II: Programas de auxílio à iniciação no ensino de graduação

Panel III: Financiamento e investimento na universidade

Panel IV: Programas institucionais de avaliação

Dr. Luiz Felipe Pernet Serpa, UFBA

Prof. Brasilmar Ferreira Nunes, Uerl

Prof. Ricardo Chaves de Rezende Martins

Prof. Jacques Schwartzman, UFMG

Prof. Michelangelo Giusto Santoni Inguento, UnB

64ª Plenária:
As políticas de educação superior e suas relações com o recredenciamento das universidades

Sessão de abertura

As políticas de pesquisa, pós-graduação e tempo integral e suas relações com o recredenciamento das universidades

Avaliação, Recredenciamento e Acreditação

Relações entre avaliação e acreditação como meios de garantir a qualidade na educação superior

A importância da avaliação no estabelecimento de políticas para a educação superior

Cursos sequenciais

Ministro Paulo Renato Souza

Dr. Abílio Baeta Neves, SESu/MEC

Prof. Eduardo Moacyr Krieger, Presidente da Academia Brasileira de Ciência

Prof. Sérgio Henrique Ferreira, Presidente da SBPC

Reitora Clélia Brandão Alvarenga Craveiro

Reitor Erneldo Schallenberg, UNIOESTE

	<p>Propostas e estratégias do CRUB para o recredenciamento, face aos resultados do CRUB Itinerante</p> <p>Documento de referência para o Plano Institucional do CRUB</p>	<p>Dr. José Lange, Secretário-Executivo do Conselho de Reitores da Alemanha</p> <p>Dra. Marilena de Souza Chauí, USP</p> <p>Dr. Jacques Velloso, CNE</p> <p>Reitor Edson R. P. de Souza Franco, UNAMA</p> <p>Profa. Telma de Carvalho Lobo, vice-reitora, UFPA</p> <p>Reitor José Rubens Rebelatto, UFSC</p> <p>Reitor Clemente Ivo Juliatto, PUC/PR</p> <p>Prof. Silvio Botomé, consultor</p>
--	--	--

<p>63ª Reunião Plenária</p>	<p>Políticas Públicas para o Ensino Superior Brasileiro</p> <p>Sessão de abertura</p> <p>O Sistema Nacional de Avaliação</p> <p>Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras</p> <p>Críticas para autorização e reconhecimento de cursos de IES</p> <p>Relatório CRUB período 1997/1999 e Plano Institucional para o Conselho de Reitores</p> <p>A Universidade e a formação de RH para a Previdência Social</p>	<p>Ministro Paulo Renato Souza</p> <p>Prof. Imaculado Maria Filipe, INEP</p> <p>Dout. Ricardo Chaves de Resende Martins e Profa. Maria Helena Magalhães Castro</p> <p>Dout. Eunice Ribeiro Durhan, CNE</p> <p>Reitor José Carlos Almeida da Silva, Presidente do CRUB</p> <p>Senador Waldemar Vieira Ornelas, Ministro de Estado da Previdência e Assistência Social</p> <p>Falou Freddy M. Pérez, OUI</p> <p>Dra. Michelle Bassanos, OUI</p>
-----------------------------	---	---

<p>66ª Reunião Plenária</p>	<p>O Plano de Ação da OUI</p> <p>Políticas e estratégias em relação à educação a distância, à luz da legislação vigente.</p> <p>Sessão de Abertura</p> <p>Questões estratégicas para o desenvolvimento da educação a distância</p> <p>Conceitos e contribuições da Educação a Distância</p> <p>As políticas governamentais para a Educação a Distância</p> <p>A legislação sobre a educação a distância e seus reflexos nas políticas educacionais</p> <p>Legislação Brasileira sobre a educação a distância: fatores facilitadores e impeditivos para o seu desenvolvimento</p> <p>Encerramento</p>	<p>Reitor José Carlos Almeida da Silva - Presidente do CRUB</p> <p>Prof. Dr. José Silvio - IESALC/ UNESCO</p> <p>Profa. Miriam Struchiner - UFRJ</p> <p>Dra. Gilda Portugal, MEC</p> <p>Profa. Carmen Moreira de Castro Neves, SEED/MEC</p> <p>Eunice Ribeiro Durhan, CNE</p> <p>Dr. Arthur Roquete de Macedo - CNE</p> <p>Dr. Carlos Alberto Serpa de Oliveira - CNE</p> <p>Dr. Êtrem de Aguiar Maranhão - CNE</p> <p>Comissão Especial do CRUB - Reitores: Edson R. P. Franco, da UNAMA, Rodolfo Joaquim Pinto da Luz, da UFSC, Roberto Frederico Merhy, da UEFG, Eronita Silva Barcelos, da UNIJUÍ</p> <p>Ministro da Educação, Dr. Paulo Renato Souza</p>
-----------------------------	--	---

<p>Reuniões do CRUB Itinerante de 2001</p>	<p>Plano de Ação do CRUB 2001-2002;</p> <p>Plano Institucional do CRUB;</p> <p>Propostas e Problemas do CRUB;</p> <p>Estratégias para o fortalecimento do CRUB junto às Universidades, à Sociedade e ao Poder Público;</p> <p>Programa CRUB de Avaliação Institucional;</p> <p>Questões Emergentes das Universidades;</p> <p>Síntese.</p>	
--	---	--

Fonte: Secretaria Executiva do CRUB

ANEXO VIII

Comissões instituídas no período de 1997 a 2001

Ano	Finalidades	Integrantes da comissão
1997	Compatibilizar as propostas oriundas das Reuniões do CRUB itinerante para o Plano Nacional de Educação	Édson R. P. Souza Franco, UNAMA Luiz Felipe Perret Serpa, UFBA José Walter da Fonseca, UERN
1998	Analisar a temática da avaliação e apresentar propostas que visem subsidiar a atuação do CRUB junto às universidades, aos poderes constituidos e à sociedade civil.	Roberto Leal Lobo e Silva Filles, UMC Mauri Neves Ramos, UFPE Cláudia Brandão Alvimanni Craveiro, UCCJ Ernildo Schellenberger, UNIOESTE
1998	Elaborar proposta preliminar do Plano Institucional do CRUB	Primeira comissão Almir de Souza Maia, UNIMEP José Rubens Rebelatto, UFSCar Clemente Ivo Juliatto, PUC-PR Mércio Jacobsen, FURB
1998	Elaborar proposta preliminar do Plano Institucional do CRUB	Segunda comissão Almir de Souza Maia, UNIMEP Paulo Alcântara Gomes, UCBRJ Lauro Morhy, UnB Luiz Felipe Perret Serpa, UFBA Clemente Ivo Juliatto, PUC-PR
1998	Divulgar os programas, projetos e atividades desenvolvidas pelas IES, voltados para a Reforma Agrária, bem como aprofundar o debate sobre a significação da Reforma Agrária, no contexto atual da sociedade brasileira.	Abib Salim Cury, UNIFRAN Anaci bispo Paim, UEFS Lauro Morhy, UnB Luiz Felipe Perret Serpa, UFBA Walter Frantz, UNIJUI
1998	Considerar o processo de eleição para os cargos de presidente, vice-presidente e membros dos Conselhos Deliberativo e Fiscal, a ser realizado em 23 de março de 1998, em Teresopolis-CE.	Sérgio de Moraes Dias, UGF Anaci Bispo Paim, UEFS Ernildo Castilho de Oliveira Filho, UFRPE Cláudio Joaquim Corrêa, URI
2000	Implementar o processo de avaliação institucional do CRUB para as universidades brasileiras	Primeira comissão(2000) Dois especialistas em avaliação institucional: Ricardo Chaves de Resende Martins; Maria Helena de Magalhães Castro Dois especialistas em gestão universitária: Luiz Felipe Perret Serpa Jandir João Zanovelli Dois membros do corpo técnico do CRUB: Maria Helena Alves Garcia Dalva Maria de Mello

		<p>Segunda comissão(2001) Três especialistas em avaliação institucional: Ricardo Chaves de Resende Martins; Maria Helena de Magalhães Castro Helena Maria Sant' Ana Sampaio Quatro especialistas em gestão universitária: Luiz Felipe Perret Serpa Jandir João Zanotelli Clélia Brandão Alvarenga Craveiro José Raymundo Martins Romão Dois membros do corpo técnico do CRUB: Maria Helena Alves Garcia Dalva Maria de Mello</p>
2000	<p>Propor alternativas de pagamento dos débitos e indicar medidas e serem aplicadas às IES inadimplentes, para aprovação pelos membros do Colegiado.</p>	<p>Rodolfo Joaquim Pinto da Luz, UFSC Mílca Severino Pereira, UFG Egon José Schramm, FURB Roberto Frederico Merhy, UEFS</p>
2000	<p>Propor indicativos de ação voltados para a Educação a Distância, como forma de subsidiar a Presidência do CRUB na realização de um Fórum que venha contribuir para um maior desenvolvimento qualitativo dessa modalidade de ensino no País.</p>	<p>Edson Raymundo Pinheiro e Souza Franco, UNAMA Eronita Silva Barcelos, UNIJUÍ Roberto Frederico Merhy, UEFG Rodolfo Joaquim Pinto da Luz, UFSC</p>
2000	<p>Coordenar o processo de eleição para as cargos de Presidente, Vice-Presidente, membro suplente do Conselho Fiscal, bem como para os integrantes do Conselho Deliberativo, representantes dos segmentos, a ser realizada no dia 12 de abril de 2000, em Brasília.</p>	<p>Edson Raymundo Pinheiro de Souza Franco - UNAMA (Presidente) Cléo Joaquim Brito - UFRJ Egon José Schramm - FURB José Roberto Rebelatto - UFSCAR</p>
2001	<p>Elaborar o documento contendo propostas do Conselho de Reitores sobre o credenciamento e recredenciamento de instituições de ensino superior.</p>	<p>Paulo Alcântara Gomes - UCB (Presidente) Mílca Severino Pereira - UFG Anaci Bispo Paim - UEFS Baptista Gargione Filho - UNIVAP</p>

DECLARAÇÃO À NAÇÃO

O Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras – CRUB, surpreendido pelo teor do Decreto 3039/99, regulamentador da Lei 9732/98, que modifica o conceito de filantropia e das isenções fiscais daí decorrentes, deliberou em sua reunião de 29 e 30 de abril, em São Paulo, alertar a sociedade brasileira sobre as graves conseqüências decorrentes da implantação da referida norma legal.

Essa legislação atingiu fortemente as entidades filantrópicas, educacionais e não educacionais, que encontravam na isenção da cota patronal da Previdência, bem como das contribuições conexas, uma sólida base de parceria com a União para a ação social, em favor das populações menos favorecidas.

A retirada das isenções provocará os seguintes impactos:

- a) aumento aproximado de 30% sobre a folha de pagamento das Universidades;
- b) aumento, entre 23% e 25%, das anuidades pagas pelos alunos, com elevada repercussão para a maior parte das famílias tão fortemente atingidas pela crise econômica, que não suportarão tais custos;
- c) ampliação da inadimplência e da evasão.

Entre as principais conseqüências, que contribuirão para acentuar o aumento da exclusão social, destacam-se as seguintes:

- a) cancelamento das bolsas de estudo concedidas a alunos carentes;
- b) extinção e/ou diminuição drástica dos serviços sociais prestados pelas Universidades, tais como alfabetização de adultos, assistência médica, odontológica, jurídica, psicológica e outros;
- c) redução do quadro de professores e funcionários dedicados ao ensino e à pesquisa.

Face à gravidade da situação, o Conselho de Reitores conclama a sociedade para que se mobilize na defesa da manutenção das conquistas sociais alcançadas e apela, uma vez mais, aos membros dos Poderes Legislativo e Executivo, para que, com a urgência necessária, adotem as medidas pertinentes, modificadoras das normas legais citadas, a fim de evitar as perniciosas conseqüências apontadas.

São Paulo, 30 de abril de 1999.

José Carlos Almeida da Silva
Presidente do CRUB

**CONSELHO DE REITORES DAS
UNIVERSIDADES BRASILEIRAS - CRUB**

CONSELHO DELIBERATIVO - 1999

MEMBROS NATOS:

Presidente

Reitor José Carlos Almeida da Silva - UCSAL

Vice-Presidente

Reitor Antônio Celso Alves Pereira - UERJ

MEMBROS TITULARES:

Reitor Almir de Souza Maia - UNIMEP

Reitora Anaci Bispo Paim - UEFS

Reitora Clélia Brandão Alvarenga Craveiro - UCG

Reitor Clemente Ivo Juliatto - PUC/PR

Reitor Emídio Cantídio de Oliveira Filho - UFRPE

Reitor Erneldo Schallenberger - UNIOESTE

Reitor Fernando Nogueira Lima - UFMT

Reitor Francisco Carlos da Silveira Cavalcanti - UFAC

Reitor José Walter da Fonseca - UERN

Reitor Manoel Gonçalves F. Filho - UnG

Reitora Marlene Salgado de Oliveira - UNIVERSO

Reitor Maurício Chermann - UBC

Reitor Roberto Claudio Frota Bezerra - UFC

MEMBROS SUPLENTE

Reitor Cléo Joaquim Ortigara - URI

Reitor Frei Constância Nogara - USF

Reitora Elmaria Lúcia de Oliveira Bonini Corauci - UNAERP

Reitor Ene Glória da Silveira - UNIR

Reitor José Teodoro Soares - UVA/CE

Reitor José Weber Freire Macedo - UFES

Reitor Lauro Morhy - UnB

Reitora Lúcia Maria Baiocchi Amaral - UNICRUZ

Reitor Mário Veiga de Almeida - UVA/RJ

Reitor Sebastião Guimarães Vieira - UEPB

Reitor Sidney Storch Dutra - UNISA

CONSELHO FISCAL

MEMBROS TITULARES:

Reitor Altamiro Belo Galindo - UNIC

Reitora Ir. Jacinta Turolo Garcia - USC

Reitor Wilson João Zampieri - UNICSUL

MEMBRO SUPLENTE:

Reitor Baptista Gargione Filho - UNIVAP

Reitora Milca Severino Pereira - UFG

SECRETÁRIA-GERAL

Prof^a. Maria Helena Alves Garcia



**CONSELHO DE REITORES
DAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS**

SEP/Norte Quadra 516 - Conj "D"
CEP: 70770-545 - Brasília - DF
Fone: (61) 349-9010 Fax: (61) 274-4621
E-mail: crub@crub.org.br
Home-page: www.crub.org.br